



EDITAL DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2026

PROCESSO 0003075-93.2026.6.25.8000

ATENÇÃO

Em cumprimento à determinação do Tribunal de Contas da União (Acórdãos nºs [754/2015](#), [2.146/2022](#) e [316/2024](#) - Plenário), **alerta-se** para que as(os) licitantes analisem detalhadamente o Edital e os seus anexos para formular proposta/lance passível de cumprimento.

A prática injustificada de atos tais como não manter a proposta, deixar de entregar a documentação exigida para o certame, apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação, fraudar a licitação, não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, dentre outras condutas previstas na Lei nº 14.133/2021, sujeitará a(o) licitante às sanções administrativas (penalidades) cabíveis, apuradas em regular processo administrativo, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

SUMÁRIO

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DA LICITAÇÃO
CLÁUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO (E CORRESPONDENTES VEDAÇÕES)
CLÁUSULA TERCEIRA - DA VISTORIA / VISITA TÉCNICA
CLÁUSULA QUARTA - DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
CLÁUSULA QUINTA - DA CLASSIFICAÇÃO DA(S) PROPOSTA(S) E DA FORMULAÇÃO DE LANCES (ETAPA COMPETITIVA)
CLÁUSULA SEXTA - DO BENEFÍCIO DA LEI COMPLEMENTAR 123/2006 E DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE
CLÁUSULA SÉTIMA - DA NEGOCIAÇÃO
CLÁUSULA OITAVA - DO JULGAMENTO DA(S) PROPOSTA(S)
CLÁUSULA NONA - DA ETAPA DE HABILITAÇÃO
CLÁUSULA DÉCIMA - DA ETAPA RECURSAL
CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO
CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (penalidades em sede de processo licitatório)
CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO
CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**A UNIÃO**, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE**, CNPJ 06.015.356/0001-85, doravante denominado **TRE/SE**, com sede no Centro Administrativo Governador Augusto Franco (CENAF), Variante 2, Lote 7, Bairro Capucho, 49.081-000, Aracaju/SE, comunica às(aos) interessadas(os) que realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, em meio **ELETRÔNICO**, em sessão pública instrumentalizada pelo Sistema de Compras do Governo Federal, dirigida por sua(seu) Pregoeira(o), auxiliada(o) pela Equipe de Apoio, designadas(os) pela Portaria TRE/SE 318/2023, e regida pela Lei 14.133/2021, pela Lei 13.709/2018, pela Lei Complementar 123/2006, pelos Decretos 8.538/2015, 9.507/2018 e 11.246/2022, pela Resolução CNJ 347/2020, pela Resolução TSE 23.702/2022, pela Resolução TRE/SE 120/2015, pela IN SEGES 5/2017, pela IN SEGES 73/2022, bem como subordinada às condições e às exigências estabelecidas neste Ato Convocatório e em seu(s) anexo(s), e terá como fonte para seu pagamento recursos orçamentários e financeiros oriundos do Orçamento Geral da União.

DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO:

LICITAÇÃO DESTINADA À AMPLA PARTICIPAÇÃO DE FORNECEDORAS(ES) (Lei Complementar 123/2006)

Dia: 18/05/2026.

Horário: 9h (horário de Brasília/DF).

Endereço eletrônico: [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras) (Portal Compras.gov.br).

Código UASG: 070012.

Valor de Referência:

ITEM	CÓDIGO SIASG/ ESPECIFICAÇÃO	DESCRIÇÃO (componentes do objeto)	VALOR UNITÁRIO DA LOCAÇÃO PARA O MÊS	VALOR TOTAL DA LOCAÇÃO (todo o período de vigência)	VALOR ESTIMADO DA QUILOMETRAGEM EXCEDENTE, NÃO SENDO DE UTILIZAÇÃO OBRIGATÓRIA [(10.800km x (valor unitário da locação/3.000km))]	VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO
1	4014 Locação de Veículos - Leves / Pesados - Sem Motorista	Veículo de passeio tipo popular; sem motorista e sem combustível; motor 1.0 (1000cc) ou superior, FLEX (bicombustível: gasolina e etanol); com ar-condicionado; quatro portas; capacidade mínima para cinco pessoas; ano de fabricação 2022 ou superior; franquia mensal de 3.000 km por veículo; manutenção preventiva/corretiva; assistência 24h/guincho quando aplicável; seguro vigente e substituição em até 24 horas, nos termos previstos nas Especificações Técnicas do Serviço (ETS).	R\$ 2.521,90	R\$ 90.788,40	R\$ 9.078,84	R\$ 99.867,24

Vigência da contratação: 1/07/2026 a 09/10/2026 (ou, se houver 2º turno, até 31/10/2026).

Critério de Julgamento: MENOR PREÇO GLOBAL DO ITEM.

Modo de Disputa: ABERTO.

Programa(s) de Trabalho: 02.061.0033.4269.0001 / Pleitos Eleitorais. PTRES: 167864.

Grupo de Natureza de Despesa: Outras Despesas Correntes.

Data-limite para esclarecimento e impugnação: 13/05/2026.

CLÁUSULA PRIMEIRA  
DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1 Esta licitação tem por objeto a **LOCAÇÃO DE VEÍCULOS DE PASSEIO**, conforme condições e exigências estabelecidas neste Instrumento e em seu(s) anexo(s).

1.2 A licitação será realizada em 01 (um) item, cujo detalhamento encontra-se delineado no Anexo ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO SERVIÇO (ETS).

**CLÁUSULA SEGUNDA**  
**DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO (E CORRESPONDENTES VEDAÇÕES)**

**2.1 Do Credenciamento no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (Sicaf)**

**2.1.1** Para participar do Pregão Eletrônico, a(o) licitante deverá se credenciar no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (Sicaf) e obter chave de identificação e senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

**2.1.1.1** O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal da(o) licitante ou de sua(seu) representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão Eletrônico.

**2.1.2** O uso da senha de acesso ao Portal Compras.gov.br é de inteira e exclusiva responsabilidade da(o) licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por sua(seu) representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao TRE/SE responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido, ainda que provocados por terceiras pessoas.

**2.1.3** As(Os) licitantes ou suas(seus) representantes legais deverão estar previamente credenciadas(os) junto ao órgão provedor no **prazo mínimo de 3 (três) dias úteis** antes da data de realização deste Pregão Eletrônico.

**2.1.4** Não será admitido o consórcio de licitantes.

**2.1.5** É de responsabilidade da(o) licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos referidos Sistemas e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**2.1.5.1** A não observância do disposto no item **2.1.5** poderá ensejar exclusão da(o) licitante no momento da habilitação.

**2.1.6** Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas (quando admitida a sua participação) mencionadas no artigo 16, da Lei nº 14.133/2021 e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos na Lei Complementar 123/2006 e no Decreto 8.538/2015.

**2.1.7** Orientações a respeito do acesso ao Portal Compras.gov.br e demais procedimentos detalhando sua operacionalização estão disponíveis no *Manual Operacional do Pregão Eletrônico - Visão Fornecedor* (<https://www.gov.br/compras/pt-br/acesso-a-informacao/manuais/>).

**2.2 Das Declarações**

**2.2.1 No ato de registro da proposta**, a(o) licitante assinalará **“sim”** ou **“não”**, em campo próprio do sistema eletrônico, referente a declarações firmadas nos seguintes termos:

**a)** Manifesto ciência em relação ao inteiro teor do Ato Convocatório e dos seus anexos, concordo com suas condições, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

**b)** Declaro que minha proposta econômica compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1988, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da sua entrega em definitivo.

**c)** Atendo aos requisitos de habilitação previstos no instrumento convocatório.

**d)** Inexiste impedimento à minha habilitação e comunicarei a superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão ou entidade Contratante.

**e)** Cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitada(o) da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**f)** Manifesto ciência em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

**g)** Cumpro o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal de 1988, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

**h)** Observo os incisos III e IV do artigo 1º e cumpro o disposto no inciso III do artigo 5º, todos da Constituição Federal de 1988, que veda o tratamento desumano ou degradante.

**i)** Cumpro a reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis.

**j)** Declaro, sob as penas da Lei, que cumpro os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, sendo apta(o) a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da referida Lei Complementar [no caso de licitante enquadrada(o) como microempresa ou empresa de pequeno porte e cooperativa (quando admitida a participação dessa última) que deseje usufruir da preferência estabelecida nos aludidos regimentos].

**j.1)** Na hipótese de a licitação ser destinada à participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o seu prosseguimento no certame.

**j.2)** Para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133/2021, a(o) licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304/2024 e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226/2025.

**2.2.2** Em havendo outras declarações a serem prestadas, disponibilizadas pelo Sistema Comprasgov, estas também deverão ser preenchidas/assinaladas.

**2.2.3** Caso a(o) fornecedora(fornecedor) não formalize as declarações, poderá ser impedida(o) de enviar a proposta ou ser inabilitada(o), conforme aviso emitido pelo sistema.

**2.2.4** A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará a(o) licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

**2.2.4.1 A falsa declaração relativa ao enquadramento como microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) e cooperativa (quando admitida a participação dessa última) pode configurar fraude à licitação e sujeitar a(o) licitante, AINDA QUE NÃO LOGRE PROVEITO, à declaração de inidoneidade para participar de certames da Administração Pública Federal ou daqueles em que haja utilização de recursos federais** ([Acórdão 2294/2022 - TCU - Plenário](#)).

**2.3 Da verificação de existência de sanção administrativa (penalidade) que impeça a participação no certame ou a futura contratação.**

**2.3.1** A verificação de eventual existência de sanção impeditiva será realizada pela(o) Pregoeira(o) logo após o encerramento da etapa competitiva (fase de lances), **de acordo com a ordem de classificação da(o)(s) licitante(s)**, por meio de consulta aos seguintes cadastros:

**a)** Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (Sicaf).

**b)** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>).

**c)** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).

**d)** Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=704144:3:10614424770367::NO:3,4,6::>).

**2.3.1.1** Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas **“b”**, **“c”** e **“d”** do item **2.3.1** pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

**2.3.1.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de sua(seu) sócia(o) majoritária(o), por força do artigo 12 da Lei 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas à(ao) responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócia(o) majoritária(o).**

**2.3.2** Caso conste da Consulta de Situação do Fornecedor (Sicaf) a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, a(o) Pregoeira(o) diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

**2.3.3** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

**2.3.4** A(O) licitante será convocada(o) para manifestação previamente à sua eventual desclassificação.

**2.4 Não poderão participar deste certame, conforme o caso:**

**2.4.1** Empresas cujos estatutos ou Contratos Sociais não incluam o objeto deste Pregão.

**2.4.2** Aquela(e) que não atenda às condições deste Ato Convocatório e de seu(s) anexo(s).

**2.4.3** Autora(Autor) do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados.

**2.4.4** Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual a(o) autora(autor) do projeto seja dirigente, gerente, controladora(controlador), acionista ou detentora(detentor) de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnica(o) ou subcontratada(o), quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele necessários.

**2.4.5** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.

**2.4.5.1** O impedimento de que trata o item **2.4.5** será também aplicado à(ao) licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica da(o) licitante.

**2.4.6** Aquela(e) que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente pública(o) que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do Contrato, ou que deles seja cônjuge, companheira(o) ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

**2.4.7** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404/1976, concorrendo entre si.

**2.4.8** Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadoras(es) a condições análogas às de escrava(o) ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

**2.4.9** Agente pública(o) do órgão ou entidade licitante.

**2.4.9.1** A vedação de que trata o item **2.4.9** estende-se a terceira pessoa que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializada(o), funcionária(o) ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

**2.4.10** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição.

**2.4.11** Direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do Contrato, agente pública(o) do órgão ou entidade Contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**2.4.12** Sociedades cooperativas, conforme explicitado no Termo de Referência anexado ao Ato Convocatório.

**2.5** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, a(o) autora(autor) dos projetos e a empresa a que se referem os itens **2.4.3** e **2.4.4** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do Contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

**2.6** Equiparam-se às(aos) autoras(es) do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

**2.7** O disposto nos itens **2.4.3** e **2.4.4** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo da(o) CONTRATADA(O) a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

**2.8** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea, nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

**CLÁUSULA TERCEIRA**  
**DA VISTORIA / VISITA TÉCNICA**

**3.1** Não será exigida vistoria prévia como condição para participação no certame ou para apresentação de proposta.

**3.2** A dispensa de vistoria prévia não afasta a obrigatoriedade de realização de vistoria na entrega inicial e na devolução final dos veículos, mediante os procedimentos e registros previstos no Anexo ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO SERVIÇO (ETS).

**CLÁUSULA QUARTA**  
**DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

- 4.1** A(O) licitante deverá registrar proposta de conformidade à descrição do objeto ofertado, a partir de **04 de MAIO de 2026**, data da publicação do Aviso de Licitação no Diário Oficial da União (DOU), Seção 3, até a data e o horário estabelecidos para a abertura da sessão pública (**18 de MAIO de 2026**), em campo específico, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.
- 4.1.1** Até a abertura da sessão pública, as(os) licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.
- 4.1.1.1** As(Os) licitantes deverão, para fins de elaboração da proposta, verificar e comparar todos os projetos, especificações e planilhas fornecidos, quando for o caso, para execução do serviço, cabendo-lhes, no caso de falhas, erros, discrepâncias ou omissões, bem ainda, transgressões a Normas Técnicas ou regulamentos, formular imediata comunicação ao TRE/SE, para fins de esclarecimento, no **prazo de até 03 (três) dias úteis** antes da data fixada para a abertura da sessão pública.
- 4.1.2** O prazo de validade da proposta será de **60 (sessenta) dias contado de sua recepção, contando-se para esse fim a data da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Ato Convocatório.**
- 4.1.3** As(Os) licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem **válidos** do Sicaf, assegurado às(aos) demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes do sistema.
- 4.1.3.1** É dever da(o) licitante atualizar previamente as comprovações constantes do Sicaf para que estejam vigentes na data de recebimento das propostas.
- 4.1.3.1.1** O descumprimento dessa obrigação implicará a inabilitação da(o) licitante, exceto nas hipóteses do artigo 64 da Lei 14.133/2021 e se a consulta feita pela(o) Pregoeira(o) aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).
- 4.1.4** As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte e, quando admitida sua participação, as sociedades cooperativas deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do artigo 43, da LC nº 123/2006.
- 4.1.4.1** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o **prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento da divulgação do resultado da fase de habilitação (Decreto 8.538/2015, artigo 4º, § 2º, inciso I)**, prorrogável por igual período, a critério da(o) Pregoeira(o), para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- 4.1.4.1.1** A não-regularização da documentação no prazo previsto implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Instrumento, sendo facultado à(ao) Pregoeira(o) convocar as(os) licitantes remanescentes, na ordem de classificação.
- 4.2** A proposta deverá contemplar/observar:
- 4.2.1** **Preços, em moeda corrente nacional**, observando-se as especificações indicadas nos anexos a este Instrumento e inclusive os encargos ou as despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado, tais como impostos, taxas, transportes, seguros, encargos fiscais e todos os ônus diretos.
- 4.2.1.1** A elaboração da proposta estará condicionada ao preenchimento da(s) Planilha(s) de Preços, conforme modelo(s) disponibilizado(s) à(ao) licitante.
- 4.2.2** Especificações do objeto e prazos conforme previsto no Edital.
- 4.2.2.1** O encaminhamento da proposta implica adesão à descrição complementar/detalhada constante dos anexos a este Instrumento.
- 4.2.2.1.1** É desnecessária a repetição dos termos constantes da descrição complementar/detalhada.
- 4.2.2.1.2** Não será considerado o preenchimento do campo em desconformidade com a descrição complementar/detalhada.
- 4.3** Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e de julgamento da proposta.
- 4.4** Os documentos que compõem a proposta e a habilitação da(o) licitante melhor classificada(o) somente serão disponibilizados para avaliação da(o) Pregoeira(o) e para acesso público após o encerramento do envio de lances e em momento próprio.
- 4.5** A(O) licitante será responsabilizada(o) formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por sua(seu) representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema, do órgão ou da entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiras pessoas.
- 4.5.1** Será responsável, ainda, pelo acompanhamento das operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, suportando o ônus decorrente da perda de negócios, em razão da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

## CLÁUSULA QUINTA

### DA CLASSIFICAÇÃO DA(S) PROPOSTA(S) E DA FORMULAÇÃO DE LANCES (ETAPA COMPETITIVA)

- 5.1** A(O) Pregoeira(o), via sistema eletrônico, dará início à Sessão Pública, na data e no horário previstos neste Ato Convocatório, com a divulgação das propostas recebidas.
- 5.1.1** A(O) Pregoeira(o) procederá à verificação da conformidade das propostas quanto ao objeto, desclassificando fundamentadamente as que não atenderem às exigências deste Edital.
- 5.1.2** A proposta somente será classificada para a etapa competitiva se atender aos requisitos **do item**.
- 5.2** Aberta a sessão pública, na fase de lances, a(o) licitante poderá encaminhá-los **exclusivamente** por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informada(o) de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.
- 5.2.1** O modo de disputa será **aberto** e os lances serão ofertados **pelo valor total do item, considerando-se todo o período contratual**.
- 5.2.2** A(O) licitante poderá oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado e as regras de aceitação.
- 5.2.3** A(O) licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ela(e) ofertado e registrado no sistema eletrônico, **observado o intervalo de diferença entre os lances de, no mínimo, 0,5% (cinco décimos por cento)**, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.
- 5.2.4** Em havendo mais de um lance de igual valor, prevalecerá aquele que for primeiro recebido e registrado.
- 5.2.5** A(O) Pregoeira(o) ou a Comissão de Contratação, quando a(o) substituir, poderá, durante a disputa, **como medida excepcional**, excluir o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, **mediante comunicação eletrônica automática via sistema**.
- 5.3** Durante a sessão pública, as(os) licitantes serão informadas(os), em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da(o) respectiva(o) proponente.
- 5.4** A etapa de lances durará **10 (dez) minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema eletrônico, quando houver lance ofertado **nos últimos 2 (dois) minutos** do período de duração desta etapa.
- 5.4.1** A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de **2 (dois) minutos** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.
- 5.4.2** Não havendo novos lances, a sessão pública se encerrará automaticamente e o sistema ordenará e divulgará os lances em ordem crescente.
- 5.5** Encerrada a fase competitiva sem que haja prorrogação automática pelo sistema eletrônico, poderá a(o) Pregoeira(o) [ou a comissão de contratação, quando a(o) substituir], assessorada(o) pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço, notadamente se a diferença entre a melhor proposta (lance) e aquela classificada em segundo lugar for de pelo menos **5% (cinco por cento)**.
- 5.6** Em caso de empate entre 2 (duas) ou mais propostas, será observado o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.
- 5.6.1** Não incidindo a preferência referida no item **5.6**, ou persistindo o empate após o seu exercício, serão aplicados os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021, inclusive na hipótese de não haver envio de lances após o início da etapa competitiva.
- 5.6.2** Persistindo o empate após a aplicação dos critérios previstos no item **5.6.1**, será realizado sorteio eletrônico entre as propostas empatadas, no próprio sistema de compras governamentais.

## CLÁUSULA SEXTA

### DO BENEFÍCIO DA LEI COMPLEMENTAR 123/2006 E DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

- 6.1** Será adotado, como critério inicial de desempate, o tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar 123/2006 e no Decreto 8.538/2015, conforme detalhado nesta Cláusula.
- 6.1.1** A obtenção de benefícios a que se refere esta Cláusula fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado Contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o órgão ou entidade exigir da(o) licitante declaração de observância desse limite na licitação.
- 6.1.2** Uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538/2015.
- 6.1.2.1** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.1.2.2** A melhor classificada nos termos do item **6.1.2.1** terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.1.2.3** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas(os) as(os) demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no item 6.1.2.2.
- 6.2** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema fará um sorteio eletrônico, definindo e convocando automaticamente a(o) vencedora(vencedor) para o encaminhamento da oferta final do desempate.
- 6.3** A(O) licitante convocada(o) que não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos, controlados pelo sistema, terá precluso o direito previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.
- 6.4** Na hipótese de não incidência da preferência prevista nesta Cláusula, ou persistindo empate após o exercício do direito de preferência de que tratam os arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, serão aplicados os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021, na seguinte ordem:
- 6.4.1** Disputa final, hipótese em que as(os) licitantes empatadas(os) poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 6.4.2** Avaliação do desempenho contratual prévio das(os) licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações;
- 6.4.2.1** Enquanto estiver pendente a regulamentação dos registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações, esse critério não será aplicado para estabelecer o resultado do certame.
- 6.4.3** Desenvolvimento pela(o) licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento, consideradas, quando cabíveis, as disposições do Decreto nº 11.430/2023 e da Lei nº 14.682/2023.
- 6.4.3.1** Para fins do disposto no item **6.4.3**, consideram-se ações de equidade, respeitada a seguinte ordem:
- 6.4.3.1.1** Medidas de inserção, de participação e de ascensão profissional igualitária entre mulheres e homens, incluída a proporção de mulheres em cargos de direção da(o) licitante;
- 6.4.3.1.2** Ações de promoção da igualdade de oportunidades e de tratamento entre mulheres e homens em matéria de emprego e ocupação;
- 6.4.3.1.3** Igualdade de remuneração e paridade salarial entre mulheres e homens;
- 6.4.3.1.4** Práticas de prevenção e de enfrentamento do assédio moral e sexual;
- 6.4.3.1.5** Programas destinados à equidade de gênero e de raça; e
- 6.4.3.1.6** Ações em saúde e segurança do trabalho que considerem as diferenças entre os gêneros.
- 6.4.3.2** As ações de equidade entre mulheres e homens no ambiente de trabalho deverão ser comprovadas por meio da apresentação de documentos e evidências que demonstrem, objetivamente, sua realização, nos termos definidos pelos arts. 5º a 7º da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382/2025.
- 6.4.3.2.1** A classificação e a aferição das ações de equidade adotarão os parâmetros disciplinados na Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382/2025.
- 6.4.4** Desenvolvimento pela(o) licitante de programa de integridade, observados o Decreto nº 12.304/2024 e a Portaria Normativa SE/CGU nº 226/2025 (especialmente o Capítulo III), ou normas supervenientes que os substituam.
- 6.4.5** Persistindo o empate após a aplicação dos critérios de que tratam os subitens anteriores, será assegurada preferência, sucessivamente, no âmbito da Administração Pública Federal:
- 6.4.5.1** Às empresas brasileiras;



- 6.4.5.2 Às empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País; e
- 6.4.5.3 Às empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.
- 6.4.6 Persistindo o empate após a aplicação dos critérios anteriores, será realizado sorteio eletrônico, com procedimento objetivo, publicidade, possibilidade de acompanhamento pelas(os) licitantes interessadas(os) e auditabilidade.
- 6.5 O benefício mencionado nos itens anteriores estende-se às sociedades cooperativas (quando admitida sua participação), conforme o artigo 34 da Lei nº 11.488/2007.

**CLÁUSULA SÉTIMA**  
**DA NEGOCIAÇÃO**

7.1 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, a(o) Pregoeira(o) deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta à(ao) licitante que tenha apresentado o melhor preço para o item, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital ([Acórdão TCU 2.622/2021](#)-Plenário).

7.1.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas(os) demais licitantes.

**CLÁUSULA OITAVA**  
**DO JULGAMENTO DA(S) PROPOSTA(S)**

8.1 A(O) licitante melhor classificada(o) deverá encaminhar a proposta de preço adequada ao último lance, devidamente preenchida na forma da(s) **Planilha(s)** anexada(s) a este Instrumento exclusivamente por meio da opção "Enviar Anexo" no Portal Compras.gov.br, no **prazo concedido pela(o) Pregoeira(o), que será de no mínimo 2 (duas) horas** contado da convocação, prorrogável nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022 (artigo 29, § 2º).

8.2 O envio de arquivos a que alude o item 8.1 somente será admitido por outro meio, de forma excepcional, em situação justificada e autorizada pela(o) Pregoeira(o), desde que observados os princípios da publicidade e da transparência.

8.3 Na hipótese de a proposta ser apresentada com incorreções, a(o) Pregoeira(o) poderá conceder prazo à(ao) licitante, podendo esse prazo ser prorrogado, se houver justificativa acolhida pela(o) Pregoeira(o), para que proceda aos devidos ajustes.

8.4 Os erros de soma e/ou multiplicação e as divergências que porventura ocorram entre valor(es) unitário(s) e o(s) respectivo(s) valor(es) total(is) poderão ser corrigidos pela(o) Pregoeira(o), prevalecendo o(s) valor(es) unitário(s) apresentado(s).

8.5 Será desclassificada(o) a(o) licitante que não corrigir a proposta, não demonstrar a correspondente exequibilidade ou não justificar eventuais falhas apontadas pela(o) Pregoeira(o).

8.6 Não será aceita a proposta que:

8.6.1 Contiver vícios insanáveis.

8.6.2 Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no Edital.

8.6.3 Registrar preço acima do orçamento estimado para a contratação (valor de referência).

8.6.4 Apresentar preço(s) unitários superior(es) ao(s) respectivo(s) valor(es) constante(s) do Termo de Referência anexo a este instrumento, quando couber.

8.6.5 Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigida pela Administração.

8.6.5.1 É indício de inexecuibilidade da proposta (lance) preço inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor de referência (unitário ou total) adotado pelo TRE/SE para o certame.

8.6.5.2 A(O) Pregoeiro(a), ao analisar a proposta apresentada, dará à(ao) licitante a oportunidade de demonstrar a respectiva exequibilidade ([Súmula TCU 262](#) e artigo 34 da [IN SEGES/ME 73/2022](#)).

8.7 A(O) licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada neste Edital, será desclassificada(o) e estará sujeita(o) às sanções previstas neste Instrumento

8.8 Se a proposta não for aceitável, ou se a(o) licitante não atender às exigências de habilitação, a(o) Pregoeira(o) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este Edital.

**CLÁUSULA NONA**  
**DA ETAPA DE HABILITAÇÃO**

9.1 A habilitação das(os) licitantes provisoriamente classificadas(os) em 1º (primeiro) lugar será julgada com base nos documentos encaminhados, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, após a aceitação da proposta.

9.1.1 O envio de arquivos a que alude o item 9.1 somente será admitido por outro meio, de forma excepcional, em situação justificada e autorizada pela(o) Pregoeira(o), desde que observados os princípios da publicidade e da transparência.

9.2 Para as **habilitações fiscal, social e trabalhista**, serão exigidos:

9.2.1 Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

9.2.2 Regularidade perante a Fazenda federal, na forma da lei.

9.2.3 Regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

9.2.4 Regularidade perante a Justiça do Trabalho.

9.2.5 O cumprimento do disposto no [inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal](#).

9.3 Para fins de **habilitação econômico-financeira**, serão exigidos:

9.3.1 Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede da(o) licitante (artigo 69, II, da Lei nº 14.133/2021).

9.3.2 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, comprovando Índice de Liquidez Corrente (LC) superior a 1 (um), obtido por meio da aplicação da fórmula "LC = Ativo Circulante/Passivo Circulante".

9.3.2.1 Na hipótese de o LC resultar igual ou inferior a 1 (um), será exigido, para fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

9.3.2.2 O Balanço patrimonial, a demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social devem ser apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta.

9.3.2.3 No caso de empresa criada no exercício financeiro da licitação, será autorizado substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.4 Para fins de **habilitação técnica**, serão exigidos:

9.4.1 Para fins de comprovação da qualificação técnico-operacional, a(o) licitante deverá apresentar documentação apta a evidenciar a execução de objeto compatível, em características e quantitativos, com o da presente contratação, mediante a apresentação de 1 (um) ou mais atestados ou declarações de capacidade técnica, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem a execução satisfatória de Contrato(s) de Locação de Veículos, em quantitativo mínimo correspondente a 50% (cinquenta por cento) do total estimado para a presente contratação, **equivalente a 5 (cinco) veículos, pelo período mínimo de 2 (dois) meses**.

9.4.1.1 Será admitida a apresentação de atestado(s) ou declaração(ões) referente(s) a Contrato(s) em execução, desde que reste comprovado, até a data de abertura da sessão pública da licitação, o cumprimento do **requisito temporal mínimo de 2 (dois) meses de execução**.

9.4.1.2 Será admitido o somatório de atestados ou declarações de capacidade técnica para fins de comprovação do quantitativo e do período mínimo exigidos, desde que os documentos apresentados evidenciem a efetiva execução de serviços compatíveis com o objeto deste Termo de Referência.

9.4.1.3 Para fins de comprovação do requisito temporal previsto no item 9.4.1.1, será admitida a apresentação de atestados relativos a períodos sucessivos não contínuos, não sendo exigido que o período mínimo de **2 (dois) meses** tenha sido cumprido de forma ininterrupta.

9.4.2 Os atestados ou declarações de capacidade técnica deverão conter informações suficientes para permitir a verificação da compatibilidade do objeto executado com a presente contratação, especialmente quanto à natureza da prestação, ao quantitativo de veículos disponibilizados e ao período de execução.

9.4.3 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no Contrato social vigente.

9.4.4 Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

9.4.5 O(s) atestado(s) e/ou declaração(ões) deve(m) conter obrigatoriamente: nome (razão social), CNPJ e endereço completo do Contratante e da(o) Contratada(o), características dos serviços realizados, data de emissão, nome, cargo, telefone (se houver) e assinatura da(o) responsável por sua emissão.

9.4.6 Não serão considerados os atestados/declarações emitidos:

9.4.6.1 Pela(o) própria(o) licitante, sob pena de infringência ao princípio da moralidade, posto que a(o) licitante não possui a impessoalidade necessária para atestar sua própria capacitação técnica.

9.4.6.2 Por pessoas jurídicas integrantes do mesmo grupo comercial, industrial ou de qualquer atividade econômica de que faça parte a(o) licitante.

9.4.6.2.1 Considera(m)-se pertencente(s) ao mesmo grupo empresarial a(s) empresa(s) controlada(s) pela empresa proponente ou sua(s) controladora(s), ou que tenha(m) pelo menos uma mesma pessoa física ou jurídica sócia da empresa emitente do documento previsto no item 9.4.1.

9.4.7 As(Os) licitantes deverão disponibilizar, quando solicitadas, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados de capacidade técnica apresentados, por meio de cópia do instrumento que deu suporte à contratação, endereço atual do CONTRATANTE e local em que foram prestados os serviços, dentre outros documentos.

9.4.8 O TRE/SE poderá realizar diligência a fim de comprovar a veracidade das informações prestadas, podendo requerer cópias de Contratos, Notas Fiscais ou quaisquer outros documentos que comprovem inequivocamente a prestação dos serviços, desconsiderando a documentação caso constatada divergência entre as informações atestadas e os serviços efetivamente realizados.

9.5 Se a(o) licitante provisoriamente classificada(o) em 1º (primeiro) lugar não for habilitada(o), a(o) Pregoeira(o) procederá conforme o item 8.8.

**CLÁUSULA DÉCIMA**  
**DA ETAPA RECURSAL**

10.1 À(Ao) licitante é possível recorrer no prazo de **3 (três) dias úteis** contado da data de intimação ou de lavratura do Relatório de Julgamento (Ata):

10.1.1 Do julgamento das propostas.

10.1.2 Do ato de habilitação ou inabilitação.

10.1.3 Da anulação ou revogação da licitação.

10.2 Dispondo o recurso sobre o *julgamento das propostas* ou sobre o *ato de habilitação ou inabilitação de licitante*, a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão.

10.2.1 O prazo para manifestar intenção de recurso será configurado pela(o) Pregoeira(o) no curso da sessão pública, respeitando-se o mínimo de 10 (dez) minutos (mínimo definido pelo próprio sistema).

10.2.2 Na hipótese de adoção da inversão de fases, o prazo para apresentação das **razões recursais (3 dias úteis)** será iniciado na data de lavratura do Relatório de Julgamento (Ata).

10.2.3 A apresentação do recurso se dará em **fase única**.

10.3 O recurso deverá ser encaminhado em campo próprio do sistema eletrônico ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)) e dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de **3 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de **10 (dez) dias úteis** contados do recebimento dos autos.

10.4 O recurso interposto fora do prazo não será conhecido.

- 10.5** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 10.6** O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.
- 10.7** O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.
- 10.8** Será assegurado à(o) licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA**  
**DO ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO**

- 11.1** Encerradas as fases de julgamento e de habilitação, e exaurido(s) o(s) recurso(s) administrativo(s), quando existente(s), o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:
- 11.1.1** Adjudicar o objeto e homologar a licitação.
- 11.1.2** Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades.
- 11.1.3** Revogar a licitação por motivo de conveniência e de oportunidade.
- 11.1.3.1** O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.
- 11.1.4** Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros pessoas, sempre que presente ilegalidade insanável.
- 11.1.4.1** Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.
- 11.1.4.2** Nos casos de anulação e de revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação das(os) interessadas(os).

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA**  
**DO INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO**

- 12.1** Homologado o resultado deste Pregão Eletrônico, a(o) licitante vencedora(vencedor) será convocada(o) para assinatura do Contrato, dentro do **prazo de 5 (cinco) dias úteis**, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 12.1.1** Poderá ser acrescentada, ao Contrato a ser assinado, qualquer vantagem apresentada pela(o) licitante vencedora(vencedor) em sua proposta, desde que seja pertinente e compatível com os termos deste Edital.
- 12.2** O prazo para assinatura do Contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela(o) licitante vencedora(vencedor) durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo TRE/SE.
- 12.3** Por ocasião da assinatura do Contrato, será verificado, por meio do Sicaf e de outros meios, se a(o) licitante vencedora(vencedor) mantém as condições de habilitação.
- 12.4** Quando a(o) licitante convocada(o) não assinar o Contrato no prazo e nas condições estabelecidos, poderá ser convocada(o) outra(o) licitante para assiná-lo após negociações e verificação da adequação da proposta e das condições de habilitação, obedecida a ordem de classificação.
- 12.4.1** A recusa injustificada da(o) adjudicatária(o) em assinar o Contrato no prazo estabelecido nesta cláusula caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e a(o) sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas neste Instrumento.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA**  
**DO ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**

- 13.1** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar Edital de licitação por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo encaminhar o pedido **até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão pública, exclusivamente** por meio do endereço eletrônico **licitacoes@tre-se.jus.br**.
- 13.1.1** O pedido de esclarecimento ou de impugnação enviado depois do encerramento das atividades do dia **será considerado recebido no primeiro dia útil de expediente seguinte**, no TRE/SE, cujo horário de funcionamento é das **07:00h às 13:00h**.
- 13.2** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no **prazo de até 3 (três) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e **vinculará as(os) participantes e a Administração**.
- 13.2.1** O pedido de esclarecimento ou de impugnação e sua resposta estarão disponíveis no Portal Compras.gov.br e no endereço eletrônico <https://www.tre-se.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes-e-contratos/licitacoes/pregoes/pregoes-2026/licitacoes-2026>.
- 13.2.2** A resposta da(o) Pregoeira(o), quando necessário, será embasada em pronunciamento prévio da Unidade Requisitante ou da Equipe de Planejamento da Contratação, quando for o caso.
- 13.3** As impugnações e os pedidos de esclarecimentos **não possuem efeito suspensivo**, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pela(o) Pregoeira(o), nos autos do processo de licitação.
- 13.4** Acolhida a impugnação e se ela afetar a formulação das propostas, a Administração poderá reavaliar o procedimento de contratação e, se for o caso, designar nova data para a realização do certame.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA**  
**DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**  
(penalidades em sede de processo licitatório)

- 14.1** À(o) **licitante** que, convocada(o) dentro do prazo de validade de sua proposta, incidir nas condutas adiante relacionadas, poderá ser aplicada a penalidade de:
- 14.1.1** **Impedimento de licitar e de contratar com a União:**
- 14.1.1.1** **Por até 2 (dois) meses**, quando deixar de entregar a documentação exigida para o certame.
- 14.1.1.2** **Por até 4 (quatro) meses:**
- a)** Quando ensejar o retardamento da execução do certame.
- a.1)** O retardamento na execução do certame referido é qualquer ação ou omissão da(o) licitante que prejudique o bom andamento do certame e/ou evidencie tentativa de indução a erro no julgamento.
- b)** Quando não mantiver a proposta.
- b.1)** A não manutenção da proposta verifica-se pela recusa do envio de seu detalhamento, quando exigível, ou ainda, pelo pedido da(o) licitante para desclassificação de sua proposta, quando encerrada a etapa competitiva, desde que não esteja fundamentada na demonstração de vício ou de falha na sua elaboração, que evidencie a impossibilidade de seu cumprimento.
- 14.1.1.3** **Por até 12 (doze) meses**, quando recusar-se a assinar/receber o respectivo instrumento contratual (Nota de Empenho ou Contrato).
- 14.1.2** **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, pelo prazo mínimo de **3 (três) anos** e máximo de **6 (seis) anos:**
- 14.1.2.1** Quando apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.
- 14.1.2.2** Quando fraudar a licitação.
- 14.1.2.3** Quando se comportar de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza durante a licitação.
- 14.1.2.4** Quando praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.
- 14.1.2.5** Quando praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da [Lei nº 12.846](#), de 1º de agosto de 2013.
- 14.2** Quando a ação ou omissão da(o) licitante ensejar o enquadramento da conduta em tipos distintos, prevalecerá aquele que comina a sanção mais grave.
- 14.3** A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
- 14.4** Para aplicação das sanções previstas deve ser instaurado processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta de 2 [duas(dois)] ou mais servidoras(es) estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará a(o) licitante para, **no prazo de 15 (quinze) dias úteis**, contados da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 14.4.1** A intimação da(o) **licitante se dará por meio do(s) endereço(s) eletrônico(s) cadastrado(s) no Sicaf (Nível 1 - Credenciamento)**.
- 14.5** A competência para aplicação da penalidade de impedimento de licitar e de contratar com a União é da Diretoria-Geral do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, cabendo recurso no **prazo de 15 (quinze) dias úteis** contado da data da intimação.
- 14.6** A competência para a **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** é da Presidência do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, cabendo Pedido de Reconsideração no **prazo de 15 (quinze) dias úteis** contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis contado do seu recebimento.
- 14.7** A intimação da(o) **licitante acerca da decisão de penalidade, inclusive em sede de Recurso e de Pedido de Reconsideração, será efetivada mediante publicação de Aviso no Diário Oficial da União (DOU) e encaminhamento da íntegra da decisão por meio do(s) endereço(s) eletrônico(s) cadastrado(s) no Sicaf (Nível 1 - Credenciamento)**.
- 14.8** Na hipótese de eventual instauração de processo administrativo sancionatório, a respectiva instrução processual competirá à comissão designada para esse fim e a tramitação ocorrerá nas seguintes unidades:
- 14.8.1** Seção de Licitações (SELIC), nas hipóteses de atos infracionais praticados no curso da licitação.
- 14.8.2** Seção de Contratos (SECON), nas hipóteses de atos infracionais praticados após a adjudicação do objeto.
- 14.9** Infrações verificadas no decorrer da vigência contratual encontram-se disciplinadas no Termo de Referência anexo a este Instrumento.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA**  
**DO FORO**

- 15.1** As questões decorrentes da execução da contratação que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas na Justiça Federal, Seção Judiciária de Sergipe, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA**  
**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

- 16.1** É facultada à(o) **licitante a complementação referente a documento ausente, comprobatório de condição atendida quando da apresentação de sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, atestando condição preexistente à abertura da sessão pública do certame, o qual deverá ser solicitado e avaliado pela(o) Pregoeira(o) (Acórdãos TCU Plenário 1.211/2021 e 966/2022)**.
- 16.1.1** O encaminhamento da documentação complementar deve observar o prazo estipulado pela(o) Pregoeira(o), que será de **no mínimo 2 (duas) horas**, podendo ser prorrogado, desde que acolhida a justificativa da(o) licitante, se não for possível o saneamento por meio de consulta a sítios oficiais disponíveis na Internet.

16.2 No julgamento das propostas e da habilitação, a(o) Pregoeira(o) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em relatório de julgamento (ata) e acessível às(aos) licitantes, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e de habilitação, observado o disposto na Lei 9.784/1999.

16.3 Havendo necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências com vistas ao saneamento de erros/falhas ou comprovação da veracidade das informações prestadas, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema eletrônico ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)) com, no mínimo, **24 (vinte e quatro) horas** de antecedência.

16.4 Em caso de desconexão da(o) Pregoeira(o) nas fases de lances, aceitação e habilitação, o sistema eletrônico ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)) poderá permanecer acessível às(aos) licitantes, retornando a(o) Pregoeira(o) quando possível, sem prejuízo dos atos realizados.

16.4.1 Verificada a desconexão por tempo superior a **10 (dez) minutos**, a sessão pública poderá ser suspensa e reiniciada após decorridas, no mínimo, **24 (vinte e quatro) horas**, após a comunicação do fato às(aos) participantes no sítio eletrônico utilizado para a divulgação ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

16.5 Poderá a(o) Pregoeira(o), na hipótese de ato administrativo equivocado, invocar o Poder-Dever pertinente à Administração Pública, para rever, justificadamente, quaisquer atos praticados durante as etapas de julgamento da(s) proposta(s), de habilitação ou recursal da sessão pública do certame.

16.6 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, será excluído o dia do início e incluído o dia do vencimento, só se iniciando e se vencendo os referidos prazos em dia de expediente no TRE/SE, considerando-se os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

16.7 Os horários estabelecidos no Edital de licitação, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília, Distrito Federal, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

16.8 A sessão pública do certame poderá ocorrer no período das 9h às 18h, em dias de expediente no TRE/SE.

16.8.1 Se a sessão pública, iniciada no período da manhã, se prolongar durante o período vespertino - ou seja, para além das 13 (treze) horas -, poderá haver concessão de intervalo mínimo de 1 (uma) hora, para repouso e alimentação, a critério da(o) Pregoeira(o).

16.8.2 As atividades de suspensão e de reabertura da sessão pública são exclusivas da(o) Pregoeira(o), cabendo à(ao) licitante o acompanhamento dos registros no *chat* do sistema informatizado.

16.9 As regras que tratam das condições de recebimento do objeto da licitação, da Gestão/Fiscalização da Contratação, da(s) forma(s) de pagamento, do reajustamento de preço, da garantia à execução da contratação, se houver, e das penalidades em sede de execução contratual constam do Termo de Referência, das Especificações Técnicas do Serviço e/ou da Minuta de Contrato, que integram o rol de anexos deste Instrumento.

16.10 Informações sobre o Edital poderão ser obtidas pelo telefone (79) 3209-8694/8717, durante o horário de expediente (07:00 às 13:00 horas), ou pelo endereço eletrônico [licitacoes@tre-se.jus.br](mailto:licitacoes@tre-se.jus.br).

16.11 Integram este Ato Convocatório os seguintes anexos:

16.11.1 Anexo I - Termo de Referência.

16.11.2 Anexo II - Especificações Técnicas do Serviço (ETS).

16.11.2.1 Anexo II.1 - Termo de Recebimento e Vistoria (TRV).

16.11.2.2 Anexo II.2 - Termo de Devolução e Vistoria (TDV).

16.11.2.3 Anexo II.3 - Quadro A - Controle mensal por veículo.

16.11.2.4 Anexo II.4 - Quadro B - Ocorrências e substituições – SLA 24h.

16.11.2.5 Anexo II.5 - Quadro C - Conformidade documental e itens de segurança.

16.11.2.6 Anexo II.6 - Modelo de Relatório Mensal da(o) Fiscal.

16.11.2.7 Anexo II.7 - Instrumento de Medição de Resultados (IMR).

16.11.2.7.1 Anexo II.7.1 - Planilha Consolidada do IMR.

16.11.2.8 Anexo II.8 - Modelo de Registro de Ocorrência Contratual (ROC).

16.11.2.9 Anexo II.9 - Modelo de Notificação à(ao) Contratada(o).

16.11.2.10 Anexo II.10 - Lista de Contatos Operacionais.

16.11.3 Anexo III - Modelo de Planilha de Proposta de Preços.

16.11.4 Anexo IV - Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo.

16.11.5 Anexo V - Termo de Ciência.

16.11.6 Anexo VI - Minuta de Contrato.

16.12 Aplicam-se à execução desta contratação e aos casos omissos os recursos operacionais do sistema eletrônico ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)) e a legislação informada no preâmbulo deste Ato Convocatório.

16.13 O Estudo Técnico Preliminar (ETP) correspondente a esta contratação encontra-se disponível no endereço eletrônico <https://www.tre-se.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes-e-contratos> (pesquisar pelo ano e pelo número do Pregão).

**ANEXO I**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

<b>I. DADOS DO PROCESSO</b>	
<b>1.1 Processo administrativo SEI</b>	
0000864-84.2026.6.25.8000	
<b>1.2 Objeto</b>	
Locação de veículos de passeio (carro popular), destinados a atender deslocamentos no Estado de Sergipe relacionados a atividades preparatórias para as Eleições Gerais de 2026, em apoio à sede do TRE/SE e aos Cartórios Eleitorais da Capital.	
<b>1.3 Unidade(s) Demandante(s)</b>	
Núcleo de Transporte Institucional (NTI) Cartórios Eleitorais da Capital	
<b>1.4 Unidade Solicitante</b>	
Responsável titular - Jorgivaldo dos Santos Responsável substituto - Luiz Frank Ribeiro Lopes	Unidade: NTI
<b>1.5 Unidade Técnica</b>	
Núcleo de Transporte Institucional (NTI)	
<b>1.6 Equipe de Planejamento da Contratação</b>	
Integrante Demandante: Titular - Jorgivaldo dos Santos Substituto - Luiz Frank Ribeiro Lopes	Unidade: NTI
Integrante Técnico: Titular - Jorgivaldo dos Santos Substituto - Luiz Frank Ribeiro Lopes	Unidade: NTI
Integrante Administrativo Titular - Walkeline Fraga Dias (ASTEC) Substituto - Ricardo Loeser de Carvalho Filho (ASPLAN-SAO)	Unidade: ASTEC E ASPLAN/SAO
<b>1.7 Responsável pela Aprovação do Estudo Preliminar:</b>	
Nome: Rubens Lisbôa Maciel Filho	Unidade: DG
<b>1.8 Fiscais Previamente Indicados (opcional):</b>	
Fiscal Técnico: Os fiscais serão indicados posteriormente, após a aprovação das contratações que integrarão a solução que atenderá a demanda.  Titular - Substituto -	Unidade:
Fiscal Administrativo: Os fiscais serão indicados posteriormente, após a aprovação das contratações que integrarão a solução que atenderá a demanda.  Titular - Substituto -	Unidade:
Fiscal Setorial: Os fiscais serão indicados posteriormente, após a aprovação das contratações que integrarão a solução que atenderá a demanda.	Unidade:

Titular - Substituto -	
Gestor do Contrato: Os gestores serão indicados posteriormente, após a aprovação das contratações que integrarão a solução que atenderá a demanda. Titular - Substituto -	Unidade:

1. DA DESCRIÇÃO DO OBJETO

1.1 DESCRIÇÃO RESUMIDA

Item	Código SIASG	Especificação do serviço	Descrição complementar	Métrica/ Unidade	Quantidade	Valor de Referência (vide detalhamento constante do Ato Convocatório - preâmbulo)
1	4014	Locação de Veículos - Leves / Pesados - Sem Motorista	Veículo de passeio tipo popular; sem motorista e sem combustível; motor 1.0 (1000cc) ou superior, FLEX (bicomcombustível: gasolina e etanol); com ar-condicionado; quatro portas; capacidade mínima para cinco pessoas; ano de fabricação 2022 ou superior; franquia mensal de 3.000 km por veículo; manutenção preventiva/corretiva; assistência 24h/guincho quando aplicável; seguro vigente e substituição em até 24 horas, nos termos previstos no ETS.	Serviço	01	R\$ 99.867,24

1.1.1 O objeto desta contratação atenderá às necessidades dos Cartórios Eleitorais sediados na Capital e da sede do Tribunal, complementarmente à sua frota, no período de 1/07/2026 a 09/10/2026 (ou, se houver 2º turno, até 31/10/2026), conforme a demanda especificada a seguir:

Unidade	Julho	Agosto	Setembro	Outubro
Sede do TRE/SE (CENAF/Capucho)	4	4	4	4
Cartórios Eleitorais da Capital	4	4	6	6
Total de veículos no período	8	8	10	10

1.2 CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.2.1 A contratação tem por objeto a disponibilização de veículos de passeio para uso institucional do TRE/SE, sem fornecimento de motorista e sem fornecimento de combustível.
- 1.2.2 O objeto compreende, obrigatoriamente, a entrega inicial, a disponibilização regular da frota, a manutenção preventiva e corretiva, a assistência 24h/guincho quando aplicável, a cobertura securitária durante toda a execução, a substituição de veículo em caso de indisponibilidade e a devolução final com vistoria.
- 1.2.3 A entrega inicial e a devolução final ocorrerão na Sede do TRE/SE, em Aracaju/SE, podendo haver remanejamento entre unidades usuárias (Sede e Cartórios Eleitorais da Capital), desde que mantido o quantitativo total previsto para cada período e observados os registros operacionais exigidos no ETS.
- 1.2.4 Os veículos ficarão à disposição da Justiça Eleitoral, nos endereços abaixo indicados, para atendimento das demandas de deslocamento no estado de Sergipe:
- 1.2.4.1 Sede do TRE/SE: CENAF, Lote 7, Variante 2, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49.081-000.
- 1.2.4.2 Sede dos Cartórios Eleitorais da Capital: Fórum Des. Aloísio de Abreu Lima, situado na Rua Itabaiana, 580, Bairro São José, Aracaju/SE, CEP 49.015-110.
- 1.2.5 Não integram o escopo da presente contratação o fornecimento de motorista, o fornecimento de combustível e quaisquer rotinas típicas de contratos com dedicação exclusiva de mão de obra.
- 1.2.6 Todas as especificações técnicas, operacionais, de controle, de fiscalização, de evidências mínimas, de medição e de pagamento constam do artefato Especificações Técnicas dos Serviços (ETS), que integra a contratação e prevalece quanto às condições técnicas específicas do objeto.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 JUSTIFICATIVA PARA CONTRATAÇÃO DO OBJETO

- 2.1.1 A realização das eleições demanda a execução de diversas atividades preparatórias e operacionais, tais como treinamento de mesárias e mesários, ações de fiscalização, transporte de materiais, apoio à auditoria de urnas, entre outras providências indispensáveis à regularidade do pleito. Tais atividades, especialmente no período eleitoral, extrapolam a capacidade ordinária de atendimento da estrutura administrativa existente no Tribunal, impondo ao TRE/SE a adoção de contratações sazonais, cuja vigência, em regra, se encerra com a conclusão do processo eleitoral.
- 2.1.2 No caso em exame, a contratação pretendida destina-se a suprir as necessidades de deslocamento no âmbito do Estado de Sergipe, as quais se intensificam, ordinariamente, a partir do mês de julho dos anos eleitorais, com especial relevo nos dias que antecedem o pleito, no dia da votação e nas atividades posteriores relacionadas à fiscalização, ao suporte logístico e à totalização dos resultados.
- 2.1.3 A ausência desse suporte adicional comprometeria a logística eleitoral e poderia ocasionar prejuízos à execução tempestiva das atividades institucionais, com risco de atrasos em procedimentos essenciais ao regular funcionamento da votação e da apuração.
- 2.1.4 Nesse contexto, a presente contratação tem por finalidade reforçar a capacidade logística e operacional do TRE/SE durante o ciclo das Eleições 2026, período em que se verifica o aumento expressivo dos deslocamentos institucionais, a ampliação das rotinas de apoio administrativo e a elevação da demanda por veículos destinados ao atendimento das unidades da Capital e ao suporte das atividades correlatas ao pleito.
- 2.1.5 Conforme consignado no Estudo Técnico Preliminar (ETP), a solução mais vantajosa para o cenário atual consiste na locação de veículos sem motorista e sem combustível, com aproveitamento dos contratos vigentes destinados ao fornecimento de motoristas e ao abastecimento dos veículos. Tal modelagem permite concentrar a presente contratação na disponibilização da frota, promovendo maior racionalização administrativa, redução do custo global da solução e melhor delimitação do objeto contratual.
- 2.1.6 A necessidade é previsível, sazonal e diretamente vinculada ao período eleitoral, com início estimado em julho de 2026 e término após a conclusão das atividades relacionadas ao pleito de outubro de 2026, inclusive eventual segundo turno. Assim, a não contratação da solução comprometeria o atendimento das demandas operacionais das unidades usuárias e ampliaria o risco de descontinuidade de atividades essenciais de apoio às Eleições 2026.

2.2 ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

- 2.2.1 A contratação guarda alinhamento com o planejamento institucional, pois se relaciona com objetivos e diretrizes previstos no Mapa Estratégico 2021–2026 do TRE/SE, especialmente no que se refere ao fortalecimento da capacidade administrativa e à adequada gestão dos recursos institucionais.
- 2.2.2 Nos termos da análise de cenários prevista na Resolução TRE/SE 5/2021, a contratação apresenta aderência, em especial, aos seguintes Macrodesafios:
- a) Macrodesafio 7 – Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária, inserido na perspectiva Processos Internos, na medida em que assegura suporte logístico adequado à execução das atividades institucionais;
- b) Macrodesafio 9 – Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira, inserido na perspectiva Aprendizado e Crescimento, tendo em vista que a demanda foi previamente planejada e está compatibilizada com a programação administrativa e orçamentária do Tribunal.
- 2.2.3 Registra-se, ainda, que a presente demanda decorre de necessidade previsível e de caráter sazonal, encontrando-se contemplada no Plano de Contratações Anual do exercício de 2026, conforme Anexo II da Portaria Normativa TRE/SE 104/2025.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

- 3.1 A solução consiste na locação de até 10 (dez) veículos de passeio, tipo popular, sem motorista e sem combustível, a serem disponibilizados de forma escalonada, observada a seguinte distribuição: 8 (oito) veículos nos meses de julho e agosto de 2026 e 10 (dez) veículos nos meses de setembro e outubro de 2026.
- 3.2 A contratação compreende a disponibilização dos veículos em regime de uso exclusivo pelo TRE/SE durante o período de vigência contratual, devendo a prestação abranger, no mínimo, a manutenção preventiva e corretiva da frota, a assistência 24 (vinte e quatro) horas, inclusive com serviço de guincho, quando necessário, a cobertura securitária, a substituição do veículo em até 24 (vinte e quatro) horas, nas hipóteses previstas no ajuste, bem como os procedimentos de entrega e devolução formalizados mediante vistoria e registro das condições do veículo.
- 3.3 A solução abrange, ainda, a manutenção das condições de regularidade, segurança e aptidão operacional dos veículos durante toda a execução contratual, competindo à CONTRATADA assegurar que a frota permaneça em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas e em condições adequadas de circulação e uso.
- 3.4 A franquia mensal será de 3.000 km (três mil quilômetros) por veículo, com apuração por franquia global da frota no respectivo período de referência, admitida a compensação de quilometragem entre os veículos disponibilizados.



3.5 A quilometragem somente poderá ser cobrada quando houver prestação efetiva de sua ocorrência, validação pela fiscalização contratual e superação da franquia global aplicável ao período apurado.

3.6 A descrição detalhada da solução, incluídas as especificações dos veículos, as condições de execução, os requisitos mínimos da prestação e as obrigações correlatas, consta do Anexo Especificações Técnicas do Serviço (ETS).

**4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

**4.1 REQUISITOS ESPECÍFICOS**

4.1.1 O serviço deverá ser executado por empresa regularmente constituída e apta ao exercício da atividade pertinente ao objeto, em conformidade com a legislação aplicável, com as disposições deste Termo de Referência e com as condições estabelecidas no Anexo Especificações Técnicas do Serviço (ETS) e nos demais anexos do instrumento convocatório.

**4.2 SUSTENTABILIDADE**

4.2.1 Durante a execução contratual, deverão ser observados os critérios de sustentabilidade ambiental, social e de acessibilidade aplicáveis ao objeto, na forma estabelecida no Anexo Especificações Técnicas do Serviço (ETS).

4.2.2 Os requisitos de sustentabilidade previstos para a contratação observam os princípios da legalidade, da isonomia, da razoabilidade e da competitividade, não implicando restrição indevida ao caráter competitivo do certame.

**4.3 SUBCONTRATAÇÃO**

4.3.1 Admite-se a subcontratação parcial para o fornecimento ou a disponibilização do(s) veículo(s) empregado(s) na execução do serviço, desde que previamente autorizada, de forma expressa, pelo Gestor do Contrato.

4.3.2 Para fins do subitem anterior, a CONTRATADA deverá comprovar o vínculo jurídico que a autorize a disponibilizar o(s) veículo(s), por meio de propriedade, arrendamento mercantil, locação, comodato, cessão, contrato de disponibilidade ou instrumento equivalente, bem como apresentar a documentação de regularidade pertinente.

4.3.3 A subcontratação parcial não afasta a responsabilidade integral da CONTRATADA pela execução do objeto, pela qualidade da prestação, pelo cumprimento dos prazos e por todas as demais obrigações contratuais, legais e regulamentares, não se estabelecendo qualquer vínculo entre TRE/SE e o subcontratado.

4.3.4 É vedada a utilização de veículos de particulares, pessoas físicas, e de veículos caracterizados como “carro de praça”, tais como táxi, Uber ou similares.

4.3.5 As demais condições, limites e procedimentos aplicáveis à subcontratação constam do Anexo Especificações Técnicas do Serviço (ETS).

**4.4 GARANTIA DA CONTRATAÇÃO**

4.4.1 Não será exigida garantia de execução contratual, em observância ao juízo de proporcionalidade consignado no Estudo Técnico Preliminar, sem prejuízo das demais salvaguardas contratuais, dos mecanismos de fiscalização e da aplicação das sanções cabíveis.

**4.5 TRANSIÇÃO CONTRATUAL**

4.5.1 Não se aplica à presente contratação a exigência de transição contratual, tendo em vista que o objeto é padronizado, não envolve transferência de conhecimento ou tecnologia e possui prazo determinado de 4 (quatro) meses, vinculado à necessidade sazonal do período eleitoral.

**4.6 VISTORIA PRÉVIA**

4.6.1 Não será exigida vistoria prévia como condição para participação no certame ou para apresentação de proposta.

4.6.2 A dispensa de vistoria prévia não afasta a obrigatoriedade de realização de vistoria na entrega inicial e na devolução final dos veículos, mediante os procedimentos e registros previstos no ETS.

**4.7 PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS**

4.7.1 Fica vedada a participação de sociedades cooperativas, nos termos da estratégia da contratação registrada no Estudo Técnico Preliminar.

**4.8 PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS**

4.8.1 Fica vedada a participação de licitantes constituídas sob a forma de consórcio, nos termos da estratégia da contratação registrada no Estudo Técnico Preliminar.

**5. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**

**5.1 DINÂMICA DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

5.1.1 A execução do serviço objeto da contratação deverá ser realizada diretamente pela CONTRATADA, por intermédio de veículos de sua propriedade ou a ela vinculados juridicamente, observadas rigorosamente as especificações, prazos e condições contidas neste Termo de Referência (e nos demais Anexos ao Ato Convocatório) e a legislação pertinente, bem como em observância às boas práticas operacionais, às normas regulamentares de segurança e saúde no trabalho, às normas internas da Instituição, entre outras.

5.1.2 A execução do objeto desta contratação deve atender à dinâmica e às especificações indicadas no Anexo Especificações Técnicas do Serviço (ETS).

**5.2 DURAÇÃO DO CONTRATO**

5.2.1 A contratação tem por escopo atender o período 1º de julho de 2026 a 9 de outubro de 2026 e, se houver segundo turno de eleições, a prestação do serviço se prolongará até o dia 31 de outubro de 2026.

**5.3 OBRIGAÇÕES DO TRE/SE E SUAS VEDAÇÕES**

5.3.1 Obrigações do TRE/SE:

5.3.1.1 Emitir a Nota de Empenho e adotar as providências administrativas necessárias à formalização e ao regular início da contratação.

5.3.1.2 Proporcionar à CONTRATADA as condições indispensáveis à adequada execução do objeto da contratação, inclusive quanto ao acesso aos locais de entrega, recolhimento, vistoria e demais atos necessários ao cumprimento contratual.

5.3.1.3 Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pela(o) representante ou pela(o) Preposta(o) da CONTRATADA.

5.3.1.4 Acompanhar e fiscalizar a execução da contratação, em todas as suas fases, a fim de verificar o integral cumprimento das especificações do objeto pactuado, do ETS, do IMR e das demais condições estabelecidas nos demais Anexos ao Ato Convocatório.

5.3.1.5 Receber e conferir os serviços em conformidade com os prazos e condições fixados neste Instrumento e nos demais Anexos ao Ato Convocatório, verificando sua compatibilidade com as especificações estabelecidas, rejeitando, no todo ou em parte, se houver irregularidades, vícios, inadequações ou desconformidades.

5.3.1.6 Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, de acordo com as condições de preço, medição, liquidação e prazo estabelecidas neste Instrumento e nos demais Anexos ao Ato Convocatório.

5.3.1.7 Comunicar formalmente à CONTRATADA quaisquer falhas, irregularidades ou ocorrências verificadas no cumprimento da execução contratual, preferencialmente por meio eletrônico, inclusive para fins de contagem de prazo de saneamento, aferição do SLA e registro de evidências.

5.3.1.8 Realizar as avaliações previstas no Instrumento de Medição de Resultados – IMR, com base nas evidências mínimas exigidas para fiscalização, medição, recebimento e pagamento.

5.3.1.9 Assegurar o acesso às suas dependências das(os) profissionais incumbidas(os) da entrega, retirada, manutenção, assistência, vistoria ou substituição dos veículos, desde que devidamente identificadas(os) e em observância às normas internas de segurança e disciplina do TRE/SE.

5.3.1.10 Emitir decisão expressa sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou sem interesse para a boa execução do ajuste, nos termos do art. 123 da Lei 14.133/2021.

5.3.1.10.1 Concluída a instrução do requerimento, o TRE/SE terá o prazo de 1 (um) mês para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

5.3.1.11 Definir, por intermédio das unidades usuárias e da fiscalização competente, a distribuição operacional dos veículos e os eventuais remanejamentos entre unidades, observado o quantitativo total contratado e o interesse do TRE/SE.

5.3.1.12 Formalizar os acionamentos operacionais da CONTRATADA pelos canais previstos no ajuste, especialmente em caso de pane, sinistro, avaria, indisponibilidade, necessidade de manutenção, substituição ou regularização documental.

5.3.2 Vedações aplicáveis ao TRE/SE:

5.3.2.1 Praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como:

5.3.2.1.1 Exercer poder de mando direto sobre empregadas(os), motoristas de apoio, atendentes, mecânicos, guincheiros ou quaisquer profissionais vinculados à CONTRATADA, devendo reportar-se somente à(ao) Preposta(o) ou à pessoa por ela indicada.

5.3.2.1.2 Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar na empresa CONTRATADA.

5.3.2.1.3 Determinar à CONTRATADA a utilização de oficina, seguradora, central de atendimento, sistema interno, guincho, logística ou pessoal específico, salvo quando houver exigência legal, técnica ou contratual expressa.

5.3.2.1.4 Assumir, por ação ou omissão, responsabilidades próprias da CONTRATADA quanto à manutenção, regularização documental, seguro, assistência, substituição de veículos ou demais obrigações inerentes à execução do objeto.

5.3.2.2 Utilizar os veículos em desconformidade com a finalidade institucional da contratação ou fora das condições estabelecidas no ajuste, sem prejuízo das hipóteses de uso operacional regularmente autorizadas.

**5.4 OBRIGAÇÕES DA ADJUDICATÁRIA/CONTRATADA E SUAS VEDAÇÕES**

5.4.1 A ADJUDICATÁRIA/CONTRATADA deverá cumprir, além das disposições constantes deste Termo de Referência, do Anexo Especificações Técnicas do Serviço (ETS), do Instrumento de Medição de Resultado (IMR), do Contrato e dos demais documentos integrantes da contratação, as obrigações previstas neste item.

5.4.1.1 Obrigações da ADJUDICATÁRIA na fase pré-contratual:

5.4.1.1.1 Comprovar a manutenção das condições de habilitação informadas por ocasião do certame licitatório, particularmente em relação à regularidade fiscal federal e trabalhista, bem como da inexistência de obstáculos ao direito de contratar com a Administração Pública.

5.4.1.1.2 Comprovar o atendimento das seguintes condições:

5.4.1.1.2.1 Não possuir inscrição no cadastro de empregadoras(es) flagradas(os) explorando trabalhadoras(es) em condições análogas às de escravo(o), instituído pela [Portaria Interministerial MTE/MDHC/MIR nº 18, de 13 de setembro de 2024](#).



5.4.1.1.2.1.1 O Cadastro de Empregadores previsto na Portaria Interministerial MTE/MDHC/MIR nº 18/2024 está disponível para consulta no sítio institucional do Ministério do Trabalho e Previdência Social na rede mundial de computadores ([https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/inspecao-do-trabalho/areas-de-atuacao/cadastro\\_de\\_empregadores.pdf](https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/inspecao-do-trabalho/areas-de-atuacao/cadastro_de_empregadores.pdf))

5.4.1.1.2.2 Não ter sido condenada, a licitante vencedora ou suas(seus) dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta à previsão dos artigos 1º e 170 da Constituição Federal de 1988; do artigo 149 do Código Penal Brasileiro; do Decreto 5.017/2004 (promulga o Protocolo de Palermo) e das Convenções da OIT C029 - Trabalho Forçado ou Obrigatório e C 105 -Abolição do Trabalho Forçado.

5.4.1.1.2.2.1 A condição prevista neste item será comprovada por meio de declaração firmada por representante legal da CONTRATADA, sendo que a declaração falsa sujeitará a empresa às sanções previstas em lei e no ato convocatório e seus anexos.

5.4.1.1.3 Indicar os dados pessoais da(o) representante que será responsável pela assinatura do Contrato, inclusive com a comprovação dos poderes legais necessários para tanto, bem como realizar o cadastro no sistema processual (SEI) para esse fim.

5.4.1.1.3.1 A(O)(s) representante(s) da empresa vencedora deverá realizar, caso necessário, cadastro para acesso ao SEI para fins de assinatura digital, conforme procedimento repassado pela Seção de Contratos (SECON).

5.4.1.1.4 Indicar os dados pessoais e contatos comerciais de agente responsável por sua representação legal.

5.4.1.1.4.1 Informar os canais formais de comunicação e de acionamento, no mínimo e-mail, telefone e WhatsApp corporativo, os quais deverão permanecer ativos durante toda a vigência contratual.

5.4.1.1.5 Indicar, até a assinatura do Contrato, Preposta(o) para representá-la na execução do objeto contratual, com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos, fornecendo nome completo, telefone, endereço eletrônico e número de WhatsApp corporativo, reservando-se ao TRE/SE o direito de determinar, motivadamente e a qualquer tempo, sua substituição.

5.4.1.1.6 Apresentar os demais documentos e informações necessários e suficientes à assinatura do respectivo Contrato.

5.4.1.1.7 Receber Nota de Empenho e assinar o respectivo Contrato.

5.4.1.1.8 Não possuir registro no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (Cadin), cuja consulta é obrigatória para a celebração da contratação, nos termos do artigo 6º-A, da Lei 10.522/2002, e do artigo 11-A, III, da [Portaria PGFN 819/2023](#).

**5.4.1.2 Obrigações GERAIS da CONTRATADA durante a execução:**

5.4.1.2.1 Executar o objeto em conformidade com este Termo de Referência, com o ETS, com o Contrato e com a proposta apresentada, com observância às recomendações da boa técnica, às normas aplicáveis e à legislação vigente.

5.4.1.2.2 Executar os serviços nos prazos fixados neste Instrumento, no ETS e no Contrato, de acordo com as especificações, normas técnicas e diretrizes indicadas pela GESTÃO/FISCALIZAÇÃO da contratação.

5.4.1.2.3 Responsabilizar-se pelo pagamento da mão de obra, bem como por todas as obrigações sociais, trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, transportes, seguros e demais encargos necessários à execução, conclusão e quitação dos serviços contratados.

5.4.1.2.4 Arcar com a responsabilidade decorrente de falhas, erros ou defeitos na execução do serviço, quando resultantes de culpa ou dolo da CONTRATADA, independentemente da atuação fiscalizatória do TRE/SE.

5.4.1.2.5 Cumprir tempestiva e integralmente as determinações da GESTÃO/ FISCALIZAÇÃO da contratação.

5.4.1.2.5.1 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelos agentes de fiscalização do TRE/SE, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, aos documentos relativos à execução contratual.

5.4.1.2.6 Facilitar, por todos os meios, o exercício das funções da GESTÃO/FISCALIZAÇÃO da contratação, atendendo às solicitações formuladas e fornecendo, a qualquer momento, todas as informações pertinentes ao objeto contratado.

5.4.1.2.7 Verificar e conferir todos os documentos e instruções que lhe forem fornecidos, comunicando à GESTÃO/FISCALIZAÇÃO da contratação qualquer irregularidade, incorreção ou discrepância encontrada que desaconselhe ou impeça a execução.

5.4.1.2.7.1 A não observância das informações constantes dos documentos e instruções referidos no subitem anterior transferirá à CONTRATADA a responsabilidade pelos prejuízos decorrentes da execução defeituosa.

5.4.1.2.8 Paralisar, por determinação do TRE/SE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens do TRE/SE ou de terceiros.

5.4.1.2.9 Na hipótese de substituição da(o) Preposta(o), a CONTRATADA deverá comunicar formalmente o TRE/SE e apresentar, **de imediato**, os dados da(o) nova(o) representante, de modo a não haver descontinuidade na interlocução administrativa e operacional, sem prejuízo de, quando necessário, formalizar complementação documental no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.

5.4.1.2.10 Manter a(o) Preposta(o) disponível durante toda a vigência contratual, inclusive para atendimento a panes, sinistros, substituições, regularização documental, prestação de informações e demais providências necessárias à continuidade do serviço.

5.4.1.2.11 Manter atualizados o endereço eletrônico, o telefone e o número de WhatsApp corporativo aptos ao recebimento de comunicações, notificações e acionamentos.

5.4.1.2.12 Encaminhar à GESTÃO/FISCALIZAÇÃO toda a documentação e as evidências exigidas para entrega, substituição, manutenção, regularidade, medição, recebimento e pagamento.

5.4.1.2.13 Reparar, corrigir, remover, substituir ou refazer, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, inadequações ou desconformidades.

5.4.1.2.14 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado ao TRE/SE ou a terceiros, devendo promover o ressarcimento integral, sem prejuízo de o TRE/SE descontar dos pagamentos eventualmente devidos o valor correspondente aos danos sofridos.

5.4.1.2.15 Responder integralmente pelos danos causados ao TRE/SE ou a terceiros em razão da execução contratual, não excluindo nem reduzindo essa responsabilidade a atuação da FISCALIZAÇÃO.

5.4.1.2.16 Manter, durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5.4.1.2.17 Não transferir a terceiros a execução do objeto, salvo na hipótese de subcontratação parcial expressamente admitida e previamente autorizada.

5.4.1.2.17.1 Na hipótese de subcontratação parcial autorizada, manter integral responsabilidade perante o TRE/SE pela execução do objeto e por todas as obrigações contratuais.

5.4.1.2.18 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da contratação e observar, no que couber, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais e as normas de ética e integridade do TRE/SE (Resolução TRE/SE nº 120/2015).

5.4.1.2.19 Assinar Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes no TRE/SE, e providenciar para que as(os) empregadas(os) diretamente vinculadas(os) à contratação firmem o Termo de Ciência, ambos anexos ao ato convocatório.

5.4.1.2.19.1 O acesso às dependências do TRE/SE ficará condicionado ao atendimento da exigência prevista no subitem 5.4.1.2.19.

5.4.1.2.20 Apresentar tempestivamente toda a documentação necessária à liquidação da despesa e ao pagamento mensal dos serviços, conforme fixado neste Instrumento e no Contrato.

5.4.1.2.21 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, a CONTRATADA deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização da contratação, até o dia 30 (trinta) do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

- a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- c) Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT.

**5.4.1.3 Obrigações ESPECÍFICAS decorrentes da natureza do objeto contratado (sem prejuízo das condições e obrigações previstas no ETS):**

5.4.1.3.1 Disponibilizar veículos de passeio, tipo popular, sem motorista e sem combustível, observadas as especificações mínimas de motorização, ano/modelo, capacidade, número de portas, itens obrigatórios de segurança e regularidade documental definidos na contratação.

5.4.1.3.2 Garantir a disponibilização contínua da frota contratada, nos quantitativos e períodos definidos pelo TRE/SE.

5.4.1.3.3 Manter os veículos em perfeitas condições de uso, funcionamento, segurança, conservação e limpeza, providenciando, às suas expensas, as manutenções preventivas e corretivas necessárias, sem prejuízo da continuidade da prestação.

5.4.1.3.4 Prestar assistência 24 (vinte e quatro) horas e serviço de guincho, quando cabível, bem como adotar as providências necessárias ao pronto restabelecimento da execução.

5.4.1.3.5 Substituir, sem ônus adicional para o TRE/SE, o veículo indisponível, inadequado, irregular, sinistrado, avariado, reprovado em vistoria ou impedido de circular, observado o prazo contratual aplicável e, quando cabível, o SLA de até 24 (vinte e quatro) horas.

5.4.1.3.6 Entregar e recolher os veículos nos locais, datas e horários definidos pelo CONTRATANTE, com observância dos procedimentos de vistoria, conferência e registro previstos na contratação.

5.4.1.3.7 Manter vigente, durante toda a execução contratual, a documentação legal e securitária dos veículos, inclusive CRLV-e e apólice ou cobertura de seguro, apresentando os respectivos comprovantes sempre que solicitado.

5.4.1.3.8 Consolidar e fornecer todas as informações necessárias à avaliação da execução contratual e ao preenchimento do IMR, inclusive quanto à disponibilidade da frota, substituições, manutenções, acionamentos, ocorrências e evidências correspondentes.

5.4.1.3.9 Observar, no que couber, as práticas de sustentabilidade ambiental e social aplicáveis à contratação, especialmente quanto à manutenção regular dos veículos, à destinação ambientalmente adequada de resíduos automotivos e às exigências de sustentabilidade social previstas no ETS.

5.4.1.3.10 Providenciar, às suas expensas, a identificação visual dos veículos disponibilizados ao TRE/SE, conforme padrão, conteúdo e layout definidos pelo TRE/SE, mantendo-a em condições adequadas de conservação e legibilidade durante todo o período de disponibilização, quando exigida.

5.4.1.3.11 Cumprir as demais condições e obrigações indicadas no Anexo Especificações Técnicas do Serviço (ETS).

5.4.1.3.11.1 As obrigações específicas relacionadas à execução do objeto deverão ser interpretadas e cumpridas em conformidade com o Anexo Especificações Técnicas do Serviço (ETS).

5.4.1.3.11.2 Em caso de dúvida ou aparente divergência entre as disposições deste Termo de Referência e as do Anexo Especificações Técnicas do Serviço (ETS), prevalecerão as disposições constantes do ETS, sem prejuízo da observância das demais regras do edital, do Contrato e da legislação aplicável.

**5.4.2 Vedações aplicáveis à CONTRATADA:**

5.4.2.1 Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento do TRE/SE, salvo nas hipóteses admitidas em lei.

5.4.2.2 Utilizar veículos de particulares, pessoas físicas, e/ou caracterizados como “carro de praça”, tais como táxi, Uber ou similares, para cumprimento do objeto contratual.

5.4.2.3 Veicular publicidade, divulgar informações ou dar publicidade à prestação dos serviços ou à relação contratual mantida com o TRE/SE, sem prévia autorização da Administração.

5.4.2.4 Caucionar ou utilizar a Nota de Empenho ou o Contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização do TRE/SE, quando juridicamente cabível.

5.4.2.5 Associar-se com outrem, realizar fusão, cisão ou incorporação de modo a prejudicar a execução do Contrato, a juízo do TRE/SE.

5.4.2.6 Descumprir os canais formais de comunicação e acionamento definidos na contratação, especialmente quando isso comprometer a comprovação do acionamento, a contagem de prazo de SLA, a fiscalização ou a apuração de responsabilidade.

5.4.2.7 Opor embaraço à FISCALIZAÇÃO, sonegar documentos, retardar resposta a notificações ou deixar de apresentar as evidências mínimas exigidas para medição, recebimento e pagamento.

5.4.2.8 Praticar ato lesivo à Administração Pública ou adotar conduta que viole as exigências de integridade, sustentabilidade social, observância da legislação trabalhista, proteção de direitos fundamentais ou demais deveres legais e contratuais aplicáveis à execução do objeto.

5.4.2.9 Permitir a utilização de qualquer trabalho por menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, e permitir a utilização do trabalho por menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

5.4.2.10 Contratar servidora(servidor) pertencente ao quadro de pessoal do TRE/SE, ativa(o) ou aposentada(o) há menos de 5 (cinco) anos, ou ocupante de cargo em comissão, assim como seu cônjuge, companheira(o), parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, durante a vigência da contratação.

5.4.2.11 Integram o presente rol as demais vedações previstas no Anexo Especificações Técnicas do Serviço (ETS).

**5.5 TREINAMENTO**

6.5.1.1 A contratação não requer que a CONTRATADA realize treinamento de equipe do TRE/SE.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 CONDIÇÕES GERAIS

6.1.1 A contratação do objeto do presente processo de licitação será formalizada mediante contrato, contendo as informações e cláusulas essenciais, nos termos do art. 92 da Lei 14.133/2021, e alterações posteriores, sendo parte integrante da contratação as cláusulas e obrigações descritas neste Termo de Referência e nos demais Anexos ao Ato Convocatório.

6.1.2 A adjudicatária será convocada, preferencialmente por mensagem eletrônica, para assinar o contrato no prazo de até **5 (cinco) dias úteis**, contado do primeiro dia útil seguinte ao envio da convocação ou da disponibilização do documento no Sistema Eletrônico de Informações – SEI.

6.1.2.1 A assinatura do instrumento contratual ocorrerá, preferencialmente, por meio eletrônico, no âmbito do Sistema Eletrônico de Informações – SEI, devendo o(s) representante(s) legal(is) da empresa adjudicatária providenciar, em tempo hábil, o respectivo cadastro para acesso ao sistema e assinatura digital, conforme orientações repassadas pela Seção de Contratos – SECON.

6.1.3 A contratação deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.1.3.1 É vedado ao TRE/SE retardar imotivadamente a execução contratual, inclusive em razão de alteração superveniente de titularidade no órgão ou unidade administrativa.

6.1.4 As comunicações entre o TRE/SE e a CONTRATADA serão realizadas, preferencialmente, por escrito, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica, inclusive por e-mail ou aplicativo de mensagens, sempre que compatível com a natureza do ato.

6.1.4.1 A CONTRATADA deverá informar e manter atualizados endereço de e-mail, número de telefone e número de telefone móvel com acesso ao aplicativo WhatsApp, para fins de recebimento de comunicações, notificações e demais expedientes relacionados à execução contratual.

6.1.5 As comunicações de atos processuais e administrativos serão realizadas por meio dos canais formais informados pela CONTRATADA, conforme item 6.1.4.1, sem prejuízo de publicação na imprensa oficial, quando exigida em lei.

6.1.6 Após a assinatura do contrato, o TRE/SE poderá convocar representante da CONTRATADA para reunião inicial de alinhamento, destinada à apresentação das condições de execução e fiscalização contratual, abrangendo, entre outros aspectos, as obrigações contratuais, os mecanismos de acompanhamento, os fluxos de comunicação e acionamento, os procedimentos de medição, os formulários e registros aplicáveis, o Instrumento de Medição de Resultados – IMR, quando cabível, e as sanções administrativas pertinentes.

6.1.7 O TRE/SE poderá, a qualquer tempo, convocar representante da CONTRATADA para prestar esclarecimentos, alinhar procedimentos ou adotar providências que devam ser cumpridas de forma imediata.

6.2 FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DA CONTRATAÇÃO

6.2.1 A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por representantes do TRE/SE especialmente designados para as funções de fiscalização e gestão do contrato, ou por seus substitutos, admitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações especializadas pertinentes a essas atribuições.

6.2.1.1 A fiscalização do contrato será exercida por fiscal(is) designado(s) no instrumento contratual e/ou em ato próprio do TRE/SE, observado o conjunto de atribuições nele previsto.

6.2.1.2 A gestão do contrato será exercida por servidor(a) designado(a) como gestor(a) no instrumento contratual e/ou em ato próprio do TRE/SE, observadas as atribuições ali definidas.

6.2.2 As(os) servidoras(es) designadas(os) para o acompanhamento e a fiscalização da execução contratual poderão, no âmbito de suas atribuições, determinar a correção de inconsistências, propor ajustes contratuais ou procedimentais e solicitar a instauração de processo administrativo para apuração de infrações e eventual aplicação das sanções cabíveis.

6.2.3 A(O)s agentes de fiscalização e gestão do TRE/SE devem atuar em conformidade com as seguintes diretrizes:

6.2.3.1 Acompanhar a execução a fim de verificar a compatibilidade do serviço executado com as especificações exigidas;

6.2.3.2 Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução contratual;

6.2.3.3 Determinar, no âmbito de sua competência, as providências necessárias à correção das irregularidades verificadas;

6.2.3.4 Rejeitar, no todo ou em parte, o serviço contratado que não obedecer ao disposto no Edital, na proposta da CONTRATADA e no Contrato;

6.2.3.5 Comunicar tempestivamente à autoridade competente as situações que demandem decisão ou providência que ultrapassem sua esfera de atuação;

6.2.3.6 Solicitar auxílio de Unidades especializadas do TRE/SE (inclusive as unidades de assessoramento jurídico e de auditoria), que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-la(o)s com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual;

6.2.3.7 Colaborar com eventual instrução processual.

6.2.4 A CONTRATADA deverá atuar em conformidade com as seguintes diretrizes:

6.2.4.1 Indicar Representante com poderes para praticar os atos necessários à gestão administrativa da contratação, inclusive firmar o contrato e seus aditamentos, assinar requerimentos e petições, bem como receber notificações e intimações, dentre outras;

6.2.4.2 Manter Preposta(o) aceita(o) pelo TRE/SE para representá-la(o) na execução contratual;

6.2.4.3 Reparar, corrigir, remover ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto da contratação em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela eventualmente empregados;

6.2.4.4 Responder pelos danos causados diretamente ao TRE/SE ou a terceiros em razão da execução contratual, não excluindo nem reduzindo essa responsabilidade a atuação da fiscalização ou o acompanhamento pela Administração;

6.2.4.5 Responsabilizar-se integralmente pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução contratual.

6.2.4.5.1 A inadimplência da CONTRATADA quanto aos encargos referidos no item anterior não transferirá ao TRE/SE a responsabilidade por seu pagamento.

6.2.5 A qualidade da execução contratual será aferida de forma periódica e objetiva mediante aplicação do Instrumento de Medição de Resultados – IMR, observado o regramento estabelecido neste Termo de Referência, no ETS e em seus anexos.

6.2.5.1 O IMR poderá ser revisto, mediante motivação e formalização cabível, para adequação à realidade da execução contratual, desde que preservados a objetividade dos critérios de avaliação, a compatibilidade com o ETS e o equilíbrio contratual.

6.2.5.2 A CONTRATADA ficará sujeita à repercussão financeira decorrente do resultado apurado no IMR, inclusive à redução proporcional do valor da fatura mensal, sem prejuízo das demais medidas contratuais e sancionatórias cabíveis.

6.2.6 Os esclarecimentos solicitados pelos agentes de fiscalização do TRE/SE deverão ser prestados pela CONTRATADA no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, salvo se, em razão da complexidade da matéria, for fixado prazo diverso pela fiscalização.

6.2.7 Verificada desconformidade na execução contratual em relação a este Termo de Referência, às especificações técnicas ou às orientações expedidas pelo TRE/SE, o gestor do contrato poderá, sem prejuízo das sanções cabíveis, determinar a adoção das providências necessárias à regularização da execução, inclusive a paralisação total ou parcial de atividades irregulares e o saneamento, refazimento ou substituição do que houver sido executado em desconformidade, às expensas da CONTRATADA, quando couber.

6.2.7.1 A determinação de paralisação de atividades em desconformidade somente poderá ser adotada pelos agentes de fiscalização e gestão do TRE/SE ou por seus superiores hierárquicos, sempre que necessária à prevenção de prejuízos à execução contratual ou ao interesse público.

6.2.8 Solicitações formuladas pela CONTRATADA que impliquem providências estranhas ao escopo do objeto contratado dependerão de prévia análise da fiscalização e da gestão contratual, sem prejuízo de deliberação da autoridade competente, quando cabível.

6.2.9 O TRE/SE apreciará as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou destituídos de interesse para a boa execução do contrato.

6.2.9.1 Salvo disposição legal específica, concluída a instrução do requerimento, a autoridade competente terá o prazo de 1 (um) mês para proferir decisão, admitida prorrogação motivada por igual período.

6.3 RECEBIMENTOS PROVISÓRIO E DEFINITIVO

6.3.1 O objeto contratual será recebido pelo TRE/SE, mediante avaliação da execução pelos agentes de fiscalização e gestão, com a finalidade de verificar a conformidade do serviço prestado com as condições estabelecidas neste Termo de Referência, no ETS, no contrato e nos demais anexos integrantes do edital, bem como identificar eventuais pendências, irregularidades ou providências necessárias à sua regular aceitação.

6.3.2 O recebimento do objeto observará as seguintes etapas:

a) provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, pelos agentes de fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo, nos termos do [art. 22, X e do art. 23, VII, Decreto 11.246/2022](#); e

b) definitivamente, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, pela gestora ou pelo gestor do contrato, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais remanescentes, nos termos do [art. 21, IX, Decreto 11.246/2022](#).

6.3.3 Ao final de cada período de faturamento, a CONTRATADA deverá comunicar formalmente aos agentes de fiscalização e gestão a conclusão da parcela executada, apresentando a documentação comprobatória pertinente à medição e ao recebimento do serviço correspondente.

6.3.3.1 O primeiro faturamento abrangerá o período compreendido entre a data de início da prestação e o último dia do respectivo mês, e os subseqüentes observarão o período compreendido entre o primeiro e o último dia de cada mês, ou até o último dia de prestação do serviço, se for o caso.

6.3.3.2 O prazo para o recebimento provisório será contado do recebimento, pela fiscalização, da comunicação formal da CONTRATADA e da documentação necessária à aferição da execução.

6.3.3.3 O recebimento provisório será formalizado pelos fiscais competentes, mediante termo detalhado que ateste o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo, observadas, no que couber, as seguintes diretrizes:

6.3.3.3.1 A fiscalização técnica apurará o resultado da execução contratual no período, inclusive, se for o caso, o desempenho da CONTRATADA segundo os indicadores previstos no IMR, podendo haver repercussão no valor a ser pago, conforme metodologia aplicável.

6.3.3.3.2 A fiscalização técnica poderá ser auxiliada pelos fiscais setoriais, quando designados, competindo a estes o acompanhamento das atividades, etapas ou ocorrências verificadas no âmbito de suas respectivas unidades.

6.3.3.3.3 Identificada inexistência, irregularidade ou pendência sanável, a fiscalização competente notificará a CONTRATADA, previamente à emissão do termo de recebimento provisório, para que adote as providências necessárias à regularização, no prazo fixado.

6.3.3.3.4 Adotadas as providências cabíveis, será lavrado o Termo de Recebimento Provisório, com o registro das eventuais pendências remanescentes, dando-se ciência à CONTRATADA.

6.3.3.3.5 A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, regularizar, substituir ou complementar, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto executado em desconformidade com o contrato, o Termo de Referência, o ETS ou as determinações da fiscalização.

6.3.4 O recebimento definitivo será realizado pela gestora ou pelo gestor do contrato no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento provisório, após a verificação da conformidade da execução, da documentação apresentada e do atendimento das exigências contratuais pertinentes, mediante emissão de termo detalhado.

6.3.4.1 Para fins de recebimento definitivo, a gestora ou o gestor do contrato deverá analisar os relatórios, os termos e os demais documentos produzidos pela fiscalização e, caso persistam irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, solicitar à CONTRATADA, por escrito, a adoção das medidas corretivas pertinentes.

6.3.4.2 A gestora ou o gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação do cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA, com menção ao desempenho contratual aferido, inclusive com base em indicadores objetivamente definidos e apurados, quando aplicável, e às eventuais penalidades incidentes, para fins de instrução do atesto e do pagamento ([art. 21, VIII, Decreto 11.246/2022](#)).

6.3.4.3 Verificada a regular execução da parcela contratual, será emitido o Termo de Recebimento Definitivo com base nos relatórios e na documentação apresentada.

6.3.4.4 Após o recebimento definitivo, a CONTRATADA será comunicada para emissão da Nota Fiscal ou documento equivalente, observado o valor efetivamente devido, conforme apuração da fiscalização e da gestão contratual.

6.3.4.4.1 Havendo controvérsia quanto à execução do objeto, especialmente em relação à qualidade, à quantidade ou à dimensão da parcela executada, observar-se-á o disposto no art. 143 da Lei 14.133/2021, devendo a CONTRATADA emitir Nota Fiscal ou documento equivalente apenas em relação à parcela incontroversa, para fins de liquidação e pagamento.

6.3.4.5 A documentação pertinente será encaminhada ao setor competente para formalização de liquidação e pagamento, no valor efetivamente apurado.

6.3.5 Não correrão os prazos de recebimento enquanto pendente, por responsabilidade da CONTRATADA, a solução de inconsistências verificadas na execução do objeto ou na documentação exigida para medição, recebimento, liquidação ou pagamento.

6.3.6 O serviço poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando executado em desacordo com este Termo de Referência, com o ETS, com o contrato, com os anexos integrantes do edital ou com a proposta da CONTRATADA, devendo esta promover, às suas expensas, a correção, regularização, substituição ou complementação do objeto, no prazo fixado pelo TRE/SE, sem prejuízo da repercussão financeira decorrente do IMR e da aplicação das sanções cabíveis

6.3.6.1 Não sendo adotadas, no prazo fixado, as providências determinadas pela fiscalização, poderá o TRE/SE adotar as medidas necessárias à regularização da execução, inclusive por terceiros, com ressarcimento dos custos correspondentes pela CONTRATADA, sem prejuízo das demais consequências contratuais e legais cabíveis.

6.3.7 O recebimento provisório ou definitivo não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pela adequada execução do objeto, pela qualidade do serviço prestado e pelos danos causados ao TRE/SE ou a terceiros em decorrência de culpa ou dolo.

6.4 ALTERAÇÃO DAS CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO

6.4.1 As hipóteses e os procedimentos atinentes à alteração do Contrato estão indicadas no Instrumento Contratual, conforme critérios previstos no Capítulo VII, do Título III, da Lei 14.133/2021.

6.5 REAJUSTE CONTRATUAL

6.5.1 Os preços inicialmente contratados permanecerão fixos e irrevogáveis pelo prazo de 1 (um) ano, contado da data do orçamento estimado da contratação, conforme consignado no Demonstrativo do Valor de Referência.

6.5.2 Após o transcurso do interregno de 1 (um) ano, contado na forma do item anterior, e mediante requerimento da CONTRATADA, os preços contratados poderão ser reajustados pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, observado que o reajuste incidirá exclusivamente sobre as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.5.3 As demais condições, critérios e procedimentos aplicáveis ao reajuste do valor contratado constarão do instrumento contratual.

6.6 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS RELACIONADAS À CONTRATAÇÃO

6.6.1 Configuram infrações administrativas às quais está sujeita a ADJUDICATÁRIA ou a CONTRATADA, nos termos do artigo 155 da Lei 14.133/2021:

6.6.1.1 Dar causa à inexecução parcial da contratação.

6.6.1.2 Dar causa à inexecução parcial da contratação que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

6.6.1.3 Dar causa à inexecução total da contratação.

6.6.1.4 Não celebrar o Contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocada(o) dentro do prazo de validade de sua proposta.

6.6.1.5 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto contratado sem motivo justificado.

6.6.1.6 Prestar declaração falsa durante a execução da contratação.

6.6.1.7 Praticar ato fraudulento na execução da contratação.

6.6.1.8 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.

6.6.1.9 Praticar ato lesivo previsto nos incisos I, II, III, IV, "d", "e", "f" e "g", do [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

6.6.2 O TRE/SE, eventualmente verificadas as infrações referidas no item 6.6.1, poderá aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções administrativas:

6.6.2.1 Advertência.

6.6.2.2 Multa.

6.6.2.3 Impedimento de licitar e contratar.

6.6.2.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

6.6.3 Relação entre os tipos de penalidade e hipóteses de aplicabilidade:

Quadro 1 - Tipos de penalidades

Penalidade	Hipótese(s) de aplicabilidade	Observação	Competência para aplicação	Dosimetria
Advertência	Dar causa à inexecução parcial da contratação, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.	Admite aplicação cumulativa com a sanção de multa.	Gestora(Gestor) do Contrato	<b>Na aplicação das sanções serão considerados:</b> <ul style="list-style-type: none"><li>A natureza e a gravidade da infração cometida.</li><li>As peculiaridades do caso concreto.</li><li>As circunstâncias agravantes ou atenuantes.</li><li>Os danos que dela provierem para o TRE/SE.</li><li>A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.</li></ul>
Multa	Todas aquelas reproduzidas no item 6.6.1 deste Instrumento.	<b>1.</b> As multas a que alude este Instrumento não impedem que a Administração promova a extinção unilateral da contratação e/ou aplique este tipo de sanção cumulativamente com as demais. <b>2.</b> As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si. <b>3.</b> Quadro elucidativo (infrações, percentuais, base de cálculo) indicado no Quadro 2.	Diretora(Diretor)- Geral do TRE/SE	
Impedimento de licitar e contratar	<ul style="list-style-type: none"><li>Dar causa à inexecução parcial da contratação que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.</li><li>Dar causa à inexecução total da contratação.</li><li>Não celebrar o Contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocada(o) dentro do prazo de validade de sua proposta.</li><li>Ensejar o retardamento da execução</li></ul>	<b>1.</b> A aplicação do <i>Impedimento de licitar e contratar</i> só se efetivará quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá a(o) responsável de licitar ou contratar no âmbito da União pelo prazo máximo de <b>3 (três) anos</b> (artigo 156, § 4º, da Lei 14.133/2021). <b>2.</b> Admite aplicação cumulativa com a sanção de multa.	Diretora(Diretor)- Geral do TRE/SE	



Penalidade	Hipótese(s) de aplicabilidade	Observação	Competência para aplicação	Dosimetria
	ou da entrega do objeto contratado sem motivo justificado.			
Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar	<ul style="list-style-type: none"> <li>Prestar declaração falsa durante a execução da contratação.</li> <li>Praticar ato fraudulento na execução da contratação.</li> <li>Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.</li> <li>Praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei 12.846/2013.</li> </ul>	<p>1. Desde que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o <i>Impedimento de licitar e contratar</i>, a <b>Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar</b> pode ser aplicada também nas seguintes situações:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Dar causa à inexecução parcial da contratação que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.</li> <li>Dar causa à inexecução total da contratação.</li> <li>Não celebrar o Contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocada(o) dentro do prazo de validade de sua proposta.</li> <li>Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto contratado sem motivo justificado.</li> </ul> <p>2. A aplicação do sancionamento previsto nesta linha impedirá a(o) responsável de licitar ou contratar no âmbito de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de <b>3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos</b> (artigo 156, § 5º, da Lei 14.133/2021).</p> <p>3. Admite aplicação cumulativa com a sanção de multa.</p>	Presidente do TRE/SE	

6.6.3.1 A aplicação das sanções previstas no item **6.6.2** não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

**6.6.4 Relação entre as hipóteses de infração e percentuais de aplicabilidade de multas:**

6.6.4.1 A coluna “**Critério IMR correlato**” do Quadro 2 possui caráter orientativo e tem por finalidade indicar a correspondência predominante entre a infração apurada, o critério de medição afetado e o eventual reflexo sancionatório, de modo a promover uniformidade na atuação da fiscalização.

6.6.4.2 A correlação entre a infração e o critério do IMR não implica aplicação automática de penalidade, nem substitui a necessária motivação específica quanto:

- a) à aferição do desempenho contratual, para fins de medição e repercussão financeira; e
- b) à caracterização da infração contratual, para fins de aplicação de multa ou de outra sanção administrativa cabível.

6.6.4.2.1 Não se submetem, em regra, à correlação direta com critérios do IMR as infrações de natureza pré-contratual ou pré-executória, assim compreendidas aquelas verificadas antes do início efetivo da execução mensal do objeto, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, quando caracterizado o inadimplemento.

6.6.4.2.2 A insuficiência na entrega do relatório mensal e de documentos correlatos poderá repercutir no IMR, para fins de medição e glosa, e somente ensejará sanção administrativa autônoma quando caracterizada relevância material da omissão, reiteração, não saneamento após notificação ou efetivo prejuízo à fiscalização, ao recebimento, à liquidação da despesa ou ao pagamento.

6.6.4.3 Quando uma mesma ocorrência repercutir simultaneamente no IMR e no regime sancionatório, deverá ser explicitado, na instrução e na motivação do ato, a distinção entre o efeito decorrente da medição do desempenho contratual e aquele decorrente da apuração da infração, vedada a duplicidade de punição pelo mesmo fato sob idêntico fundamento.

**Quadro 2 - Hipóteses de infrações sujeitas à multa**

Item	Infração	Critério IMR correlato	Enquadramento	Percentual de multa	Base de cálculo	Observação
1	Atrasar injustificadamente a assinatura do contrato ou a apresentação de documentos indispensáveis ao início da execução	Não se aplica diretamente ao IMR	Mora pré-executória / descumprimento de obrigação preparatória	0,5% por dia de atraso, limitada a 10%	valor total da contratação	Pode caracterizar, conforme o caso, hipótese dos itens 6.6.1.4 e 6.6.1.5.
2	Atrasar injustificadamente a entrega inicial de veículo na data fixada para início da execução	Disponibilidade da frota	Mora na execução / inexecução parcial	1,0% por dia de atraso, por veículo, limitada a 10%	valor mensal do veículo em atraso	Aplica-se por veículo não disponibilizado tempestivamente.
3	Não disponibilizar, na data de início da execução, a totalidade da frota contratada	Disponibilidade da frota	Inexecução parcial ou total, conforme a extensão do descumprimento	10%	valor mensal da parcela da frota não disponibilizada	Sem prejuízo da caracterização de inexecução parcial ou total, conforme o impacto.



Item	Infração	Critério correlato IMR	Enquadramento	Percentual de multa	Base de cálculo	Observação
4	Disponibilizar veículo em desconformidade com as especificações mínimas do TR ou do ETS	Conformidade técnica	Execução em desconformidade	2% por ocorrência, por veículo	valor mensal do veículo irregular	Inclui, entre outras hipóteses, inadequação de ano/modelo, categoria, itens obrigatórios e condições relevantes de conservação, higiene ou limpeza que comprometam a aceitação do veículo, a segurança, o uso regular ou a aderência às especificações contratuais.
5	Disponibilizar veículo com documentação irregular, licenciamento vencido ou cobertura securitária inadequada, vencida ou inexistente	Regularidade documental e securitária	Execução irregular grave	3% por ocorrência, por veículo	valor mensal do veículo irregular	Infração grave, dada a repercussão operacional e de segurança jurídica.
6	Descumprir o prazo de substituição do veículo no SLA contratual de até 24 horas	Prazo de substituição (SLA 24h)	Mora relevante na execução / descumprimento de SLA	1% por dia ou fração de atraso, por veículo, limitada a 15%	valor mensal do veículo a ser substituído	Aplicável em caso de pane, sinistro, avaria, irregularidade ou indisponibilidade.
7	Deixar de prestar assistência 24h, suporte emergencial ou atendimento a acionamento formal da fiscalização	Assistência 24h	Descumprimento de obrigação operacional	1% por ocorrência	valor mensal do veículo afetado ou do contrato, conforme a extensão do impacto	Aplicável quando o descumprimento comprometer a continuidade da execução.
8	Deixar de realizar manutenção necessária, comprometendo a execução	Manutenção	Falha material de execução / descumprimento de obrigação de manutenção	1% por ocorrência	valor mensal do veículo afetado	Inclui manutenção preventiva e corretiva.
9	Não sanar irregularidade apontada pela fiscalização no prazo fixado	Atendimento à fiscalização	Descumprimento de determinação da fiscalização	0,5% por dia de atraso, limitada a 10%	valor mensal do contrato	Multa coercitiva voltada ao saneamento tempestivo da não conformidade.
10	Não apresentar relatórios, registros, documentos ou evidências mínimas exigidas para fiscalização, medição, IMR, recebimento ou pagamento	Relatório mensal / Controle de quilometragem e odômetro / Comunicação de ocorrências	Descumprimento de obrigação acessória relevante	1% por ocorrência	valor mensal do contrato	Sem prejuízo da possibilidade de glosa ou suspensão da liquidação da despesa.
11	Opor embaraço à fiscalização, sonegar documentos, retardar resposta a notificações ou prestar informação inexata sobre a execução contratual	Atendimento à fiscalização / Comunicação de ocorrências	Embaraço à fiscalização / descumprimento grave de obrigação contratual	2% por ocorrência	valor mensal do contrato	Sem prejuízo da apuração de infração mais grave, quando cabível.
12	Interromper injustificadamente a disponibilização do veículo ou retirá-lo da execução sem autorização do CONTRATANTE	Disponibilidade da frota	Inexecução parcial grave	5% por ocorrência, por veículo	valor mensal do veículo afetado	Pode também caracterizar inexecução parcial grave, conforme o caso concreto.
13	Utilizar, compartilhar, sublocar ou destinar a terceiros veículo vinculado ao contrato durante o período de alocação ao TRE/SE	Disponibilidade da frota / Comunicação de ocorrências	Desvio de finalidade / execução irregular grave	5% por ocorrência, por veículo	valor mensal do veículo afetado	Sem prejuízo de apuração de infração mais grave, se houver comprometimento da execução.
14	Recusar-se a cumprir obrigação contratual não especificada neste quadro	Atendimento à fiscalização	Descumprimento grave de obrigação contratual	5% por ocorrência	valor mensal do contrato	Aplicável em hipótese não especificada expressamente neste quadro, desde que haja motivação específica quanto à obrigação descumprida e à proporcionalidade da multa.
15	Reincidir em irregularidade já notificada pela fiscalização e não sanada adequadamente	Transversal (diversos critérios)	Reincidência	acréscimo de 50% sobre a multa-base aplicável	mesma base de cálculo da infração originária	Aplica-se sem prejuízo da sanção principal correspondente ao fato.
16	Dar causa à inexecução total da contratação	Transversal (diversos critérios)	Inexecução total	até 30%	valor total da contratação	Sem prejuízo da aplicação de impedimento de licitar e contratar ou declaração de

Item	Infração	Critério correlato	IMR	Enquadramento	Percentual de multa	Base de cálculo	Observação
							inidoneidade, quando cabível.
17	Prestar declaração falsa durante a execução da contratação, praticar ato fraudulento na execução da contratação, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Transversal (diversos critérios)		Falsidade, fraude ou comportamento inidôneo	até 30%	valor total da contratação	Sem prejuízo da aplicação de impedimento de licitar e contratar ou declaração de inidoneidade, quando cabível.
18	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013	Transversal (diversos critérios)		Ato lesivo à Administração	até 30%	valor total da contratação	Sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na legislação específica e das demais sanções administrativas cabíveis.

6.6.4.4 Para efeito de **cobrança** das multas aplicadas, será observado o limite de **30,0% (trinta por cento)** sobre o valor mensal do Contrato, quando a soma das multas aplicadas em determinado mês ultrapassar esse limite.

6.6.5 A aplicação de **multa de mora** não impedirá que o TRE/SE a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do Contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Instrumento.

6.6.6 **As regras e os procedimentos acerca da instauração e tramitação de processo administrativo sancionatório para aplicação das sanções administrativas previstas neste Instrumento estão indicadas no Instrumento Contratual.**

6.7 SUSPENSÃO DA CONTRATAÇÃO

6.7.1 As hipóteses e os procedimentos atinentes à suspensão da contratação estão indicadas no Instrumento Contratual.

6.8 EXTINÇÃO DO CONTRATO

6.8.1 As hipóteses e os procedimentos atinentes à extinção da contratação estão indicadas no Instrumento Contratual, conforme critérios previstos no Capítulo VIII, do Título III, da Lei 14.133/2021.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1 MEDIÇÃO

7.1.1 A medição da execução contratual, para fins de recebimento e pagamento, observará os critérios objetivos de avaliação fixados neste Termo de Referência, no ETS e no Instrumento de Medição de Resultados – IMR.

7.1.1.1 A aferição periódica da qualidade da execução contratual deverá observar rigorosamente a metodologia, os critérios, os pesos, as faixas de desempenho e os procedimentos estabelecidos no IMR.

7.1.1.2 A execução contratual da CONTRATADA será avaliada com base nos indicadores e critérios de desempenho definidos no IMR, em estrita correspondência com as obrigações e padrões mínimos estabelecidos no ETS.

7.1.1.3 A cada critério avaliado será atribuída a pontuação correspondente, na forma prevista no IMR, para fins de apuração do resultado mensal da execução.

7.1.1.3.1 A medição deverá refletir o desempenho efetivamente verificado no período de referência, considerada a documentação comprobatória produzida pela fiscalização e, quando cabível, as justificativas apresentadas pela CONTRATADA.

7.1.1.4 Verificada desconformidade na execução contratual, especialmente quanto aos critérios de avaliação previstos no IMR, poderá haver glosa ou redução proporcional do pagamento devido, sem prejuízo da adoção das demais medidas contratuais e sancionatórias cabíveis.

7.1.1.5 A correlação entre os critérios do IMR e as hipóteses de infração previstas no Quadro 2 possui caráter orientativo e tem por finalidade indicar a correspondência predominante entre a infração apurada, o critério de medição afetado e o eventual reflexo sancionatório.

7.1.1.6 A utilização da correlação de que trata o item 7.1.1.5 não substitui a necessária motivação específica quanto:

a) à aferição do desempenho contratual, para fins de medição e repercussão financeira; e

b) à caracterização da infração contratual, para fins de aplicação de multa ou de outra sanção administrativa cabível.

7.1.1.7 Quando uma mesma ocorrência repercutir simultaneamente no IMR e no regime sancionatório, deverá ser explicitada, na instrução e na motivação do ato, a distinção entre o efeito decorrente da medição do desempenho contratual e aquele decorrente da apuração da infração, vedada a duplicidade de punição pelo mesmo fato sob idêntico fundamento.

7.1.2 O pagamento mensal devido à CONTRATADA poderá sofrer redução proporcional em razão do resultado apurado no IMR, observada a metodologia de cálculo e a faixa de repercussão financeira nele prevista, **até o limite de 13% (treze por cento) do valor da parcela mensal devida**.

7.1.2.1 Ultrapassado o limite de repercussão financeira previsto no item 7.1.2, ou constatada infração contratual autônoma, poderá ser aplicada, cumulativamente, a sanção administrativa cabível, nos termos deste Termo de Referência.

7.1.2.2 A aplicação do IMR não substitui nem afasta a apuração de inadimplementos contratuais específicos, tampouco impede a lavratura de registros de ocorrência, notificações à CONTRATADA, determinações de regularização ou a aplicação das penalidades cabíveis.

7.1.3 Os fatos ou situações supervenientes que venham a impossibilitar, restringir ou impactar a regular execução contratual deverão ser formalmente registrados pela fiscalização em instrumento próprio, com a devida motivação e a indicação de seus reflexos sobre a medição do período.

7.1.3.1 O registro de que trata o item 7.1.3 deverá ser considerado na apuração do resultado mensal, observado o regramento específico constante do ETS, do IMR e dos formulários de fiscalização adotados pelo TRE/SE.

7.1.3.2 Sempre que cabível, o registro da ocorrência deverá indicar o critério do IMR afetado e, quando pertinente, a correspondente hipótese prevista no Quadro 2, para fins de rastreabilidade, uniformização de entendimento e adequada instrução processual.

7.1.4 A utilização do IMR não impede a adoção concomitante de outros mecanismos de fiscalização, controle e avaliação da execução contratual previstos neste Termo de Referência, no ETS, no contrato e na legislação aplicável.

7.2 LIQUIDAÇÃO

7.2.1 Os procedimentos atinentes à liquidação estão indicados no Instrumento Contratual.

7.3 PRAZO E FORMA DE PAGAMENTO

7.3.1 Os procedimentos atinentes ao pagamento e à retenção tributária estão indicados no Instrumento Contratual.

7.3.1.1 Considerando que o objeto consiste em locação de veículos sem motorista, não caracterizada como prestação de serviços, não será efetuada retenção relacionada a tributos municipais.

7.4 ANTECIPAÇÃO DE PAGAMENTO

7.4.1 A presente contratação não permitirá a antecipação de pagamento.

7.5 CESSÃO DE CRÉDITO

7.5.1 A presente contratação não permitirá a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira.

8. REGRAS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1 FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1.1 O serviço pretendido é oferecido por diversos fornecedores e apresenta características padronizadas e usuais de mercado, sendo permitida a adoção da modalidade de PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, à luz do disposto no art. 29, da Lei 14.133/2021.

8.1.2 O procedimento licitatório se destina à AMPLA PARTICIPAÇÃO de fornecedores, uma vez que o valor estimado da contratação é superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

8.1.3 Não será aplicada a margem de preferência prevista no art 26 da Lei 14.133/2021, regulamentado pelo Decreto 11.890/2024.

8.1.3.1 Importa registrar que a EPC não identificou normativo emitido pela Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável (CICS) disciplinando a aplicação de margem de preferência ao objeto desta contratação, conforme registrado no ETP.

8.1.4 As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no Ato Convocatório.

8.2 CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA E ADJUDICAÇÃO DO OBJETO

8.2.1 O julgamento da licitação será realizado pelo critério do MENOR PREÇO GLOBAL, observadas as regras de aceitação das propostas fixadas no Ato Convocatório.

8.2.1.1 O preço global apresentado deverá incluir a completa execução do objeto, em conformidade com este Instrumento e quaisquer diferenças apuradas pela licitante deverão ser computadas na composição do preço, pois não acarretarão pagamentos adicionais pelo TRE/SE.

8.2.2 A adjudicação do objeto será realizada segundo o critério de julgamento fixado no item 8.2.1, observada a decisão do julgamento do certame.

8.3 REQUISITOS DA PROPOSTA COMERCIAL

8.3.1 A proposta comercial da licitante deverá conter planilha detalhando o preço ou lance final proposto, conforme modelo anexo do Ato Convocatório.

8.3.1.1 A proposta deverá ser registrada no campo próprio do Sistema Comprasgov, cujo valor para o ITEM (único) deve ser calculado conforme modelo de planilha de preços disponibilizado.

8.3.2 As licitantes deverão, para fins de elaboração da proposta, verificar e conferir todos as especificações e a planilha fornecida para execução do serviço, cabendo-lhes, no caso de falhas, erros, discrepâncias ou omissões, bem como transgressões às Normas Técnicas, regulamentos ou posturas, formular imediata comunicação ao TRE/SE, para fins de esclarecimento no prazo de até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão pública.

8.3.3 A participação no presente certame representa completa e irrestrita aceitação das condições, bem como a garantia de seu cumprimento, referente ao serviço, prazos e demais obrigações fixadas neste Termo de Referência (e demais anexos do Ato Convocatório), independente de declaração expressa da licitante.

8.3.4 Todos os custos, diretos e indiretos, incidentes sobre a execução contratual deverão ser considerados por ocasião da elaboração da proposta, não cabendo qualquer alegação posterior de erro e/ou não consideração de tal ou qual ônus.

8.4 CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS

8.4.1 O valor máximo aceitável da proposta de preços no certame corresponde ao VALOR TOTAL informado no arquivo VALOR ESTIMADO DA LICITAÇÃO, disponibilizado no endereço <https://www.tre-se.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes-e-contratos/licitacoes/pregoes/pregoes-2026/licitacoes-2026>.

8.4.2 Será considerado como indício de inexecuibilidade a proposta que apresentar valor inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pelo TRE/SE (Súmula TCU 262 e art. 34 da IN SEGES/ME 73/2022).

8.4.2.1 Quando a licitante apresentar preço inferior a 50% (cinquenta por cento) do orçado pelo TRE/SE e a inexecuibilidade da proposta não for flagrante, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será realizada diligência para aferir a legalidade e exequibilidade da proposta.

8.5 REQUISITOS NECESSÁRIOS À HABILITAÇÃO

8.5.1 Habilitação jurídica (art. 66, da Lei 14.133/2021)

8.5.1.1 As exigências de habilitação jurídica são as usuais relativas à generalidade do(s) objeto(s), conforme disciplinado no Ato Convocatório.

8.5.2 Habilitações fiscal, social e trabalhista (art. 68, da Lei 14.133/2021).

8.5.2.1 As exigências de habilitações fiscal (tributos federais), social e trabalhista são as usuais relativas à generalidade do(s) objeto(s), conforme disciplinado no Ato Convocatório.

8.5.3 Qualificação econômico-financeira (art. 69, da Lei 14.133/2021):

8.5.3.1 Para fins de demonstração da qualificação econômico-financeira, a licitante deverá apresentar:

8.5.3.1.1 Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede da(o) licitante.

8.5.3.1.2 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, comprovando índice de Liquidez Corrente (LC) superior a 1 (um), obtido por meio da aplicação da seguinte fórmula:

LC = 
$$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

8.5.3.1.2.1 Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) será exigido, para fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

8.5.3.2 O Ato Convocatório contempla maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à comprovação das exigências de qualificação econômico-financeira previstas neste tópico.

8.5.4 Qualificação técnico-operacional (art. 67, da Lei 14.133/2021).

8.5.4.1 Para fins de comprovação da qualificação técnico-operacional, a licitante deverá apresentar documentação apta a evidenciar a execução de objeto compatível, em características e quantitativos, com o da presente contratação, mediante a apresentação de:

8.5.4.1.1 1 (um) ou mais atestados ou declarações de capacidade técnica, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem a execução satisfatória de contrato(s) de locação de veículos, em quantitativo mínimo correspondente a 50% (cinquenta por cento) do total estimado para a presente contratação, **equivalente a 5 (cinco) veículos, pelo período mínimo de 2 (dois) meses.**

8.5.4.1.1.1 Será admitida a apresentação de atestado(s) ou declaração(ões) referente(s) a contrato(s) em execução, desde que reste comprovado, até a data de abertura da sessão pública da licitação, o cumprimento do **requisito temporal mínimo de 2 (dois) meses de execução.**

8.5.4.1.1.2 Será admitido o somatório de atestados ou declarações de capacidade técnica para fins de comprovação do quantitativo e do período mínimo exigidos, desde que os documentos apresentados evidenciem a efetiva execução de serviços compatíveis com o objeto deste Termo de Referência.

8.5.4.1.1.3 Para fins de comprovação do requisito temporal previsto no item 8.5.4.1.1, será admitida a apresentação de atestados relativos a períodos sucessivos não contínuos, não sendo exigido que o período mínimo de **2 (dois) meses** tenha sido cumprido de forma ininterrupta.

8.5.4.1.2 Os atestados ou declarações de capacidade técnica deverão conter informações suficientes para permitir a verificação da compatibilidade do objeto executado com a presente contratação, especialmente quanto à natureza da prestação, ao quantitativo de veículos disponibilizados e ao período de execução.

8.5.4.2 O Ato Convocatório contemplará detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à comprovação das exigências de qualificação técnica previstas neste tópico.

8.5.5 Outras exigências da fase de habilitação

8.5.5.1 O Ato Convocatório indicará, se necessário, demais condições/requisitos previstos na legislação vigente aplicáveis a generalidade dos objetos contratados e que estão sujeitos à comprovação na fase de habilitação, a exemplo do disposto no [art. 63](#), inciso IV da Lei 14.133/2021.

9. ESTIMATIVA DE PREÇO DA CONTRATAÇÃO

9.1 O valor estimado da contratação encontra-se consignado no 'Demonstrativo de Valor de Referência', elaborado pela Seção de Análise e Compras – SEACO, com fundamento em pesquisa de mercado realizada nos termos da Portaria Normativa TRE/SE 97/2025.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento Geral da União a cargo do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, cujas dotações orçamentárias seguem descritas abaixo e que constarão do Termo de Contrato e/ou da respectiva Nota de Empenho:

UNIDADE	070012 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
PROGRAMA DE TRABALHO ORÇAMENTÁRIA_ DE AÇÃO PTRES	02.061.0033.4269.0001 - Pleitos Eleitorais. PTRES: 167864.
GRUPO NATUREZA DE DESPESA (GND)	Outras Despesas Correntes.
FONTE DE RECURSOS	1000 ou 1027.
ELEMENTO DE DESPESA	339033 - Passagens e Despesas com Locomoção.

10.1.1 Os recursos destinados ao pagamento das despesas estão previstos na Lei Orçamentária Anual.

11. DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 Integram este Termo de Referência os seguintes anexos:

- a) Especificações Técnicas do Serviço – ETS, inclusive seus anexos; e
- b) Planilha de proposta de preços.

11.2 Aplicam-se à presente contratação, à sua execução e aos casos omissos as disposições da Lei 14.133/2021, da legislação correlata, das normas internas pertinentes do TRE/SE, das cláusulas do edital, do contrato e das demais normas referidas no instrumento convocatório.

11.3 Este Termo de Referência foi elaborado com base nas definições, premissas e parâmetros constantes do Estudo Técnico Preliminar – ETP e das Especificações Técnicas do Serviço – ETS, observadas as necessidades da contratação destinada às Eleições 2026, restrita à locação de veículos sem motorista e sem fornecimento de combustível.

11.4 Eventual divergência entre este Termo de Referência e os demais artefatos da contratação será resolvida mediante interpretação sistemática do conjunto documental da contratação, observado o disposto na legislação aplicável, cabendo ao TRE/SE promover os esclarecimentos, ajustes ou retificações que se fizerem necessários.

11.5 As disposições relativas a prazos, obrigações, critérios de medição, fiscalização, sanções e demais condições de execução deverão ser interpretadas de forma integrada com o ETS (inclusive com o Instrumento de Medição de Resultados – IMR, quando aplicável) e com a minuta contratual.

11.6 Após o exame e a revisão das informações e documentos da fase preparatória, a Seção de Licitações – SELIC poderá realizar os ajustes formais finais necessários à instrução do processo, inclusive para compatibilização deste Termo de Referência com os demais documentos do certame, desde que preservado o conteúdo técnico definido pela Equipe de Planejamento da Contratação – EPC.

12.6.1 Na versão final que integrará o edital, a Seção de Licitações – SELIC realizará, ainda, o preenchimento e os ajustes dos campos relativos à identificação processual, ao valor estimado da contratação, à dotação orçamentária, ao cronograma pertinente e aos demais dados complementares necessários à instrução do feito, bem como as adequações redacionais decorrentes da compatibilização com o ato convocatório, a minuta contratual e seus anexos.

12. RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

12.1 O Termo de Referência foi elaborado pelos servidores indicados neste artefato e validado pela Coordenadoria de Material, Patrimônio e Transporte e pelo Secretário de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade.

12.2 Na elaboração deste Instrumento, os integrantes da Equipe de Planejamento da Contratação atuaram em estrita conformidade com as competências/atribuições de cada um, sendo responsáveis pelos aspectos funcionais e técnicos da solução, bem como pelos aspectos administrativos da contratação.

ANEXO II

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO SERVIÇO

1. FINALIDADE E ESCOPO DO ETS

1.1 Este ETS define especificações técnicas, operacionais e de controle específicas do serviço de locação de veículos, com objetivo de:

- a) padronizar a execução;
- b) reduzir ambiguidades operacionais;
- c) estabelecer evidências mínimas para fiscalização, medição e pagamento;
- d) mitigar riscos de indisponibilidade no período eleitoral.

1.2 Este documento complementa o Termo de Referência no que se refere às especificações técnicas e operacionais do objeto. Em caso de divergência entre disposições gerais constantes de outros instrumentos do processo e as regras específicas aqui estabelecidas, prevalecerão as disposições deste ETS, por disciplinarem diretamente as condições técnicas e operacionais do objeto.

2. OBJETO E CARACTERIZAÇÃO DO SERVIÇO

2.1 Contratação de serviço de locação de veículos tipo popular de passeio, sem motorista e sem combustível, para atendimento das necessidades do TRE/SE no contexto das Eleições 2026.

2.2 O serviço inclui, obrigatoriamente:

- a) disponibilização contínua dos veículos;
- b) manutenção preventiva e corretiva;
- c) assistência 24h/guincho (quando aplicável);
- d) seguro vigente durante toda a execução, nos termos deste ETS;
- e) substituição de veículos quando houver indisponibilidade, observado o SLA de 24h;
- f) entrega e devolução com vistorias e registros.

2.3 Não integra o escopo:

- a) motorista;
- b) combustível;
- c) rotinas típicas de contratos com dedicação exclusiva de mão de obra.

3. PARÂMETROS OPERACIONAIS DA DEMANDA (ELEIÇÕES 2026)

3.1 O serviço atende pico de demanda institucional no ciclo eleitoral, com intensificação de deslocamentos e necessidade de disponibilidade de frota para atividades administrativas e operacionais.

3.2 O uso dos veículos será definido pelo CONTRATANTE, por intermédio das unidades usuárias e da fiscalização competente, conforme programação interna, podendo ocorrer em dias úteis, fins de semana, feriados e horários estendidos

3.3 A CONTRATADA deve garantir a capacidade de resposta e continuidade compatíveis com o período eleitoral, especialmente quanto a panes, sinistros e substituições.

4. QUANTIDADES, DISTRIBUIÇÃO E LOCAIS-BASE

4.1 A execução observará a seguinte distribuição operacional de veículos, conforme o período de execução, podendo ser ajustada pelo CONTRATANTE, mediante justificativa de necessidade operacional e registro pela fiscalização do contrato:

Tabela 1 - Quantidades e período da execução

Unidade	Julho	Agosto	Setembro	Outubro
Sede do TRE/SE (CENAF/Capucho)	4	4	4	4
Cartórios Eleitorais da Capital	4	4	6	6
Total de veículos no período	8	8	10	10

4.2 Dessa forma, a execução contratual observará o quantitativo máximo de até 10 (dez) veículos simultaneamente disponibilizados ao TRE/SE, conforme a distribuição indicada.

4.3 A entrega inicial e a devolução final dos veículos ocorrerão na Sede do TRE/SE (CENAF/Capucho), em Aracaju/SE, sendo posteriormente destinados às unidades usuárias conforme a distribuição prevista neste item.

4.4 O CONTRATANTE poderá realizar remanejamentos entre unidades sempre que necessário, desde que mantido o quantitativo total previsto para cada período.

5. DISPONIBILIDADE PERMANENTE E DEDICAÇÃO EXCLUSIVA AO TRE/SE

5.1 Os veículos permanecerão à disposição permanente e exclusiva do TRE/SE durante toda a execução.

5.2 “À disposição permanente” significa: veículos prontos para uso institucional, sem necessidade de autorização prévia da CONTRATADA para cada deslocamento, ressalvadas situações de manutenção/ocorrências formalmente registradas e tratadas com substituição.

5.3 “Exclusiva” significa: vedada a utilização simultânea, o compartilhamento, a sublocação ou qualquer outra forma de disponibilização dos mesmos veículos a terceiros durante a vigência da contratação.”

6. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

6.1 Período previsto: **01/07/2026 a 09/10/2026**, havendo apenas primeiro turno das eleições.

6.2 Havendo segundo turno, a execução dos serviços poderá ser estendida até a conclusão das atividades eleitorais correlatas, conforme necessidade da CONTRATANTE, observado, em qualquer hipótese, o limite máximo de 31/10/2026.

6.3 A entrega inicial deverá ocorrer com antecedência suficiente para vistoria e distribuição, conforme alinhamento da fiscalização técnica e da gestão do contrato, sem prejuízo do início regular em 01/07/2026.

7. CANAIS DE COMUNICAÇÃO E ACIONAMENTO FORMAL E PREPOSTA(O)

7.1 A CONTRATADA manterá canais ativos para comunicação operacional e acionamentos, no mínimo:

- a) e-mail;
- b) telefone;
- c) WhatsApp corporativo.

7.2 O WhatsApp corporativo:

- a) deverá ser informado na assinatura do contrato, com a identificação do número e da pessoa responsável pelo atendimento;
- b) deverá permanecer ativo durante toda a vigência contratual;
- c) deverá ser atendido inclusive em fins de semana e feriados, sempre que houver necessidade de acionamento operacional.

7.3 Considera-se acionamento formal (T0) a solicitação registrada pelo TRE/SE à CONTRATADA, por meio de:



- a) e-mail institucional; e/ou
- b) sistema de chamados, se adotado; e/ou
- c) WhatsApp corporativo, mediante mensagem contendo, no mínimo, a identificação do veículo, a ocorrência e o local, de modo a permitir a comprovação da data e hora do acionamento.

7.4 As comunicações realizadas por WhatsApp deverão possibilitar a comprovação da data, hora, conteúdo da solicitação e identificação do destinatário, especialmente quando utilizadas para aferição de prazos, SLA, glosa ou demais providências contratuais.

7.5 A CONTRATADA deverá indicar formalmente, até a assinatura do contrato, a(o) respectiva(o) Preposta(o), fornecendo nome completo, telefone, endereço eletrônico e número de WhatsApp corporativo, para funcionar como elo administrativo e operacional entre a empresa e o CONTRATANTE.

7.6 A(O) Preposta(o) deverá permanecer disponível durante toda a vigência contratual, inclusive para atendimento a acionamentos relacionados a panes, sinistros, substituição de veículos, regularização documental, prestação de informações e demais providências necessárias à continuidade do serviço.

7.7 Caso a CONTRATADA decida substituir a(o) Preposta(o) indicada(o), deverá comunicar formalmente o CONTRATANTE, apresentando os dados da(o) nova(o) representante, de modo a não haver descontinuidade na comunicação e no acompanhamento da execução contratual.

7.8 Compete à(ao) Preposta(o), no que couber:

- a) manter interlocução permanente com a fiscalização técnica e a gestão do contrato, atuando como ponto focal da CONTRATADA para assuntos administrativos e operacionais;
- b) receber e dar imediato atendimento às comunicações, notificações e acionamentos realizados pelo CONTRATANTE;
- c) adotar, com a tempestividade necessária, as providências cabíveis para correção das falhas identificadas na execução do serviço;
- d) acompanhar e coordenar o cumprimento do prazo de substituição de veículos previsto neste ETS;
- e) providenciar e encaminhar à fiscalização toda a documentação exigida para entrega, substituição, manutenção e regularidade dos veículos, inclusive CRLV-e, comprovantes de seguro e demais documentos pertinentes;
- f) consolidar e fornecer todas as informações e dados necessários à avaliação da execução contratual, inclusive para preenchimento e conferência do Instrumento de Medição de Resultados – IMR;
- g) reunir e apresentar, quando solicitada, a documentação necessária à comprovação do cumprimento das obrigações contratuais pela CONTRATADA;
- h) acompanhar as ocorrências registradas durante a execução contratual, assegurando sua adequada resposta e o fornecimento das evidências correspondentes;
- i) comunicar previamente ao CONTRATANTE quaisquer fatos que possam impactar a disponibilidade dos veículos ou a regularidade da prestação do serviço;
- j) exercer outras atribuições inerentes à função de Preposta(o), necessárias à eficiência, continuidade e adequada execução do serviço contratado.

**8. REQUISITOS TÉCNICOS MÍNIMOS DOS VEÍCULOS**

8.1 Os veículos deverão ser do tipo popular de passeio, conforme quantidade indicada no item 4.

8.2 Requisitos mínimos:

- a) motor 1.0 (1000cc) ou superior, FLEX (bicomustível: gasolina e etanol);
- b) ar condicionado;
- c) quatro portas;
- d) capacidade mínima para 5 ocupantes;
- e) ano fabricação/modelo 2022 ou superior;
- f) itens obrigatórios de segurança e circulação;
- g) condições adequadas de conservação, limpeza e segurança;
- h) documentação regular (CRLV-e vigente e demais exigências legais).

8.3 É vedada a disponibilização de veículo com:

- a) restrição administrativa/judicial que impeça circulação;
- b) condição insegura, tais como pneus carecas, falhas graves, luzes inoperantes ou situação equivalente;
- c) documentação irregular.

8.4 O TRE/SE poderá recusar o recebimento de veículo que não atenda aos requisitos, devendo a CONTRATADA providenciar sua substituição nos termos deste ETS, sem ônus e sem prejuízo do início do serviço.

8.5 A CONTRATADA deverá providenciar, às suas expensas, a identificação visual dos veículos disponibilizados ao TRE/SE, conforme padrão, conteúdo e layout definidos pelo CONTRATANTE.

8.5.1 A identificação visual deverá ser afixada antes da entrega do veículo para início da execução e mantida em condições adequadas de conservação e legibilidade durante todo o período de disponibilização.

8.5.2 A identificação visual não poderá comprometer a segurança, a visibilidade, a integridade da pintura ou a regular circulação do veículo, devendo ser removida pela CONTRATADA ao término da execução, quando determinado pelo CONTRATANTE.

8.5.3 Na hipótese de substituição de veículo, a CONTRATADA deverá providenciar a correspondente identificação visual do veículo substituto, observando o mesmo padrão adotado para os demais.

8.6 Os requisitos técnicos definidos neste ETS constituem parâmetros mínimos obrigatórios para aceitação dos veículos.

8.7 A fiscalização do contrato poderá recusar o recebimento de veículo que não atenda às especificações estabelecidas neste documento, ainda que o Termo de Referência contenha descrição resumida do objeto.

**9. DOCUMENTAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA POR VEÍCULO (NA ENTREGA E DURANTE A VIGÊNCIA)**

9.1 Na entrega e durante a execução, cada veículo deverá ter:

- a) CRLV-e vigente;
- b) comprovação de seguro vigente;
- c) itens obrigatórios: triângulo, macaco, chave de roda e estepe em condições;
- d) chaves (principal e reserva, quando disponível).

9.2 A CONTRATADA deve manter capacidade de disponibilizar a documentação atualizada à fiscalização sempre que solicitada, especialmente em substituições.

**10. SEGURO VEICULAR**

**10.1 Obrigatoriedade e abrangência**

10.1.1 Todos os veículos disponibilizados na execução do serviço deverão estar cobertos por seguro automotivo vigente durante todo o período de disponibilização ao TRE/SE, incluindo eventuais veículos substitutos.

10.1.2 O seguro deverá ser mantido sem interrupção, desde a entrega (vistoria inicial) até a devolução (vistoria final) de cada veículo.

**10.2 Requisitos mínimos da apólice**

10.2.1 A apólice deverá contemplar, no mínimo, as seguintes coberturas:

- a) Responsabilidade Civil Facultativa – RCF-V (danos materiais e danos corporais/morais a terceiros);
- b) Casco (cobertura compreensiva para colisão, incêndio e roubo/furto);
- c) Assistência 24h, com guincho/reboque e suporte emergencial;
- d) Cobertura para passageiros/ocupantes (APP), quando aplicável, para eventos com danos pessoais envolvendo ocupantes do veículo;
- e) Cobertura para vidros/retrovisores/faróis/lanternas, quando prevista no mercado para a modalidade contratada, ou, alternativamente, comprovação de que tais danos serão suportados pela CONTRATADA sem ônus para o TRE/SE.

**10.3 Limites mínimos de indenização (capitais segurados)**

10.3.1 Para padronização e suficiência do seguro, ficam estabelecidos os seguintes limites mínimos por evento, por veículo:

- a) RCF-V – Danos Materiais a terceiros: mínimo de R\$ 100.000,00 (cem mil reais);
- b) RCF-V – Danos Corporais (e morais, quando contratado): mínimo de R\$ 100.000,00 (cem mil reais);
- c) Casco (Tabela FIPE ou valor determinado na apólice): compatível com o valor do veículo, com indenização integral para perda total por colisão/incêndio/roubo/furto;
- d) APP (ocupantes): mínimo de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por ocupante, ou outro patamar superior constante da apólice (o que for maior).

**10.4 Franquia/dedutível e responsabilidades**

10.4.1 A existência de franquia dedutível na apólice não poderá impedir o pronto atendimento, reparo, remoção/guincho e substituição do veículo.

10.4.2 A CONTRATADA permanecerá integralmente responsável por adotar as providências necessárias para garantir a continuidade do serviço, inclusive a substituição do veículo no prazo definido neste ETS.

**10.5 Condições da seguradora e validade**

10.5.1 A seguradora deverá estar regularmente autorizada a operar no Brasil, e a apólice deve estar em nome da CONTRATADA (ou da empresa proprietária do veículo, quando houver subcontratação autorizada), com prova de vínculo jurídico do veículo à execução.

10.5.2 A apólice deverá indicar claramente: placas, vigência, coberturas e capitais segurados.

10.6 Comprovação documental (momento e atualização)

10.6.1 Como condição para o recebimento de cada veículo, a CONTRATADA deverá apresentar, no mínimo:

- a) comprovante de seguro vigente (apólice/certificado) vinculado à placa do veículo;
- b) demonstrativo de coberturas e capitais segurados.

10.6.2 Para veículos substitutos, a comprovação do seguro deverá ser apresentada no ato da substituição, juntamente com o CRLV-e.

10.6.3 A fiscalização poderá solicitar a comprovação a qualquer tempo; a não apresentação ou apresentação incompleta constitui inconformidade relevante, sujeita a medidas administrativas e à recusa/substituição do veículo.

10.7 Comunicação de eventos e acionamento do seguro

10.7.1 Em caso de sinistro, roubo/furto ou pane grave, a CONTRATADA deverá:

- a) orientar e apoiar o TRE/SE no acionamento da assistência/seguradora, quando necessário;
- b) registrar protocolo, boletim de ocorrência ou ordem de serviço, quando aplicável;
- c) garantir substituição do veículo no SLA (24h), independentemente do tempo de regulação do sinistro.

11. ENTREGA INICIAL: PROCEDIMENTO, EVIDÊNCIAS E ACEITE

11.1 A entrega inicial ocorrerá na Sede do TRE/SE, com vistoria realizada pela Equipe de Fiscalização e Gestão.

11.2 Evidências mínimas na entrega:

- a) Termo de Recebimento e Vistoria (TRV), assinado por fiscal e por Preposta(o);
- b) registro do odômetro (km);
- c) conferência documental;
- d) fotos mínimas: frente, traseira, laterais, interior e painel/odômetro (e detalhes de avarias, se houver).

11.3 O aceite pode ser:

- a) sem ressalvas;
- b) com ressalvas (registradas);
- c) recusado (inconformidade impeditiva).

11.4 Havendo recusa, a CONTRATADA deverá providenciar veículo conforme especificação, no prazo de 24 horas, sem ônus e sem prejuízo do cronograma.

12. ENTREGAS COMPLEMENTARES E MUDANÇA DE QUANTITATIVOS

12.1 Quando houver aumento de frota (ex.: setembro/outubro), aplica-se o mesmo procedimento de entrega e vistoria do item 11.

12.2 O TRE/SE poderá antecipar ou remanejar entregas por necessidade operacional, devendo a fiscalização comunicar formalmente a alteração à CONTRATADA, com a antecedência possível, indicando os veículos envolvidos, a unidade de destino e a data prevista para a movimentação.

13. REMANEJAMENTO E REGISTROS OPERACIONAIS

13.1 Qualquer remanejamento deve possuir registro mínimo:

- a) data/hora;
- b) placa;
- c) origem/destino;
- d) responsável pelo recebimento;
- e) odômetro no ato.

13.2 A CONTRATADA deve cooperar com os remanejamentos quando necessitar recolher ou substituir veículo, minimizando impacto na operação.

14. DEVOLUÇÃO FINAL: PROCEDIMENTO E EVIDÊNCIAS

14.1 Na devolução final (na Sede), será executada vistoria final com:

- a) Termo de Devolução e Vistoria (TDV), assinado por fiscal e por Preposta(o);
- b) fotos mínimas, observada a mesma lógica da entrega;
- c) registro do odômetro final;
- d) comparação com vistoria inicial.

14.2 Havendo divergências, inclusive avarias, entre as vistorias inicial e final, a fiscalização registrará a ocorrência com evidências objetivas, tais como checklists, registros fotográficos e anotação do odômetro. A apuração observará:

- a) desgaste natural decorrente do uso regular, sem imputação de responsabilidade;
- b) defeito mecânico, falha de manutenção ou vício de conservação, de responsabilidade da CONTRATADA;
- c) dano decorrente de mau uso ou culpa comprovada, quando houver evidências objetivas suficientes, tais como registro interno, relato circunstanciado e/ou laudo.

14.3 Constatada a necessidade de reparo imputável à CONTRATADA, esta deverá providenciar a correção sem ônus ao TRE/SE e sem prejudicar a continuidade do serviço, com substituição no SLA quando aplicável.

15. FRANQUIA DE QUILOMETRAGEM, COMPENSAÇÃO DE SALDO E TRATAMENTO DO EXCEDENTE

15.1 A franquia padrão de utilização será de 3.000 km (três mil quilômetros) por mês, por veículo.

15.2 O controle da quilometragem será realizado mediante:

- a) registro do odômetro no início e no fim de cada mês, ou por ocasião de substituição, entrega complementar, remanejamento ou devolução do veículo;
- b) preenchimento do Quadro A – Controle mensal por veículo; e
- c) consolidação das informações no relatório mensal da CONTRATADA.

15.3 A apuração da quilometragem excedente não será realizada de forma isolada por veículo, mas sim com base no somatório da quilometragem efetivamente percorrida por toda a frota no período de execução aplicável, admitida a compensação dos quilômetros não utilizados por um veículo com a quilometragem excedente de outro veículo.

15.4 Para fins do item anterior, os quilômetros da franquia não utilizados por um veículo constituirão saldo compensável exclusivamente dentro do mesmo período de execução considerado para apuração, não gerando crédito financeiro autônomo, saldo acumulável para outro período ou direito de compensação fora da vigência da contratação.

15.5 A apuração da quilometragem excedente observará os seguintes períodos de referência:

- a) cenário sem segundo turno: período de 01/07/2026 a 09/10/2026
- b) cenário com segundo turno: período de 01/07/2026 a 31/10/2026

15.6 Para fins de apuração da franquia global da frota, serão considerados os quantitativos de veículos efetivamente disponibilizados em cada período, conforme a distribuição operacional prevista neste ETS.

15.6.1 Franquia global da frota – cenário sem segundo turno

Tabela 2 - Franquia global - Período de apuração: 01/07/2026 a 09/10/2026

Período	Quantidade de veículos	Franquia mensal por veículo	Franquia total do período
01/07 a 31/07/2026	8	3.000 km	24.000 km
01/08 a 31/08/2026	8	3.000 km	24.000 km
01/09 a 30/09/2026	10	3.000 km	30.000 km

01/10 a 09/10/2026	10	proporcional	8.710 km
Total			86.710 km

15.6.2 Para o período de 01/10 a 09/10/2026, a franquia foi calculada proporcionalmente aos 9 (nove) dias de execução em outubro, tomando-se por base a franquia mensal de 3.000 km por veículo, resultando em 8.710 km para a frota de 10 veículos.

15.6.3 Franquia global da frota – cenário com segundo turno

Tabela 3 - Franquia global - Período de apuração: 01/07/2026 a 31/10/2026

Período	Quantidade de veículos	Franquia mensal por veículo	Franquia total do período
01/07 a 31/07/2026	8	3.000 km	24.000 km
01/08 a 31/08/2026	8	3.000 km	24.000 km
01/09 a 30/09/2026	10	3.000 km	30.000 km
01/10 a 31/10/2026	10	3.000 km	30.000 km
Total			108.000 km

15.7 A quilometragem excedente somente será caracterizada quando a quilometragem total efetivamente percorrida pela frota, no respectivo período de apuração, ultrapassar a franquia global total correspondente ao mesmo período, já considerada a compensação dos saldos não utilizados entre os veículos.

15.8 O valor unitário do quilômetro excedente corresponderá ao valor mensal unitário da locação do veículo, dividido pela franquia mensal de 3.000 km.

15.8.1 Para fins de apuração, aplica-se a seguinte fórmula:

- VALOR DO KM EXCEDENTE = VALOR MENSAL UNITÁRIO DA LOCAÇÃO ÷ 3.000 km**

15.9 O pagamento da quilometragem excedente, quando houver, dependerá cumulativamente de:

- a) comprovação objetiva da quilometragem rodada, mediante registros regulares de odômetro;
- b) consolidação da quilometragem total da frota no período de apuração;
- c) demonstração da superação da franquia global total do período de apuração;
- d) registro do excedente no relatório mensal e nos controles operacionais; e
- e) validação pela fiscalização do contrato.

15.10 Não será devido pagamento por quilometragem excedente:

- a) sem comprovação documental mínima da quilometragem;
- b) quando houver inconsistência de odômetro não sanada;
- c) quando a divergência decorrer de erro imputável à CONTRATADA; ou
- d) quando não for possível verificar, com segurança, a superação da franquia global do período.

15.11 Para fins de estimativa do valor global da contratação, será considerado quantitativo estimado de quilometragem excedente correspondente a até 10% (dez por cento) da franquia global do período, sem que isso represente direito automático de pagamento, o qual dependerá da apuração real da execução.

15.11.1 Estimativa de excedente – cenário com segundo turno

Tabela 4 - Estimativa de quilometragem excedente - Período de referência: 01/07/2026 a 31/10/2026

Período	Quantidade de veículos	Franquia total do período	Excedente estimado (10%)
01/07 a 31/07/2026	8	24.000 km	2.400 km
01/08 a 31/08/2026	8	24.000 km	2.400 km
01/09 a 30/09/2026	10	30.000 km	3.000 km
01/10 a 31/10/2026	10	30.000 km	3.000 km
Total		108.000 km	10.800 km

15.12 A ocorrência de quilometragem excedente não afasta a obrigação da CONTRATADA de manter os veículos à disposição do TRE/SE durante todo o período contratado, nem autoriza interrupção, restrição ou condicionamento da execução do serviço.

15.13 As divergências verificadas na apuração da franquia, da quilometragem rodada ou do excedente deverão ser submetidas à fiscalização para análise, justificativa e eventual retificação, antes da validação da medição correspondente.

## 16. REGISTROS DE UTILIZAÇÃO E RASTREABILIDADE

16.1 Como a locação de veículos não inclui condutor/motorista, os registros de uso (solicitação, destino, responsável) serão mantidos pelo TRE/SE.

16.2 A CONTRATADA manterá, no mínimo, registros de:

- a) manutenções (preventivas/corretivas);
- b) ocorrências (pane/sinistro/roubo/furto);
- c) substituições;
- d) assistência/guincho;
- e) notificações de infração.

16.2.1 Os registros devem ser disponibilizados à fiscalização quando solicitados.

## 17. MANUTENÇÃO PREVENTIVA: PARÂMETROS MÍNIMOS

17.1 A CONTRATADA deverá executar manutenção preventiva conforme manual do fabricante e boas práticas do setor.

17.2 A manutenção preventiva deverá ser programada para não comprometer a disponibilidade, com substituição se necessário.

17.3 A cada manutenção preventiva, registrar:

- a) placa;
- b) tipo de serviço;
- c) data/hora início/fim;
- d) local;
- e) OS/nota/registro;
- f) impacto na disponibilidade, se houver.

17.4 A lavagem, higienização e limpeza interna e externa dos veículos disponibilizados na execução do serviço constituem encargo da CONTRATADA, que deverá mantê-los em condições adequadas de apresentação, asseio e uso durante todo o período de disponibilização ao TRE/SE.

17.4.1 A CONTRATADA deverá providenciar, no mínimo quinzenalmente, a lavagem externa e a limpeza/higienização interna dos veículos, sem ônus adicional para a CONTRATANTE, em local por ela indicado ou providenciado, preferencialmente em Aracaju/SE ou na região de utilização do veículo, observadas as condições de disponibilidade e continuidade do serviço.

17.4.2 A retirada ou o encaminhamento do veículo para lavagem, higienização ou limpeza deverá ser previamente alinhado com a fiscalização ou com a unidade usuária, de modo a não comprometer o uso institucional do veículo.

17.4.3 Sempre que constatadas condições inadequadas de limpeza, higiene, apresentação ou uso do veículo, a fiscalização poderá determinar sua regularização, sem ônus para a CONTRATANTE, ainda que antes da periodicidade mínima prevista no item 17.4.1.

17.4.4 A necessidade de lavagem, higienização ou limpeza do veículo não poderá comprometer a disponibilidade contratada, devendo a CONTRATADA adotar as providências necessárias para sua execução sem prejuízo ao uso institucional ou, quando cabível, mediante substituição temporária do veículo.

**18. MANUTENÇÃO CORRETIVA E PANES**

18.1 Panes e falhas que comprometam o uso seguro ou regular do veículo exigem:

- a) comunicação imediata, pelo condutor e/ou pela unidade usuária, à fiscalização técnica e à gestão do contrato, conforme o fluxo operacional definido pelo CONTRATANTE;
- b) acionamento formal da CONTRATADA pelo TRE/SE, para adoção das providências cabíveis;
- c) acionamento de assistência, guincho ou suporte correlato pela CONTRATADA, quando necessário; e
- d) substituição do veículo no SLA previsto no item 21, quando aplicável.

18.2 O recolhimento para manutenção corretiva não exime a CONTRATADA de manter a disponibilidade contratada.

**19. ASSISTÊNCIA 24H, GUINCHO E SUPORTE EMERGENCIAL**

19.1 A CONTRATADA deve garantir assistência 24h, por meio de seguro ou serviço próprio.

19.2 Constituem evidências mínimas do atendimento de assistência 24h e suporte emergencial:

- a) protocolo de atendimento;
- b) ordem de serviço ou registro equivalente;
- c) data e hora do acionamento formal da CONTRATADA, após a ciência da ocorrência pelo TRE/SE; e
- d) solução adotada, como guincho, reparo ou substituição.

**20. PROCEDIMENTO COMPLETO EM CASO DE SINISTRO (PASSO A PASSO)**

20.1 Ocorrendo sinistro (acidente, colisão ou evento similar) envolvendo veículo disponibilizado na execução contratual, o fluxo mínimo observará as seguintes etapas:

- a) o condutor do veículo deverá adotar imediatamente as providências necessárias à preservação da segurança das pessoas, do veículo e do local, inclusive sinalização, quando cabível;
- b) o condutor e/ou a unidade usuária deverá comunicar o fato, com a maior brevidade possível, à fiscalização competente e à gestão do contrato, informando, sempre que possível, a identificação do veículo, o local, a data, o horário e uma síntese da ocorrência;
- c) o TRE/SE, por intermédio da fiscalização técnica ou da gestão do contrato, promoverá o acionamento formal da CONTRATADA, para ciência do sinistro e adoção das providências cabíveis;
- d) recebida a comunicação formal do TRE/SE, a CONTRATADA deverá orientar quanto aos procedimentos aplicáveis e adotar as providências necessárias ao atendimento da ocorrência, inclusive acionamento da assistência, seguradora, guincho/reboque ou suporte emergencial, quando cabível;
- e) sempre que possível, deverão ser providenciados registros da ocorrência, tais como fotografias, vídeos, localização, data, horário, identificação do veículo e descrição sintética do evento;
- f) havendo necessidade, deverá ser providenciado boletim de ocorrência ou outro registro formal pertinente, conforme a natureza do fato e as orientações do TRE/SE;
- g) quando o sinistro comprometer a disponibilidade ou o uso regular do veículo, a CONTRATADA deverá providenciar sua substituição no prazo definido no item 21 deste ETS.

20.2 Para fins de contagem do prazo de substituição previsto neste ETS, considerar-se-á como **T0** o momento do acionamento formal da CONTRATADA pelo TRE/SE, e como **T1** o momento da efetiva disponibilização do veículo substituído em condições regulares de uso.

20.3 As evidências mínimas da ocorrência deverão compreender, sempre que cabível:

- a) registro da comunicação inicial no âmbito do TRE/SE;
- b) registro do acionamento formal da CONTRATADA (T0);
- c) fotos ou outros elementos de registro do evento, quando disponíveis;
- d) protocolo de acionamento da seguradora, assistência ou serviço correlato, quando aplicável;
- e) registro da substituição do veículo, com indicação do T1;
- f) boletim de ocorrência ou documento equivalente, quando existente.

20.4 A ausência de comunicação imediata da ocorrência à CONTRATADA não afasta o direito do CONTRATANTE à substituição do veículo. Quando a comunicação depender de prévia ciência da fiscalização técnica ou da gestão do contrato acerca do sinistro, o prazo contratual será contado na forma do item 20.2.

**21. SUBSTITUIÇÃO DE VEÍCULO: SLA E CRITÉRIOS TÉCNICOS**

21.1 Situações que exigem substituição:

- a) pane que impeça uso seguro;
- b) manutenção corretiva com indisponibilidade;
- c) sinistro/roubo/furto;
- d) recolhimento por irregularidade documental;
- e) qualquer evento que comprometa a disponibilidade.

21.2 O SLA de substituição será de até 24 (vinte e quatro) horas, contado do acionamento formal da CONTRATADA pelo TRE/SE (T0) até a efetiva disponibilização do veículo substituído em condições regulares de uso (T1).

21.3 Veículo substituído:

- a) equivalente ou superior;
- b) atende requisitos do item 8;
- c) com documentação regular;
- d) com seguro vigente.

21.4 Constituem evidências obrigatórias da substituição:

- a) registro do acionamento formal da CONTRATADA (T0) e da efetiva disponibilização do substituído (T1), com data e hora;
- b) canal utilizado para o acionamento;
- c) placa do veículo original e do veículo substituído;
- d) registro mínimo do veículo substituído, com fotos, odômetro e CRLV-e;
- e) Quadro B devidamente preenchido.

21.5 O prazo de substituição estabelecido neste ETS constitui parâmetro operacional obrigatório para a execução do serviço, devendo ser observado pela CONTRATADA independentemente de disposições genéricas constantes do Termo de Referência.

**22. MULTAS E INFRAÇÕES: FLUXO DE NOTIFICAÇÃO**

22.1 A CONTRATADA deverá encaminhar ao TRE/SE, no prazo máximo de **2 (dois) dias úteis do recebimento**, as notificações de autuação referentes aos veículos, contendo: placa, data/hora, local, enquadramento e prazo para indicação de condutor.

22.2 O TRE/SE procederá internamente à identificação de condutor e providências, conforme normativos internos.

22.3 A CONTRATADA deve manter histórico das infrações por veículo e disponibilizar quando solicitado.

**23. SUBCONTRATAÇÃO**

23.1 Admite-se subcontratação parcial somente para disponibilização do veículo, mediante:

- a) autorização prévia e expressa do Gestor do Contrato;
- b) comprovação de vínculo jurídico que autorize a disponibilização (por exemplo: propriedade, arrendamento mercantil/leasing, locação, comodato, cessão, contrato de disponibilidade ou instrumento equivalente), bem como apresentação da documentação de regularidade pertinente;
- c) manutenção da responsabilidade integral da CONTRATADA, inclusive quanto à interlocução com a fiscalização, ao atendimento dos acionamentos, ao cumprimento do SLA e às demais obrigações contratuais.

23.2 É vedada a utilização de veículos de particulares (pessoas físicas) e/ou caracterizados como “carro de praça” (táxi, Uber ou similares).



23.3 Esclarece-se que a autorização de subcontratação parcial se justifica porque, em períodos de pico de demanda — especialmente no ciclo eleitoral — parte das empresas do setor pode não dispor, de imediato, de frota própria suficiente para atender à necessidade temporária.

23.3.1 Em qualquer hipótese, a CONTRATADA permanecerá integralmente responsável pela execução do objeto, pela qualidade da prestação, pelo cumprimento dos prazos e por todas as demais obrigações contratuais, não se estabelecendo qualquer vínculo entre a Administração e o subcontratado.

**24. SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL E ACESSIBILIDADE (APLICÁVEL AO OBJETO)**

24.1 Serão observadas práticas de sustentabilidade ambiental pertinentes à locação/manutenção de veículos, incluindo:

- a) manutenção em dia para reduzir emissões e falhas;
- b) destinação ambientalmente adequada de resíduos automotivos, como óleo, filtros, pneus e baterias, sob responsabilidade da CONTRATADA;
- c) planejamento de remanejamentos/substituições para reduzir deslocamentos desnecessários.

24.2 Na presente contratação, serão adotadas, no que couber, as seguintes práticas de sustentabilidade social:

24.2.1 Comprovar, como requisito para a assinatura do Contrato e para a manutenção da contratação ao longo de sua vigência, o atendimento às seguintes condições, cuja inobservância poderá ensejar a aplicação das sanções cabíveis, inclusive a rescisão contratual, na forma da lei e do Contrato, observados o contraditório e a ampla defesa:

24.2.1.1 Não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadora(e)s em condições análogas às de escravo(o), instituído pela [PORTARIA INTERMINISTERIAL MTE/MDHC/MIR Nº 18, DE 13 DE SETEMBRO DE 2024](#).

24.2.1.1.1 O cadastro de empregadores previsto na Portaria Interministerial MTE/MDHC/MIR nº 18/2024 está disponível para [consulta no sítio institucional do Ministério do Trabalho e Emprego](#) na rede mundial de computadores.

24.2.1.2 Não ter sido condenada, a licitante vencedora ou sua(eu)s dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta à previsão aos artigos 1º e 170 da Constituição Federal de 1988; do artigo 149 do Código Penal Brasileiro; do Decreto nº 5.017, de 12 de março de 2004 (promulga o Protocolo de Palermo) e das Convenções da OIT n.ºs 29 e 105.

24.2.1.2.1 A condição prevista neste item será comprovada por meio de declaração firmada por representante legal da CONTRATADA. A declaração falsa sujeitará a empresa às sanções previstas em lei e no edital (e anexos) da contratação.

24.3 Não se aplicam obrigações típicas de serviços com pessoal alocado nas dependências do órgão (ex.: uniformes, copos descartáveis no órgão), por não integrarem o objeto da contratação.

**25. INDICADORES E METAS OPERACIONAIS (PARA FISCALIZAÇÃO)**

25.1 A fiscalização da execução contratual observará, no mínimo, os seguintes indicadores operacionais:

- a) conformidade técnica dos veículos;
- b) regularidade documental e securitária dos veículos;
- c) disponibilidade da frota;
- d) cumprimento do prazo de substituição em até 24 (vinte e quatro) horas, quando aplicável;
- e) realização de manutenção sem prejuízo à continuidade da prestação;
- f) atendimento de assistência 24h e suporte emergencial, quando necessário;
- g) consistência do controle de quilometragem e dos registros de odômetro;
- h) entrega tempestiva e adequada do relatório mensal;
- i) comunicação formal e registro das ocorrências operacionais;
- j) atendimento tempestivo às solicitações e providências formalmente requeridas pela fiscalização e pela gestão do contrato.

25.2 Para os fins deste ETS, constituem metas mínimas de referência para acompanhamento da execução contratual:

- a) manutenção de 100% (cem por cento) da frota em condição regular de uso, sob os aspectos técnicos e de segurança;
- b) manutenção de 100% (cem por cento) dos veículos com documentação regular e cobertura securitária vigente;
- c) manutenção da frota contratada integralmente disponível, ressalvadas as indisponibilidades justificadas e tempestivamente tratadas nos termos deste ETS;
- d) cumprimento de 100% (cem por cento) dos casos aplicáveis ao SLA de substituição no prazo contratual;
- e) realização de manutenção preventiva e corretiva sem prejuízo indevido à continuidade da prestação;
- f) prestação de assistência 24h e suporte emergencial em prazo compatível com a urgência da ocorrência;
- g) manutenção de registros regulares, completos e confiáveis para controle de quilometragem e odômetro;
- h) apresentação do relatório mensal até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente, acompanhado dos anexos e evidências exigidos;
- i) manutenção de rastreabilidade mínima das ocorrências operacionais e das providências adotadas;
- j) atendimento tempestivo às solicitações, diligências e determinações formalmente expedidas pela fiscalização e pela gestão do contrato.

25.3 Os indicadores e metas previstos neste item possuem caráter mínimo e deverão ser interpretados em conjunto com o IMR previsto no item 26, bem como com as evidências documentais e operacionais exigidas neste ETS.

**26. INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS (IMR)**

26.1 O IMR é o instrumento de avaliação mensal da execução contratual e observará, como critérios mínimos de aferição, os indicadores operacionais previstos no item 25.1, sem prejuízo da análise das evidências documentais e operacionais exigidas neste ETS.

26.1.1 O IMR possui natureza remuneratória, destinando-se ao redimensionamento do valor mensal devido à CONTRATADA, conforme o desempenho efetivamente apurado no período de referência.

26.1.2 A apuração do IMR será realizada mensalmente, com base nas ocorrências verificadas no período de referência, considerando, quando aplicável a cada critério, a proporção entre o número de falhas constatadas e o número de situações verificadas no mês.

26.1.3 Para fins do item anterior, considera-se:

- a) situações verificadas no mês: o universo de análise aplicável a cada critério no período de referência;
- b) falhas constatadas: as desconformidades efetivamente registradas e comprovadas no período;
- c) taxa de falhas: a proporção entre o número de falhas constatadas e o número de situações verificadas no mês.

26.1.4 Para fins operacionais de apoio à fiscalização:

- a) taxa de falhas até 20% (vinte por cento) enseja, em regra, monitoramento da execução;
- b) taxa de falhas superior a 20% (vinte por cento) caracteriza ocorrência relevante para análise da fiscalização;
- c) a ocorrência de falha em critério classificado com peso 3 poderá ensejar alerta de possível infração contratual, independentemente da taxa de falhas apurada.

26.1.5 Consideram-se critérios de maior relevância, para os fins do item anterior, aqueles classificados com peso 3, correspondentes a:

- a) conformidade técnica do veículo;
- b) regularidade documental e securitária do veículo;
- c) disponibilidade permanente da frota;
- d) cumprimento do SLA de substituição.

26.1.6 O IMR deverá ser preenchido pela fiscalização técnica, com apoio da fiscalização setorial, quando necessário, e validado no âmbito da gestão do contrato, observadas as atribuições dos agentes designados.

26.1.7 A planilha eletrônica utilizada para cálculo do IMR constitui instrumento operacional de apoio à fiscalização e observará a estrutura, os pesos, as fórmulas de cálculo, as faixas de apuração e as orientações previstas no Anexo VII.

26.1.8 Para fins de apoio à análise das ocorrências verificadas na execução contratual, a planilha do IMR poderá conter campos auxiliares e aba específica de apoio à análise preliminar de penalidades.

26.1.9 Os alertas automáticos eventualmente gerados na planilha de apoio possuem caráter meramente indicativo e não vinculam a fiscalização ou a gestão do contrato quanto à aplicação de penalidades.

26.1.10 O tratamento do critério referente à entrega tempestiva e adequada do relatório mensal observará, quando cabível, regra específica compatível com sua natureza qualitativa, nos termos da planilha do IMR e do Anexo VII.

26.2 Os critérios de avaliação da execução contratual previstos neste item constituem parâmetros técnicos de fiscalização e deverão ser observados para fins de acompanhamento da execução, medição dos serviços e, quando cabível, aplicação de glosa ou ajuste de pagamento, nos termos deste ETS.

26.2.1 A incidência de ajuste remuneratório decorrente da apuração do IMR não enseja, por si só, a aplicação automática de penalidade, a qual dependerá de análise específica da ocorrência, nos termos do Termo de Referência, do Contrato e da legislação aplicável.

26.2.2 As ocorrências tratadas ordinariamente no âmbito do IMR repercutirão, em regra, por meio do correspondente ajuste remuneratório, sem prejuízo da adoção de medidas adicionais quando houver infração contratual autônoma, reincidência, não saneamento ou gravidade relevante da falha.

**27. RELATÓRIO MENSAL DA CONTRATADA: CONTEÚDO MÍNIMO E PADRÃO**

27.1 Prazo: **até o 5º dia útil do mês subsequente.**

27.2 Conteúdo mínimo:

- a) relação de veículos no mês;
- b) disponibilidade e indisponibilidades;
- c) odômetro inicial e final por veículo;
- d) ocorrências e intervenções registradas no âmbito do fluxo contratual de execução;
- e) substituições e comprovação do SLA;
- f) manutenções preventivas e corretivas realizadas no período, quando houver;
- g) atualizações documentais.

27.3 Instrumentos auxiliares de acompanhamento e de verificação da execução:

- a) Quadro A - Controle mensal por veículo;
- b) Quadro B - Ocorrências e substituições – SLA 24h; e
- c) Quadro C - Conformidade documental e itens de segurança.

27.4 O relatório mensal e seus anexos constituem evidência para verificação da execução.

27.5 A ausência do relatório mensal, bem como o preenchimento incompleto ou inconsistente, ensejará:

- a) solicitação de retificação pela fiscalização, em prazo por ela fixado;
- b) suspensão da validação da medição correspondente até a regularização das pendências.

27.6 Os formulários/relatórios mensais deverão fornecer os elementos necessários à apuração do IMR, inclusive para identificação do número de situações verificadas no mês, do número de falhas constatadas, das evidências correspondentes e, quando cabível, das ocorrências potencialmente relevantes para fins sancionatórios.

**28. PAGAMENTO DOS SERVIÇOS**

28.1 O pagamento será devido mensalmente, conforme a efetiva execução do serviço, observados:

- a) a disponibilização regular dos veículos no período de referência;
- b) a medição da execução contratual;
- c) o atesto da fiscalização;
- d) as disposições do Termo de Referência, do Contrato e deste ETS.

28.2 A remuneração mensal compreenderá:

- a) o valor mensal da locação dos veículos efetivamente disponibilizados e aceitos no período; e
- b) a quilometragem excedente efetivamente apurada, quando cabível, nos termos do item 15 deste ETS.

28.3 O pagamento da locação mensal dos veículos pressupõe a efetiva disponibilização da frota contratada ao TRE/SE, em condições regulares de uso, segurança, documentação e cobertura securitária, durante o período de referência.

28.4 A simples emissão de nota fiscal/fatura não gera, por si só, direito ao pagamento, que dependerá da comprovação da execução, da análise da documentação exigida, da validação da medição e do atesto da fiscalização do contrato.

28.5 A CONTRATADA deverá apresentar, para fins de medição e pagamento:

- a) nota fiscal/fatura do período;
- b) relatório mensal da execução, na forma do item 27;
- c) Quadros A, B e C devidamente preenchidos, quando aplicáveis;
- d) documentação complementar eventualmente exigida pela fiscalização para esclarecimento de inconsistências, ocorrências, substituições, indisponibilidades ou quilometragem excedente.

28.6 A medição mensal considerará, no mínimo, os indicadores operacionais previstos no item 25, os critérios do IMR previstos no item 26 e as evidências documentais definidas no item 27, observando-se ainda:

- a) a quantidade de veículos efetivamente disponibilizados no período;
- b) a regularidade da prestação do serviço;
- c) o cumprimento dos parâmetros técnicos e operacionais previstos neste ETS;
- d) os resultados aferidos no IMR;
- e) a existência de indisponibilidades, falhas, inconformidades ou descumprimentos contratuais com repercussão na execução.

28.6.1 A medição mensal observará o procedimento de apuração do IMR previsto no Anexo VII, bem como os registros consolidados na planilha eletrônica de apoio à fiscalização.

28.7 Eventuais glosas, descontos ou ajustes de pagamento poderão ser aplicados quando constatados, entre outros:

- a) indisponibilidade injustificada de veículo;
- b) descumprimento do SLA de substituição;
- c) ausência de documentação obrigatória ou seguro vigente;
- d) não apresentação ou apresentação incompleta dos registros e evidências mínimas exigidas neste ETS;
- e) inconsistências não sanadas na medição, no controle de odômetro ou na apuração da quilometragem;
- f) desconformidade da execução em relação aos critérios do IMR.

28.7.1 As ocorrências tratadas ordinariamente no âmbito do IMR repercutirão, em regra, por meio do correspondente ajuste remuneratório, sem prejuízo da adoção de medidas adicionais quando houver:

- a) infração contratual autônoma;
- b) reincidência relevante de falhas;
- c) não saneamento das irregularidades apontadas pela fiscalização;
- d) gravidade relevante da ocorrência.

28.8 As glosas ou ajustes decorrentes da medição deverão ser motivados pela fiscalização, com indicação objetiva da ocorrência verificada, dos registros correspondentes e do reflexo apurado sobre a execução contratual, assegurados à CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa, na forma do Contrato e da legislação aplicável.

28.9 Havendo glosa parcial decorrente da aplicação dos critérios previstos no IMR, o CONTRATANTE comunicará a CONTRATADA para que emita a Nota Fiscal/Fatura com o valor exato dimensionado, observada a medição validada no período.

28.9.1 A memória de cálculo da medição mensal deverá conter, quando aplicável:

- a) registros das ocorrências verificadas no período;
- b) consolidação das evidências de fiscalização;
- c) cálculo do IMR e da respectiva pontuação obtida;
- d) eventual ajuste remuneratório decorrente do IMR;
- e) memória de cálculo extraída da planilha de apuração do IMR.

28.9.2 Recebida a comunicação de glosa ou ajuste, a CONTRATADA poderá apresentar manifestação, na forma e no prazo definidos pelo CONTRATANTE, antes da emissão da Nota Fiscal/Fatura definitiva.

28.9.3 Mantido o ajuste após a análise da manifestação da CONTRATADA, esta deverá emitir a Nota Fiscal/Fatura com o valor que lhe for formalmente informado, com a respectiva dedução.

28.10 O pagamento da quilometragem excedente, quando houver, dependerá da apuração e validação pela fiscalização, observados os critérios estabelecidos no item 15 deste ETS, especialmente quanto:

- a) à existência de registros regulares e confiáveis de odômetro;
- b) à consolidação da quilometragem total da frota no período de apuração;
- c) à superação da franquia global aplicável;
- d) à inexistência de inconsistências materiais que prejudiquem a aferição do excedente.

28.11 Não será admitido pagamento:

- a) por veículo recusado na entrega e não regularizado;
- b) por período em que o veículo tenha permanecido indisponível sem substituição regular, ressalvada hipótese de ocorrência não imputável à CONTRATADA expressamente reconhecida pela fiscalização;
- c) de quilometragem excedente sem a correspondente comprovação documental mínima;
- d) de parcelas cuja execução não tenha sido devidamente atestada.

28.12 Na hipótese de entrega, recolhimento, substituição ou devolução de veículo no curso do mês, a fiscalização avaliará os reflexos da ocorrência sobre a medição do período, considerando os registros operacionais, a efetiva disponibilidade do veículo e a continuidade da prestação do serviço.

28.13 A existência de apuração, diligência, pendência documental ou necessidade de saneamento de inconsistências poderá ensejar a suspensão da validação da medição correspondente até a sua regularização, sem prejuízo das demais medidas administrativas cabíveis.

28.14 O pagamento observará, ainda, os prazos, condições, retenções tributárias e demais regras estabelecidas no Termo de Referência, no Contrato e na legislação aplicável.

**29. AGENTES RESPONSÁVEIS PELA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL**

29.1 A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por agentes formalmente designados pelo CONTRATANTE, observada a seguinte distribuição de atribuições:

- a) Fiscalização setorial: Cartórios Eleitorais da Capital;
- b) Fiscalização técnica: Núcleo de Transporte Institucional – NTI;
- c) Gestão do contrato: Coordenadoria de Material e Patrimônio – COMAT.

29.2 Compete à fiscalização setorial, no âmbito das unidades usuárias:

- a) acompanhar a utilização dos veículos colocados à disposição da respectiva unidade;
- b) comunicar ocorrências operacionais, indisponibilidades, falhas, avarias, sinistros ou irregularidades verificadas na execução;
- c) apoiar o registro das informações necessárias à rastreabilidade da utilização dos veículos;
- d) prestar informações à fiscalização técnica e à gestão do contrato sempre que solicitado.

29.3 Compete à fiscalização técnica, exercida pelo NTI:

- a) acompanhar a utilização dos veículos colocados à disposição da respectiva unidade;
- b) acompanhar tecnicamente a execução do serviço de locação de veículos;
- c) validar a conformidade da prestação com os parâmetros técnicos e operacionais previstos neste ETS;
- d) conferir registros, ocorrências, substituições, documentação, odômetro, relatórios e demais evidências da execução;
- e) consolidar a avaliação mensal da execução, inclusive para fins de IMR e medição;
- f) subsidiar a gestão do contrato quanto a inconformidades, glosas, necessidade de saneamento e demais providências decorrentes da execução.

29.4 Compete à gestão do contrato, exercida pela COMAT:

- a) acompanhar o contrato sob o enfoque administrativo e gerencial;
- b) adotar as providências necessárias ao regular processamento da execução contratual;
- c) promover a interlocução administrativa com a CONTRATADA, quando cabível;
- d) praticar os atos de gestão relacionados à instrução processual, registro, comunicações formais e encaminhamentos necessários à execução do contrato;
- e) atuar em articulação com a fiscalização técnica e com a fiscalização setorial para assegurar a continuidade e a regularidade da contratação.

29.5 A atuação dos agentes referidos neste item será complementar e articulada, sem prejuízo das atribuições fixadas em portaria de designação, no Contrato, no Termo de Referência e na legislação aplicável.

**30. PROCEDIMENTO DE FISCALIZAÇÃO E EVIDÊNCIAS MÍNIMAS**

30.1 A fiscalização da execução observará a atuação articulada da fiscalização setorial, da fiscalização técnica e da gestão do contrato, competindo-lhes, no que couber:

- a) conferir os documentos e os registros de entrega, recebimento, devolução e vistoria dos veículos, inclusive os termos e checklists aplicáveis;
- b) verificar a conformidade dos veículos com as especificações mínimas estabelecidas neste ETS;
- c) validar os registros de odômetro e de quilometragem, quando cabíveis;
- d) acompanhar a disponibilidade da frota e o cumprimento do prazo de substituição previsto neste ETS;
- e) controlar as ocorrências operacionais, inclusive indisponibilidades, falhas de manutenção, assistência 24h, irregularidades documentais ou securitárias e demais intercorrências relevantes;
- f) verificar a regularidade documental, securitária e dos itens obrigatórios de segurança dos veículos;
- g) registrar e instruir, com as evidências pertinentes, as ocorrências verificadas na execução contratual;
- h) consolidar mensalmente a avaliação da execução, inclusive para fins de medição e aplicação do IMR.

30.1.1 A fiscalização técnica utilizará a planilha eletrônica de apuração do IMR como instrumento operacional de apoio à consolidação mensal da avaliação da execução contratual, observadas as seguintes premissas:

- a) a aba de apuração do IMR servirá de base para o cálculo do índice mensal e do eventual ajuste remuneratório;
- b) a aba destinada ao apoio à análise preliminar de penalidades possuirá caráter exclusivamente auxiliar e indicativo;
- c) os alertas automáticos eventualmente constantes da planilha não vinculam a fiscalização ou a gestão do contrato quanto à aplicação de penalidades;
- d) a eventual adoção de medida sancionatória dependerá de análise motivada da ocorrência concreta, à luz do Termo de Referência, do Contrato e da legislação aplicável.

30.2 As ocorrências verificadas na execução contratual que demandem ciência e providência da CONTRATADA poderão ser registradas e comunicadas formalmente por meio de Relatório de Ocorrência Contratual (ROC).

30.3 O ROC destina-se exclusivamente ao registro objetivo da ocorrência constatada e à comunicação formal à CONTRATADA, devendo conter, no mínimo:

- a) identificação do contrato, da ocorrência e do veículo envolvido, quando cabível;
- b) descrição sucinta e objetiva dos fatos verificados;
- c) indicação do item do ETS, do Termo de Referência ou do contrato relacionado à ocorrência, quando aplicável;
- d) providência exigida da CONTRATADA;
- e) prazo fixado para saneamento, quando cabível; e
- f) registro da forma, da data e da hora da ciência da CONTRATADA.

30.4 O ROC poderá ser utilizado, entre outras hipóteses, para comunicar à CONTRATADA:

- a) atraso na entrega ou na substituição de veículo;
- b) indisponibilidade injustificada de veículo;
- c) desconformidade do veículo com as especificações mínimas previstas neste ETS;
- d) irregularidade documental ou securitária;
- e) falha de manutenção, de assistência 24h ou de suporte emergencial;
- f) avaria, divergência de odômetro/quilometragem; e
- g) outras ocorrências relevantes à regular execução contratual.

30.5 Quando a situação demandar cobrança formal de providência, regularização ou manifestação da CONTRATADA, poderá ser expedida Notificação à Contratada, com indicação do prazo aplicável e das consequências cabíveis em caso de descumprimento.

30.6 A Notificação à Contratada possui natureza de comunicação formal de cobrança administrativa e poderá ser emitida, entre outras hipóteses, nos casos de:

- a) não saneamento da ocorrência comunicada por ROC;
- b) reincidência de falha operacional ou contratual;
- c) descumprimento de obrigação contratual que exija manifestação formal da CONTRATADA; ou
- d) necessidade de advertência quanto à possibilidade de repercussão na medição, no IMR ou na adoção de outras medidas contratuais cabíveis.

30.7 A emissão do ROC não substitui o Termo de Recebimento e Vistoria (TRV), o Termo de Devolução e Vistoria (TDV), os registros de medição, o IMR, a Notificação à Contratada ou os demais documentos de fiscalização previstos neste ETS.

30.8 A manifestação da CONTRATADA acerca da ocorrência comunicada, bem como a análise posterior da fiscalização quanto ao saneamento da irregularidade e aos reflexos na execução contratual, na medição, no IMR ou em eventual apuração de responsabilidade, serão formalizadas em documento próprio.

- 30.9 Constituem evidências mínimas a serem juntadas ao SEI, conforme a natureza da ocorrência e a atuação de cada agente:
- a) termos, checklists e registros de vistoria, quando aplicáveis;
  - b) relatórios mensais, controles operacionais e registros de acompanhamento da execução;
  - c) comunicações relevantes entre a fiscalização, a gestão do contrato e a CONTRATADA;
  - d) Relatórios de Ocorrência Contratual (ROC), quando emitidos;
  - e) Notificações à Contratada, quando expedidas;
  - f) documentos comprobatórios relacionados à ocorrência, inclusive fotografias, comunicações eletrônicas, relatórios de manutenção, documentos do veículo, comprovantes securitários e outros elementos pertinentes; e
  - g) documentos próprios relativos à manifestação da CONTRATADA e à análise posterior da fiscalização, quando houver.

30.10 Os procedimentos previstos neste item constituem referência técnica para o acompanhamento, a fiscalização e a gestão da execução contratual, devendo ser observados pelos agentes designados e pela CONTRATADA como padrão operacional da execução.

31. MATRIZ DE ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES (RACI)

31.1 Para fins deste ETS, adota-se a seguinte convenção:

- **R (Responsible)**: responsável direto pela execução da atividade;
- **A (Accountable)**: responsável pela validação final, coordenação ou accountability da atividade;
- **C (Consulted)**: agente que deve ser consultado ou que presta subsídio técnico/setorial;
- **I (Informed)**: agente que deve ser informado acerca da atividade ou de seu resultado.

31.2 A distribuição de responsabilidades observará, em regra, a seguinte matriz:

Tabela 5 - Matriz de resposnabilidades

Atividade	CONTRATADA	Fiscalização Setorial (Cartórios da Capital)	Fiscalização Técnica (NTI)	Gestão do Contrato (COMAT)
1. Disponibilizar veículos conforme quantitativo e especificações contratuais	R	I	C	A
2. Realizar entrega inicial e apresentar documentação/seguro do veículo	R	I	A	C
3. Realizar vistoria inicial e registrar evidências de recebimento	C	C	R	A
4. Acompanhar o uso dos veículos nas unidades usuárias e comunicar ocorrências	I	R	C	I
5. Acionar a CONTRATADA e acompanhar providências em caso de pane, sinistro, irregularidade ou necessidade de substituição	I	C	R	A
6. Providenciar assistência, manutenção e substituição do veículo no SLA contratual	R	I	C	A
7. Conferir documentação, itens de segurança, registros operacionais e controle de quilometragem	C	C	R	A
8. Elaborar relatório mensal, preencher o IMR e propor a medição/glosa, quando cabível	I	C	R	A
9. Notificar formalmente a CONTRATADA e praticar os atos administrativos de gestão contratual	C	I	C	R/A
10. Realizar vistoria final, devolução dos veículos e encerramento dos registros da execução	C	C	R	A

31.3 A matriz constante deste item possui caráter orientador e deverá ser aplicada em consonância com a distribuição formal de competências prevista nos instrumentos de designação dos agentes responsáveis, sem afastar a atuação complementar e articulada entre a fiscalização setorial, a fiscalização técnica e a gestão do contrato.

31.4 Na hipótese de dúvida quanto à atribuição predominante em determinada atividade, prevalecerá a interpretação que melhor assegure a regularidade da execução contratual, a adequada instrução processual, a rastreabilidade das ocorrências e a continuidade da prestação do serviço.

31.5 Diretrizes sintéticas

- Combustível: TRE/SE
- Condutores e uso dos veículos: TRE/SE
- Disponibilização, manutenção, assistência, seguro e substituição: CONTRATADA
- Acompanhamento setorial do uso: Cartórios Eleitorais da Capital e NTI
- Fiscalização técnica, IMR e medição: NTI
- Gestão administrativa do contrato: COMAT

32. MATRIZ DE RISCOS OPERACIONAIS DA EXECUÇÃO

32.1 A execução contratual estará sujeita aos riscos operacionais descritos a seguir, os quais deverão ser acompanhados pela fiscalização setorial, pela fiscalização técnica, pela gestão do contrato e pela CONTRATADA, no âmbito de suas atribuições.

Tabela 6 - Matriz de riscos operacionais da execução

Nº	Risco	Causa provável	Efeito na execução	Prob.	Impacto	Nível	Controles preventivos	Ação de contingência	Responsável principal	Evidência mínima
1	Indisponibilidade de veículo	pane, falha mecânica, manutenção corretiva, atraso logístico	interrupção ou restrição da operação	M	A	Alto	manutenção preventiva; conferência prévia das condições do veículo; canais ativos de acionamento	substituição do veículo no SLA de 24h; registro da ocorrência; avaliação do reflexo na medição	Fiscalização técnica; Contratada	Quadro B, ROC, T0/T1, fotos, comunicação formal
2	Descumprimento do SLA de substituição	demora no atendimento, falha operacional, insuficiência de frota de reserva	prejuízo à continuidade da prestação e à operação eleitoral	M	A	Alto	definição clara do SLA; preposta(o) disponível; canais formais de acionamento; acompanhamento pela fiscalização técnica	notificação à CONTRATADA; registro no IMR; glosa/ajuste de medição; reforço de cobrança contratual	Contratada, com atuação da fiscalização técnica e da gestão contratual	Quadro B, IMR, notificação, comunicações, T0/T1



Nº	Risco	Causa provável	Efeito execução na	Prob.	Impacto	Nível	Controles preventivos	Ação contingência de	Responsável principal	Evidência mínima
3	Veículo em desacordo com as especificações mínimas	falha na seleção/preparação do veículo; substituição inadequada	recusa do veículo; atraso no início ou na continuidade da execução	M	M	Médio	checklist de vistoria inicial; conferência técnica e documentação prévia	recusa do veículo; exigência de substituição; registro da inconformidade	Fiscalização técnica e Gestor do Contrato	TRV, fotos, comunicação formal
4	Irregularidade documental ou securitária do veículo	CRLV-e vencido, ausência de documento, seguro vencido ou insuficiente	impossibilidade de uso regular; risco administrativo, operacional e patrimonial	B	A	Médio/Alto	conferência documental e securitária na entrega e periodicamente; controle por meio do Quadro C	retirada ou substituição do veículo; notificação; repercussão no IMR e na medição	Fiscalização técnica e Gestor do Contrato	Quadro C, CRLV-e, apólice/certificado, notificação, IMR
5	Sinistro com indisponibilidade do veículo	acidente, colisão ou evento externo	interrupção do serviço e necessidade de assistência e substituição	M	A	Alto	seguro vigente; assistência 24h; orientação sobre fluxo de sinistro; canais de acionamento definidos	acionamento da assistência/seguro; substituição no SLA; registro da ocorrência	Fiscalização técnica; Contratada	ROC, protocolo, BO se houver, Quadro B, fotos
6	Falha na assistência 24h ou no suporte emergencial	ineficiência da contratada ou da seguradora; canal inoperante	demora na solução da ocorrência e prolongamento da indisponibilidade	M	M	Médio	exigência contratual de assistência 24h; atualização dos contatos operacionais; acompanhamento pela fiscalização	escalonamento da ocorrência; notificação; repercussão no IMR	Fiscalização técnica e Gestor do Contrato	protocolo, comunicação, ROC, IMR
7	Inconsistência de odômetro ou de controle de quilometragem	falha de registro, erro material, ausência de anotação ou informação divergente	impossibilidade de apurar excedente ou validar a medição	M	M	Médio	registro periódico do odômetro; preenchimento do Quadro A; conferência pela fiscalização técnica	diligência para saneamento; retificação formal; desconsideração do excedente não comprovado	Fiscalização Técnica	Quadro A, relatório mensal, justificativa, IMR
8	Relatório mensal incompleto, inconsistente ou intempestivo	atraso da contratada; falha na consolidação; ausência de anexos ou evidências	atraso na medição, no pagamento e na avaliação da execução	M	M	Médio	definição de conteúdo mínimo e prazo; acompanhamento pela fiscalização técnica	solicitação de retificação; suspensão da validação da medição até regularização	Fiscalização técnica e Gestor do Contrato	relatório mensal, e-mail/notificação, IMR
9	Falha de comunicação entre contratada e agentes da execução	contatos desatualizados, canais inativos, ausência de resposta	atraso em providências operacionais e administrativas	M	M	Médio	lista atualizada de contatos; definição de canais formais; identificação da(o) preposta(o)	atualização imediata dos contatos; notificação; registro da falha no IMR	Fiscalização técnica e Gestor do Contrato	Lista de contatos, e-mails, prints, IMR
10	Registro insuficiente das ocorrências operacionais	ausência de ROC, falha em registrar T0/T1, falta de evidência mínima	dificuldade de fiscalização, rastreabilidade e eventual glosa	M	M	Médio	padronização de registros; uso dos anexos orientativos; acompanhamento da fiscalização técnica	complementação documental; registro tardio motivado; repercussão no IMR quando não sanado	Fiscalização técnica e Gestor do Contrato	ROC, Quadro B, e-mails, prints, relatório
11	Remanejamento sem registro mínimo	falha operacional, ausência de controle pela unidade ou pela fiscalização	perda de rastreabilidade do veículo e da quilometragem	M	M	Médio	padronização do registro de remanejamento; orientação às unidades usuárias	regularização posterior com justificativa; reforço do controle pela fiscalização	Fiscalização técnica e Gestor do Contrato	registro de remanejamento, Quadro A, comunicação
12	Atendimento intempestivo às solicitações da fiscalização ou da gestão	omissão da contratada, falha da(o) preposta(o), desorganização operacional	atraso na solução de problemas e na instrução processual	M	M	Médio	definição de prazos e canais; acompanhamento pela gestão do contrato e fiscalização técnica	notificação; registro no IMR; eventual repercussão na medição	Fiscalização técnica e Gestor do Contrato	notificação, e-mails, comunicações formais, IMR

Legenda: Prob. = Probabilidade; Impacto = impacto na execução; Nível = nível do risco. Escala adotada: B = baixo, M = médio, A = alto.

33. MODELOS E ANEXOS (INTEGRAM O ETS)

33.1 Os modelos e instrumentos operacionais constantes dos anexos deste ETS possuem caráter orientativo, integram a metodologia de fiscalização do contrato e poderão ser utilizados, no todo ou em parte, como referência para o registro das atividades de execução, vistoria, acompanhamento e medição do serviço, sempre que reputados adequados ao caso concreto, a critério da fiscalização técnica e da gestão do contrato, sem prejuízo da adoção de outros meios de registro, controle ou evidência compatíveis com a execução contratual:

- a) Anexo I – Termo de Recebimento e Vistoria (TRV);
- b) Anexo II – Termo de Devolução e Vistoria (TDV);
- c) Anexo III – Quadro A - Controle mensal por veículo;
- d) Anexo IV – Quadro B - Ocorrências e substituições – SLA 24h;
- e) Anexo V – Quadro C - Conformidade documental e itens de segurança;
- f) Anexo VI – Modelo de Relatório Mensal do Fiscal;
- g) Anexo VII – Instrumento de Medição de Resultados (IMR);
- h) Anexo VIII – Modelo de Registro de Ocorrência Contratual (ROC);
- i) Anexo IX – Modelo de Notificação à Contratada;
- j) Anexo X – Lista de Contatos Operacionais.

33.2 A utilização dos modelos e anexos previstos neste item não afasta a necessidade de observância das regras estabelecidas no Contrato, no Termo de Referência, neste ETS e na legislação aplicável, nem impede a adoção, pela fiscalização técnica e pela gestão do contrato, de registros complementares ou de outros instrumentos aptos a demonstrar a execução contratual e a instrução dos autos.

33.3 Sempre que utilizados, os modelos e instrumentos operacionais deverão ser preenchidos de forma clara, objetiva e suficiente à adequada comprovação dos fatos, ocorrências, providências adotadas e resultados verificados na execução contratual.

34. DISPOSIÇÕES FINAIS

34.1 Este ETS integra a documentação técnica da contratação e orienta a execução, o acompanhamento, a fiscalização e a medição do serviço.

34.2 O presente ETS integra o conjunto de instrumentos da contratação e deverá ser interpretado de forma complementar ao Termo de Referência, ao Contrato e aos demais documentos do processo, sem afastar as obrigações neles estabelecidas.

34.3 Quanto às especificações técnicas, operacionais e de controle da execução do objeto, prevalecerão as disposições deste ETS, observado o disposto nos demais instrumentos da contratação e na legislação aplicável.

34.4 Os casos omissos, as dúvidas de interpretação e as situações supervenientes relacionadas à execução do serviço serão analisados pela fiscalização técnica e pela gestão do contrato, no âmbito de suas atribuições, podendo ser adotadas orientações complementares, desde que compatíveis com o Contrato, o Termo de Referência, este ETS e a legislação aplicável.

34.5 A eventual não utilização, em determinado caso concreto, de um ou mais modelos ou instrumentos operacionais previstos nos anexos deste ETS não prejudicará, por si só, a validade do acompanhamento da execução contratual, desde que a fiscalização e a gestão do contrato disponham de registros, evidências e elementos suficientes à adequada comprovação dos fatos e à instrução processual correspondente.

1. DADOS GERAIS DA VISTORIA DE RECEBIMENTO

Processo SEI nº		Contrato nº		Contratada	
Responsável pela vistoria - Contratada		Responsável pela vistoria - TRE/SE		Local da vistoria	
Data		Horário			

2. IDENTIFICAÇÃO DO VEÍCULO E REGISTROS DE QUILOMETRAGEM

Placa		Marca/Modelo		Ano/Modelo	
Cor		Odômetro	(indicar quilometragem) km	Identificação visual do TRE/SE	( ) Sim ( ) Não

3. CHECKLIST DE RECEBIMENTO E CONFORMIDADE INICIAL

Item	Regular	Irregular	Observações
CRLV-e vigente apresentado			
Comprovante de seguro vigente apresentado			
Coberturas/capitais segurados apresentados			
Veículo tipo popular de passeio, motor 1.0 ou superior, 4 portas, capacidade mínima para 5 ocupantes			
Ano de fabricação/modelo 2022 ou superior			
Ar-condicionado em funcionamento			
Chave principal			
Chave reserva / justificativa			
Pneus em condições de uso			
Triângulo			
Macaco			
Chave de roda / estepe em condições			
Luzes e sinalização em funcionamento			
Vidros e retrovisores íntegros			
Painel e instrumentos em funcionamento			
Interior em condições adequadas			
Exterior em condições adequadas			
Condições adequadas de conservação, limpeza e higiene			
(...)			

4. REGISTRO FOTOGRÁFICO DO RECEBIMENTO (assinalar para indicar que foi realizado e anexar ao processo de fiscalização do SEI, indicando o ID correspondente)

Frente		Traseira		Lateral direita	
Lateral esquerda		Interior		Painel/odômetro	
Avarias preexistentes, se houver (descrever)					

5. OBSERVAÇÕES / RESSALVAS:

Observações	(relatar/descrever)
Ressalvas	(relatar/descrever)

6. RESULTADO DA VERIFICAÇÃO (assinalar a opção adequada)

Aceite sem ressalvas		Aceite com ressalvas		Recusa do veículo	
Ressalvas, inconformidades ou providências exigidas:	(relatar/descrever)				

Prazo / encaminhamento à contratada (se aplicável):	(relatar/descrever)
---	---------------------

7. ASSINATURAS (se possível, preencher o formulário no SEI e colher as assinaturas eletrônicas dos responsáveis)

Representante da CONTRATADA / Preposta(o)	
Fiscalização técnica	
Gestor do Contrato	

ANEXO II.2

TERMO DE DEVOLUÇÃO E VISTORIA (TDV)

Instrumento orientativo para registro da devolução final do veículo, com comparação em relação à vistoria inicial e classificação preliminar de divergências, em conformidade com o ETS.

1. DADOS GERAIS DA VISTORIA DE DEVOLUÇÃO

Processo SEI nº		Contrato nº		Contratada	
Responsável pela vistoria - Contratada		Responsável pela vistoria - TRE/SE		Local da vistoria	
Data		Horário			

2. IDENTIFICAÇÃO DO VEÍCULO E REGISTROS DE QUILOMETRAGEM

Placa		Marca/Modelo		Ano/Modelo	
Cor		Odômetro na vistoria inicial	(indicar quilometragem) km	Odômetro na vistoria final	(indicar quilometragem) km
Identificação visual do TRE/SE removida	( ) Sim ( ) Não	Período de uso		Observação	

3. CHECKLIST DE DEVOLUÇÃO E COMPARAÇÃO COM A VISTORIA INICIAL

Item	Regular	Irregular	Observações
Documentação do veículo conferida no ato da devolução (quando aplicável)			
Odômetro final registrado e compatível com os controles operacionais do período			
Condição geral externa compatível com a vistoria inicial, ressalvado desgaste natural			
Condição geral interna/painel compatível com a vistoria inicial, ressalvado desgaste natural			
Ar-condicionado em funcionamento			
Chave principal			
Chave reserva			
Triângulo			
Macaco			
Chave de roda / estepe em condições			
Luzes e sinalização em funcionamento			
Vidros e retrovisores íntegros			
Painel e instrumentos em funcionamento			
Condições adequadas de conservação, limpeza e higiene			
Não há indício aparente de dano decorrente de mau uso sem registro correspondente			
(...)			

4. REGISTRO FOTOGRÁFICO DA DEVOLUÇÃO (assinalar para indicar que foi realizado e anexar ao processo de fiscalização do SEI, indicando o ID correspondente)

Frete		Traseira		Lateral direita	
Lateral esquerda		Interior		Painel/odômetro	
Avarias, se houver	(relatar/descrever)				

5. OBSERVAÇÕES / RESSALVAS:

Observações	(relatar/descrever)
Ressalvas	(relatar/descrever)

**6. RESULTADO DA VERIFICAÇÃO** (assinalar a opção adequada)

<b>Veículo devolvido sem ressalvas</b>		<b>Veículo devolvido com ressalvas</b>		<b>Necessidade de apuração complementar</b>	
<b>Divergências entre vistoria inicial e final / apuração preliminar:</b>	<b>(relatar/descrever)</b>				
<b>Classificação preliminar da divergência</b>	<input type="checkbox"/> desgaste natural <input type="checkbox"/> defeito mecânico/manutenção <input type="checkbox"/> dano por mau uso/culpa comprovada <input type="checkbox"/> pendente de apuração				
<b>Providências subsequentes / reparo / substituição / instrução processual:</b>					

**7. ASSINATURAS** (se possível, preencher o formulário no SEI e colher as assinaturas eletrônicas dos responsáveis)

<b>Representante da CONTRATADA / Preposta(o)</b>	
<b>Fiscalização técnica</b>	
<b>Gestor do Contrato</b>	

## ANEXO II.3

**QUADRO A - CONTROLE MENSAL POR VEÍCULO**

Contrato nº		Contratada		Mês/ano de referência:	
-------------	--	------------	--	------------------------	--

Item	Unidade usuária *	Placa	Marca/Modelo	Ano/Modelo	Odômetro inicial (km)	Odômetro final (km)	Km rodado no mês	Situação no período **	Observações
1									
2									
3									
4									
5									
6									
7									
8									
9									
10									
(...)									
Responsável pelo preenchimento:									
Data:									

\* Unidade usuária: NTI, 1ª ZE, 2ª ZE, 27ª ZE.

\*\* Legenda sugerida: Disponível / Substituído / Indisponibilidade justificada / Indisponibilidade não justificada / Em manutenção / Sinistro / Outro

**ASSINATURAS** (se possível, preencher o formulário no SEI e colher as assinaturas eletrônicas dos responsáveis)

Representante da CONTRATADA / Preposta(o)	
Fiscalização técnica	
Gestor do Contrato	

## ANEXO II.4

**QUADRO B - OCORRÊNCIAS E SUBSTITUIÇÕES – SLA 24H**

Contrato nº		Contratada		Mês/ano de referência:	
-------------	--	------------	--	------------------------	--

[illegible]

4										
5										
6										
7										
8										
9										
10										
Responsável pelo preenchimento:										
Data:										
Legendas sugeridas: * Canal: E-mail; Sistema de chamados; WhatsApp corporativo; Outro. ** Tipo de ocorrência: Pane; Sinistro; Manutenção corretiva; Irregularidade documental; Recolhimento; Roubo/Furto; Outra. *** SLA cumprido: SIM; NÃO										

**ASSINATURAS** (se possível, preencher o formulário no SEI e colher as assinaturas eletrônicas dos responsáveis)

Representante da CONTRATADA / Preposta(o)	
Fiscalização técnica	
Gestor do Contrato	

**ANEXO II.5**

**QUADRO C - CONFORMIDADE DOCUMENTAL E ITENS DE SEGURANÇA**

Contrato nº		Contratada		Mês/ano de referência:	
-------------	--	------------	--	------------------------	--

Item	Placa	CRLV-e vigente *	Seguro vigente *	Coberturas conferidas *	Triângulo *	Macaco *	Chave de roda *	Estepe *	Condições gerais de segurança **	Observações
1										
2										
3										
4										
5										
6										
7										
8										
9										
10										
Responsável pelo preenchimento:										
Data:										
Legendas sugeridas: * SIM; NÃO ** CONFORME; NÃO CONFORME										

**ASSINATURAS** (se possível, preencher o formulário no SEI e colher as assinaturas eletrônicas dos responsáveis)

Representante da CONTRATADA / Preposta(o)	
Fiscalização técnica	
Gestor do Contrato	

**ANEXO II.6**

**MODELO DE RELATÓRIO MENSAL DA(O) FISCAL**

*Este relatório destina-se ao registro mensal da fiscalização técnica da execução contratual, devendo ser preenchido com base em evidências documentais e nos controles operacionais do período, inclusive para subsidiar a avaliação do IMR, o recebimento do objeto e a medição para fins de pagamento.*

Processo SEI nº		Contrato nº	
Contratada		Mês/ano de referência	

**1. Identificação dos agentes**

Fiscalização técnica (NTI)	
Fiscalização setorial	
Gestão do contrato (COMAT)	

**2. Síntese da execução no período**

--



3. Disponibilidade da frota

Placa	Unidade usuária	Situação no período	Observações

4. Ocorrências relevantes

5. Controle documental e securitário

6. Controle de quilometragem

7. Avaliação segundo o IMR

Pontuação obtida:	
Pontuação máxima:	PONTOS
IQ apurado:	%
Faixa de desempenho	

8. Conclusão da fiscalização técnica

Conclusão	Marque a opção	Comentário
Execução satisfatória		
Execução satisfatória com ressalvas		
Execução com inconformidades relevantes		
Execução insatisfatória		
Necessidade de diligência/notificação		
Necessidade de glosa/ajuste de medição		

9. Encaminhamento

10. Anexos

Documentos	Doc. SEI
------------	----------

Quadro A	
Quadro B	
Quadro C	
IMR	
Registros fotográficos	
Comunicações relevantes	
ROC	
Outros	

11. Assinaturas eletrônicas

Fiscalização técnica	
Fiscalização setorial (se aplicável)	

ORIENTAÇÕES PARA PREENCHIMENTO DO RELATÓRIO MENSAL DE FISCALIZAÇÃO TÉCNICA

Finalidade do relatório

O relatório mensal tem por objetivo registrar, de forma consolidada, a execução técnica do contrato no período de referência, evidenciando:

- a disponibilidade da frota;
- as ocorrências relevantes;
- a regularidade documental dos veículos;
- o controle de quilometragem;
- o resultado da avaliação pelo IMR;
- a conclusão da fiscalização técnica e os encaminhamentos necessários.

Orientações gerais

1. O relatório deve ser elaborado mensalmente, com referência a um único mês/ano.
2. As informações devem refletir fatos efetivamente verificados pela fiscalização técnica e, quando houver, com apoio da fiscalização setorial.
3. Sempre que possível, registrar dados objetivos: placas, datas, documentos verificados, quilometragem apurada, comunicações expedidas, ocorrências e providências adotadas.
4. Havendo inconformidade, o relatório deve indicar:
  - o fato ocorrido;
  - o veículo ou unidade afetada;
  - a providência adotada;
  - se houve ou não regularização no período.
5. As informações lançadas devem guardar coerência com os documentos comprobatórios anexados ao processo SEI.

CAMPO A CAMPO:

Cabeçalho

Preencher:

- Processo SEI nº: número do processo administrativo da contratação;
- Contrato nº: número do contrato vigente;
- Contratada: razão social da empresa;
- Mês/ano de referência: período a que se refere a fiscalização.

Orientação: usar sempre o mesmo padrão de identificação adotado no processo SEI.

1. Identificação dos agentes

Informar os nomes ou, se preferirem manter o modelo mais enxuto, as unidades responsáveis por:

- Fiscalização técnica (NTI);
- Fiscalização setorial;
- Gestão do contrato (COMAT).

Como preencher:

- quando houver fiscal setorial atuante no mês, indicar a unidade e/ou servidor responsável;
- se não houver atuação setorial no período, pode constar “não houve atuação setorial específica no período” ou “não se aplica no mês de referência”.

2. Síntese da execução no período

Registrar um resumo objetivo da execução mensal.

Deve conter, em regra:

- quantidade de veículos efetivamente disponibilizados;
- atendimento às unidades usuárias;
- panorama geral do serviço no mês;
- menção sucinta a intercorrências relevantes, se houver.

Exemplo de redação:

No período de referência, a contratada manteve a disponibilização da frota destinada ao atendimento das unidades usuárias, observadas as rotinas de acionamento e execução do serviço. Houve acompanhamento da execução contratual pela fiscalização técnica, com registro das ocorrências verificadas, conferência documental dos veículos e apuração da quilometragem e do desempenho segundo o IMR.

Evitar: repetir detalhadamente, nesse item, informações que serão discriminadas nos itens 3 a 7.

3. Disponibilidade da frota

O modelo prevê tabela com:

- Placa;
- Unidade usuária;
- Situação no período;
- Observações.

Como preencher a tabela:

- Placa: identificação exata do veículo;
- Unidade usuária: unidade para a qual o veículo esteve vinculado no período;
- Situação no período: utilizar descrições padronizadas, por exemplo:
  - disponível integralmente;

- disponível com intercorrência;
  - substituído no período;
  - indisponível parcialmente;
  - indisponível.
- Observações: detalhar o motivo, período e providências adotadas.

Boas práticas:

- indicar substituições de veículo;
- mencionar indisponibilidade, atraso, manutenção, pane, sinistro ou ausência de documentação;
- se não houve intercorrência, registrar “sem ocorrências”.

#### 4. Ocorrências relevantes

Destina-se ao registro qualitativo das situações relevantes da execução no mês.

Devem ser registradas, se houver:

- atrasos na disponibilização de veículos;
- falhas na prestação do serviço;
- substituição de veículos ou condutores;
- panes, acidentes ou sinistros;
- descumprimentos contratuais;
- notificações, diligências ou tratativas realizadas;
- recorrência de falhas.

Forma recomendada de registro: para cada ocorrência, informar:

- data ou período;
- veículo/unidade afetada;
- descrição objetiva do fato;
- impacto na execução;
- providência adotada;
- situação final no mês.

Exemplo:

*Em 12/08/2026, o veículo placa XXX-0000 apresentou indisponibilidade temporária por falha mecânica. A contratada providenciou veículo substituto no mesmo dia. A ocorrência não comprometeu integralmente a execução, mas foi considerada na avaliação do período.*

#### 5. Controle documental e securitário

Esse item deve demonstrar a verificação da regularidade documental dos veículos, à luz das exigências contratuais relacionadas à conservação, ao funcionamento e ao seguro total.

Sugere-se verificar e registrar, no mínimo:

- CRLV/documento de circulação;
- apólice ou comprovante de seguro;
- validade da cobertura securitária;
- demais documentos exigidos contratualmente, se houver.

Como preencher:

- registrar se a documentação foi apresentada e estava regular no período;
- apontar ausência, vencimento ou inconsistência documental;
- informar se a pendência foi sanada.

Modelo de redação:

*Procedeu-se à conferência documental dos veículos utilizados na execução contratual no período de referência, verificando-se, em regra, regularidade quanto à documentação de circulação e cobertura securitária, ressalvada a pendência relativa ao veículo placa XXX-0000, regularizada em \_\_\_\_\_.*

#### 6. Controle de quilometragem

Destina-se ao registro da quilometragem apurada no mês, para controle da franquia e eventual excedente, conforme regras contratuais aplicáveis. O contrato-modelo anterior previa controle da franquia e apuração de excedente por somatório no período contratado.

Deve conter, conforme a sistemática adotada na contratação:

- quilometragem inicial e final;
- total rodado no mês;
- comparação com a franquia aplicável;
- eventual excedente ou saldo;
- observações relevantes.

Orientações:

- utilizar como base os controles operacionais, formulários, planilhas ou registros oficiais da execução;
- quando houver inconsistência, registrar no item 4 e refletir no item 8, se for o caso;
- se a contratação adotar controle consolidado da franquia, deixar isso expresso.

Exemplo:

*A quilometragem executada no período foi apurada com base nos controles apresentados pela contratada e conferidos pela fiscalização, servindo de suporte à aferição da franquia contratual e à identificação de eventual excedente.*

#### 7. Avaliação segundo o IMR

O modelo exige o registro de:

- Pontuação obtida;
- Pontuação máxima;
- IQ apurado: %;
- Faixa de desempenho.

Como preencher:

- lançar a pontuação final obtida no mês;
- indicar o IQ apurado em percentual;
- informar a faixa de desempenho correspondente, conforme o IMR adotado;
- assegurar que o cálculo esteja compatível com o formulário de avaliação e os quadros anexos.

Importante:

- sempre justificar, no corpo do relatório ou nos anexos, os itens com desempenho parcial ou não realizado;
- o resultado desse item deve ser coerente com a conclusão final e com eventual glosa/ajuste de medição.

#### 8. Conclusão da fiscalização técnica

O modelo prevê marcação de uma ou mais conclusões:

- Execução satisfatória;
- Execução satisfatória com ressalvas;
- Execução com inconformidades relevantes;
- Execução insatisfatória;
- Necessidade de diligência/notificação;
- Necessidade de glosa/ajuste de medição.

Critério prático para escolha:

- Execução satisfatória: quando não houver falhas relevantes e a execução estiver regular;
- Execução satisfatória com ressalvas: quando houver falhas pontuais, sem comprometimento substancial do objeto;
- Execução com inconformidades relevantes: quando houver falhas com impacto mais expressivo, ainda que não inviabilizem completamente o serviço;
- Execução insatisfatória: quando a prestação, no mês, estiver em desacordo significativo com o contratado;
- Necessidade de diligência/notificação: quando houver pendências a serem formalmente saneadas;
- Necessidade de glosa/ajuste de medição: quando o resultado do IMR ou outras inconformidades repercutirem no valor a pagar.

Recomendação: não apenas marcar a opção; acrescente um pequeno parágrafo conclusivo.

Exemplo:

*Conclui-se que a execução contratual, no período de referência, foi satisfatória com ressalvas, em razão das ocorrências registradas nos itens 4 e 5, sem prejuízo da continuidade do serviço, recomendando-se a adoção das providências indicadas no item 9.*

**9. Encaminhamento**

Neste item devem ser indicadas as providências subsequentes.

Pode conter, conforme o caso:

- encaminhamento à gestão do contrato para ciência;
- encaminhamento para fins de recebimento provisório/definitivo;
- encaminhamento para aplicação do ajuste de medição;
- remessa à contratada para ciência e manifestação;
- proposição de notificação, diligência ou sanção.

Exemplo de redação:

*Encaminhe-se o presente relatório à Gestão do Contrato, com os anexos pertinentes, para ciência, adoção das providências cabíveis quanto à medição do período e, se for o caso, comunicação formal à contratada.*

**10. Anexos**

O modelo prevê quadro de anexação com:

- Quadro A;
- Quadro B;
- Quadro C;
- IMR;
- Registros fotográficos;
- Comunicações relevantes;
- ROC;
- Outros;
- Doc. SEI xxxx

Como preencher:

- listar apenas os documentos efetivamente juntados;
- informar o número do documento SEI correspondente;
- manter coerência entre o que foi mencionado no relatório e os anexos indicados.

Sugestão prática:

- Quadro A: disponibilidade da frota;
- Quadro B: controle documental/securitário;
- Quadro C: controle de quilometragem;
- IMR: formulário consolidado do mês;
- ROC: registro de ocorrências contratuais, se houver;
- Comunicações relevantes: e-mails, notificações, diligências;
- Outros: documentos complementares.

**11. Assinaturas eletrônicas**

O modelo prevê assinaturas de:

- Fiscalização técnica;
- Fiscalização setorial (se aplicável).

Orientação:

- colher a assinatura da fiscalização técnica sempre;
- colher assinatura da fiscalização setorial quando houver participação efetiva ou emissão de informação setorial utilizada no relatório;
- a gestão do contrato pode se manifestar em ato próprio posterior, se o fluxo interno assim estabelecer.

**12. Cuidados de preenchimento**

- usar linguagem objetiva, técnica e impessoal;
- não inserir opinião sem lastro fático;
- evitar expressões genéricas como “tudo ocorreu normalmente”, sem lastro mínimo;
- registrar inconformidades mesmo que já sanadas, indicando a regularização;
- manter coerência entre síntese, ocorrências, IMR, conclusão e encaminhamento;
- sempre anexar os documentos que sustentem a avaliação, especialmente quando houver ressalvas, glosa ou proposta de notificação.

**ANEXO II.7**

**INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS (IMR)**

**I - PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO E APURAÇÃO DO IMR**

Este anexo disciplina o procedimento de apuração mensal do Instrumento de Medição de Resultados (IMR), a ser observado pela fiscalização e pela gestão do contrato.

A apuração mensal será realizada com base nas ocorrências e evidências do período de referência, para verificação do atendimento dos critérios estabelecidos, consolidação da pontuação obtida e definição da faixa de ajuste aplicável à fatura mensal, quando cabível.

Na apuração do IMR, serão observados os critérios, pesos, fatores de ajuste, evidências mínimas, parâmetros de aferição e regras de pontuação previstos neste anexo.

Para fins de cálculo, consolidação da pontuação, consulta às faixas de apuração e apoio ao preenchimento, deverá ser utilizada a planilha eletrônica do IMR integrante deste anexo (1825226), especificamente as abas “IMR” e “ORIENTAÇÕES”, na qual constam os critérios de avaliação, os pesos, a fórmula de cálculo, as faixas de apuração, os percentuais de ajuste e as orientações de preenchimento. Para fins de consulta e registro nos autos, o conteúdo da planilha eletrônica foi reproduzido em formato PDF no doc. 1824016.

O procedimento observará as etapas a seguir.

**Passo 1 – Acompanhamento mensal da execução**

1. Durante todo o mês de referência, a fiscalização deverá acompanhar a execução contratual e registrar formalmente as conformidades, desconformidades e ocorrências relacionadas ao desempenho da CONTRATADA.
2. Os registros de fiscalização poderão ser formalizados por meio de relatórios, checklists, formulários de ocorrência, notificações, controles de acionamento e substituição, registros de quilometragem e odômetro, documentos dos veículos, relatórios mensais da CONTRATADA e demais evidências pertinentes.

**Passo 2 – Produção e organização das evidências**

3. Ao longo do período de apuração, a fiscalização deverá reunir e organizar os documentos e registros comprobatórios necessários à avaliação dos critérios do IMR.
4. As evidências deverão ser suficientes para demonstrar, de forma objetiva, a ocorrência do fato avaliado, sua data, eventual impacto na execução contratual, a ciência da CONTRATADA, quando cabível, e a adoção ou não das providências requeridas.

**Passo 3 – Encerramento do período de apuração**

5. Ao final do período de apuração, a fiscalização consolidará os registros e evidências produzidos no mês de referência, para fins de avaliação mensal do IMR.

**Passo 4 – Análise individual dos critérios do IMR**

6. Recebidos e organizados os registros, o Fiscal Técnico deverá examinar, de forma individualizada, os seguintes critérios do IMR:

- I – conformidade técnica do veículo com as especificações mínimas estabelecidas na contratação;
- II – regularidade documental e securitária do veículo;
- III – disponibilidade permanente da frota, sem indisponibilidades injustificadas;
- IV – cumprimento do prazo de substituição em até 24 (vinte e quatro) horas, quando aplicável;
- V – realização de manutenção sem prejuízo à continuidade da prestação;
- VI – atendimento de assistência 24h e suporte emergencial, quando necessário;
- VII – consistência do controle de quilometragem e dos registros de odômetro;
- VIII – entrega tempestiva e adequada do relatório mensal;
- IX – comunicação formal e registro das ocorrências operacionais;
- X – atendimento tempestivo às solicitações e providências da fiscalização.

**Passo 5 – Verificação das evidências de cada critério**

7. Para cada critério avaliado, a fiscalização deverá, no mínimo:

- I – identificar o universo de análise do mês;
- II – verificar as evidências mínimas exigidas;
- III – apurar as ocorrências, atrasos, inconsistências ou desconformidades verificadas;
- IV – aplicar a regra de pontuação correspondente;
- V – registrar o resultado na planilha consolidada do IMR.

**Passo 6 – Apuração material de cada critério**

8. A avaliação dos critérios observará, em síntese, o seguinte:

- I – na conformidade técnica do veículo, verificar se os veículos disponibilizados atendem às especificações mínimas exigidas;
- II – na regularidade documental e securitária, verificar a validade, suficiência e regularidade da documentação obrigatória dos veículos;
- III – na disponibilidade permanente da frota, verificar se a quantidade de veículos contratada permaneceu disponível durante a execução, sem indisponibilidades injustificadas;
- IV – no cumprimento do prazo de substituição em até 24 horas, verificar, quando aplicável, se a CONTRATADA providenciou a substituição do veículo dentro do prazo estabelecido;
- V – na realização de manutenção sem prejuízo à continuidade da prestação, verificar se as manutenções foram realizadas sem comprometer a continuidade do serviço;
- VI – no atendimento de assistência 24h e suporte emergencial, verificar, quando necessário, se houve suporte tempestivo e adequado em situações emergenciais;
- VII – na consistência do controle de quilometragem e dos registros de odômetro, verificar a correção, integridade e coerência dos registros apresentados;
- VIII – na entrega tempestiva e adequada do relatório mensal, verificar se o relatório foi entregue no prazo e com conteúdo suficiente, completo e coerente;
- IX – na comunicação formal e registro das ocorrências operacionais, verificar se a CONTRATADA comunicou tempestivamente as ocorrências relevantes e manteve os respectivos registros formais;
- X – no atendimento tempestivo às solicitações e providências da fiscalização, verificar se a CONTRATADA atendeu, no prazo assinalado, às determinações, solicitações, ajustes, regularizações e providências formalmente requeridas.

**Passo 7 – Tratamento de ocorrências correlatas**

9. Quando um mesmo fato puder repercutir em mais de um critério, a fiscalização deverá registrar a correlação entre os apontamentos e evitar duplicidade indevida de pontuação pelo mesmo evento, salvo quando o próprio IMR atribuir repercussões autônomas ao fato analisado.

**Passo 8 – Consolidação da avaliação mensal**

10. Concluída a análise individual dos critérios, o Fiscal Técnico deverá:

- I – conferir a consistência dos registros recebidos;
- II – eliminar eventuais duplicidades;
- III – consolidar a pontuação atribuída a cada critério;
- IV – apurar a pontuação total do mês;
- V – identificar a faixa de resultado correspondente;
- VI – preencher o quadro consolidado do IMR.

**Passo 9 – Elaboração do relatório consolidado**

11. O relatório consolidado mensal do IMR deverá conter, no mínimo:

- I – identificação do contrato, da CONTRATADA e do mês de referência;
- II – resumo da execução contratual no período;
- III – quadro com todos os critérios avaliados;
- IV – evidências consideradas em cada critério;
- V – pontuação obtida por critério;
- VI – pontuação total do mês;
- VII – faixa de resultado alcançada;
- VIII – percentual de ajuste aplicável, se houver;
- IX – conclusão da fiscalização.

**Passo 10 – Encaminhamento à Gestão do Contrato**

12. Concluída a consolidação, o Fiscal Técnico encaminhará o relatório mensal do IMR à Gestão do Contrato, em até 5 (cinco) dias úteis após o fechamento da medição mensal, para análise, validação e adoção das providências cabíveis.

**Passo 11 – Validação pela Gestão do Contrato**

13. Caberá à Gestão do Contrato, com base nas informações prestadas pela fiscalização:

- I – avaliar o desempenho mensal da CONTRATADA;
- II – validar a apuração realizada;
- III – confirmar, quando cabível, a faixa de ajuste incidente;
- IV – adotar as providências administrativas decorrentes da avaliação.

**Passo 12 – Ciência da CONTRATADA**

14. Após a validação da apuração, a Gestão do Contrato dará ciência formal à CONTRATADA quanto ao resultado do IMR, com indicação, quando for o caso, da pontuação total obtida, da faixa de enquadramento, do percentual de ajuste incidente e do valor a ser considerado para faturamento.



Passo 13 – Manifestação da CONTRATADA

15. A CONTRATADA poderá apresentar manifestação acerca do resultado da avaliação no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da ciência formal.

Passo 14 – Análise da manifestação

16. Recebida a manifestação da CONTRATADA, a Gestão do Contrato, com apoio da fiscalização, apreciará as razões apresentadas e decidirá motivadamente quanto à manutenção, revisão ou cancelamento dos apontamentos e do respectivo ajuste.

Passo 15 – Definição do valor para faturamento

17. Mantido o resultado da avaliação, a Gestão do Contrato informará à CONTRATADA o valor devido para emissão da nota fiscal, observado o ajuste decorrente da faixa aplicável do IMR.

Passo 16 – Providências complementares

18. A aplicação do IMR não afasta a possibilidade de glosa específica por parcela não executada ou executada em desconformidade, nem impede a adoção das medidas sancionatórias cabíveis, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

19. A reiteração de falhas, a gravidade das ocorrências ou o comprometimento relevante da execução contratual poderá ensejar, além do ajuste mensal da remuneração, a emissão de notificação, determinação de saneamento, glosa específica e instauração de procedimento sancionatório.

Passo 17 – Arquivamento e rastreabilidade

20. Todos os documentos que embasarem a avaliação mensal deverão ser mantidos no processo administrativo da contratação, de forma a assegurar a rastreabilidade da apuração, a memória de cálculo da pontuação, a transparência da medição e o adequado suporte à decisão administrativa.

II - APOIO À ANÁLISE DE PENALIDADES

- 1. A planilha eletrônica do IMR, com as abas de 'apoio à análise de penalidades' e 'painel histórico', integra este anexo como instrumento operacional de apoio à fiscalização.
- 2. A aba de 'apoio à análise de penalidades' tem natureza meramente organizacional e indicativa, voltada à triagem preliminar de ocorrências pela fiscalização.
- 3. Os alertas eventualmente gerados nessa aba possuem caráter exclusivamente auxiliar, não vinculam a fiscalização nem a gestão do contrato quanto à necessidade de instauração de procedimento sancionatório e não substituem a análise motivada da ocorrência concreta.
- 4. A eventual aplicação de penalidade dependerá de enquadramento na cláusula de penalidades do Termo de Referência e do Contrato, bem como da observância do contraditório e da ampla defesa.

5. Relação entre IMR e sanções administrativas

- 5.1 O Instrumento de Medição de Resultado – IMR possui natureza de acompanhamento do desempenho contratual, voltado à aferição objetiva da qualidade da execução e de seus reflexos sobre a remuneração da CONTRATADA, na forma prevista neste Termo de Referência.
- 5.2 A apuração de resultado insatisfatório no IMR não substitui nem impede a apuração de eventual infração contratual para fins de aplicação de sanções administrativas, quando a mesma ocorrência também caracterizar inadimplemento sancionável.
- 5.3 A repercussão de determinada ocorrência no IMR deverá limitar-se aos efeitos próprios da medição do desempenho contratual e do correspondente ajuste remuneratório, enquanto a sanção administrativa dependerá de apuração específica da conduta, observados o contraditório e a ampla defesa.
- 5.4 Poderão ensejar reflexos simultâneos no IMR e no regime sancionatório, conforme a gravidade do caso concreto, ocorrências como a indisponibilidade injustificada de veículo, o descumprimento do prazo de substituição, a entrega de veículo em desacordo com as especificações exigidas, as falhas reiteradas de manutenção e o desatendimento de determinações da fiscalização.
- 5.5 A aplicação cumulativa, pelo mesmo fato e sob idêntico fundamento, de desconto decorrente do IMR e de sanção administrativa deverá ser expressamente motivada, cabendo à Administração explicitar, no ato:
- a) a distinção entre a consequência decorrente da medição do desempenho contratual; e
  - b) a consequência decorrente da apuração da infração administrativa.
- 5.6 A eventual aplicação concomitante de repercussão no IMR e de sanção administrativa exige fundamentação autônoma e específica quanto aos respectivos pressupostos.

ANEXO II.7.1

PLANILHA CONSOLIDADA DO IMR

[Processo Administrativo SEI 0000864-84.2026.6.25.8000, docs. 1825226 (xls) e 1824016 (pdf)]

Disponível no Portal de Compras do Governo Federal, no Portal Nacional de Contratações Públicas e no [Portal da Transparência do TRE/SE](#) (pesquisar pelo número do Pregão).

ANEXO II.8

MODELO DE REGISTRO DE OCORRÊNCIA CONTRATUAL (ROC)

*Este formulário destina-se a registrar e comunicar formalmente à CONTRATADA a ocorrência verificada na execução contratual.*

Processo SEI nº		Contrato nº	
Contratada		Mês/ano referência	de

CAMPO	PREENCHIMENTO
1. ROC nº / Data / Hora	
2. Fiscal responsável / Contato	
3. Local da ocorrência	
4. Veículo (marca/modelo/placa/ano-modelo)	
5. Odômetro	
6. Tipo de ocorrência	
7. Descrição objetiva dos fatos	
8. Data/hora da ocorrência	
9. Item do ETS/TR/Contrato relacionado	
10. Impacto imediato na execução	
11. Providência exigida da contratada	
12. Prazo para atendimento / Data-limite	
13. Forma de comunicação	
14. Documentos/evidências anexados	
15. Fiscal e/ou Gestor responsável	

CAMPO	PREENCHIMENTO
16. Data de envio	

Orientações de preenchimento – ROC

- ROC nº / Data / Hora: registrar o número sequencial do ROC, preferencialmente por exercício, bem como a data e a hora de emissão.
- Fiscal responsável / Contato: identificar o servidor responsável pelo registro e informar contato institucional.
- Local da ocorrência: indicar o local em que a ocorrência foi constatada, quando aplicável.
- Veículo: identificar o veículo envolvido, com marca, modelo, placa e ano/modelo, se disponíveis.
- Odômetro: registrar a quilometragem indicada no momento da constatação, quando cabível.
- Tipo de ocorrência: descrever de forma objetiva a natureza da ocorrência, como atraso na entrega, indisponibilidade, avaria, irregularidade documental, falha de manutenção ou assistência 24h.
- Descrição objetiva dos fatos: relatar os fatos de forma clara, impessoal e sucinta, sem incluir manifestação da contratada nem análise conclusiva da fiscalização.
- Data/hora da ocorrência: informar quando o fato ocorreu ou foi identificado.
- Item do ETS/TR/Contrato relacionado: indicar, se possível, o item ou cláusula contratual pertinente.
- Impacto imediato na execução: registrar o efeito prático da ocorrência na execução contratual.
- Providência exigida da contratada: informar de forma objetiva a medida esperada para saneamento da irregularidade.
- Prazo para atendimento / Data-limite: indicar o prazo concedido e, quando cabível, a data e hora finais para cumprimento.
- Forma de comunicação: informar o meio utilizado para ciência da contratada, como e-mail, WhatsApp institucional, ofício ou outro meio idôneo.
- Documentos/evidências anexados: relacionar os anexos pertinentes, como fotografias, prints, termo de vistoria, documentos do veículo, apólice ou relatório de manutenção.
- Fiscal/Gestor responsável / Cargo-Função: identificar o agente responsável pela emissão.
- Data de envio: lançar a data de envio

**Observação:** O ROC destina-se exclusivamente ao registro e à comunicação formal da ocorrência à CONTRATADA. A manifestação da empresa e a análise posterior da fiscalização serão formalizadas em documento próprio.

ANEXO II.9

MODELO DE NOTIFICAÇÃO À(AO) CONTRATADA(O)

*Este formulário destina-se à formalização da cobrança de providência, regularização ou manifestação da CONTRATADA, com indicação de prazo e advertência quanto às consequências cabíveis.*

Processo SEI nº		Contrato nº	
Contratada		Mês/ano referência de	

CAMPO	PREENCHIMENTO
1. Notificação nº	
2. ROC relacionado (se houver)	
3. Data da ocorrência	
4. Veículo envolvido / Placa (se couber)	
5. Descrição da irregularidade	
6. Circunstâncias verificadas	
7. Enquadramento contratual (Item do ETS/TR/Contrato relacionado)	
8. Providência a ser adotada pela contratada	
9. Prazo para cumprimento/Data-limite	
10. Advertência	O não atendimento desta notificação, no prazo assinalado, ou a apresentação de justificativa insuficiente poderá ensejar a adoção das medidas contratuais e administrativas cabíveis, inclusive repercussões na medição, no IMR e, quando for o caso, na apuração de responsabilidade da CONTRATADA, observados o contraditório e a ampla defesa.
11. Forma de envio	
12. Documentos/evidências anexados	
13. Fiscal e/ou Gestor responsável	
14. Data de envio	

Orientações de preenchimento – Notificação à Contratada

- Notificação nº : informar o número sequencial da notificação.
- ROC relacionado: informar o número do ROC vinculado, se houver; na inexistência, registrar “não se aplica”.
- Data da ocorrência: indicar a data do fato que motivou a notificação.
- Veículo envolvido / Placa: identificar o veículo relacionado à irregularidade, quando cabível.
- Descrição da irregularidade: descrever objetivamente o descumprimento ou a irregularidade verificada.
- Circunstâncias verificadas: registrar o contexto necessário à compreensão do caso.
- Item do ETS/TR/Contrato relacionado: indicar a cláusula, item ou obrigação contratual relacionada ao fato.
- Providência a ser adotada pela contratada: consignar, de forma clara e objetiva, a medida exigida ou a manifestação esperada.
- Prazo para cumprimento / Data-limite: indicar o prazo concedido e a data/hora máximas para atendimento.
- Advertência: manter o texto padronizado, salvo necessidade justificada de adequação ao caso concreto.
- Forma de envio: informar o meio utilizado para encaminhamento da notificação.
- Documentos/evidências anexados: relacionar os anexos pertinentes, como fotografias, prints, termo de vistoria, documentos do veículo, apólice ou relatório de manutenção.
- Fiscal/Gestor responsável / Cargo-Função: identificar o agente responsável pela emissão.
- Data de envio: lançar a data de envio

Observação: A Notificação à Contratada é instrumento de cobrança formal, utilizável quando a situação exigir regularização, cumprimento de obrigação ou manifestação da empresa, especialmente em caso de não saneamento da ocorrência, reincidência ou relevância do descumprimento.

ANEXO II.10

LISTA DE CONTATOS OPERACIONAIS

Processo SEI nº	
Contrato nº	

Contratada	
CNPJ	

Categoria	Unidade/Empresa	Nome	Função	Telefone	E-mail	WhatsApp	Observações
CONTRATADA/PREPOSTA(O)			TITULAR				
CONTRATADA/PREPOSTA(O)			SUBSTITUTO				
FISCALIZAÇÃO TÉCNICA	NTI		TITULAR				
FISCALIZAÇÃO TÉCNICA	NTI		SUBSTITUTO				
GESTÃO DO CONTRATO	COMAT		TITULAR				
GESTÃO DO CONTRATO	COMAT		SUBSTITUTO				
FISCALIZAÇÃO SETORIAL	Cartório Eleitoral da Capital 1ª ZE		TITULAR				
FISCALIZAÇÃO SETORIAL	Cartório Eleitoral da Capital 1ª ZE		SUBSTITUTO				
FISCALIZAÇÃO SETORIAL	Cartório Eleitoral da Capital 2ª ZE		TITULAR				
FISCALIZAÇÃO SETORIAL	Cartório Eleitoral da Capital 2ª ZE		SUBSTITUTO				
FISCALIZAÇÃO SETORIAL	Cartório Eleitoral da Capital 27ª ZE		TITULAR				
FISCALIZAÇÃO SETORIAL	Cartório Eleitoral da Capital 27ª ZE		SUBSTITUTO				

ANEXO III

MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA DE PREÇOS

[O conteúdo deste documento corresponde àquele reproduzido na planilha eletrônica constante do Processo Administrativo SEI 0000864-84.2026.6.25.8000, doc. 1827128, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, no Portal Nacional de Contratações Públicas e no [Portal da Transparência do TRE/SE](#) (pesquisar pelo número do Pregão)]

Objeto da Licitação:		Locação de veículos (sem motorista) - Eleições 2026				
Nome da Empresa:						
CNPJ:						
Item	Descrição do Bem ou Serviço	Código CATSER	Quantidade	Métrica ou Unidade	Valor unitário da locação (p/mês)	Valor total
1	Veículo de passeio tipo popular; sem motorista e sem combustível; motor 1.0 (1000cc) ou superior, FLEX (bicombustível: gasolina e etanol); com ar-condicionado; quatro portas; capacidade mínima para cinco pessoas; ano de fabricação 2022 ou superior; franquía mensal de 3.000 km por veículo; manutenção preventiva/corretiva; assistência 24h/guincho quando aplicável; seguro vigente e substituição em até 24 horas, nos termos previstos no ETS. Período de 01/07/2026 a 31/10/2026 (4 meses).	4014	1	UNIDADE (serviço)	R\$	R\$
I - Valor total da locação por quatro meses (valor unitário da locação x [(8 veículos x 2 meses)+(10 veículos x 2 meses)])						R\$
II - Valor estimado da quilometragem excedente, não sendo de utilização obrigatória [(10.800km X (valor unitário da locação/3.000km)]						R\$
III - Valor total da contratação ( I + II)						R\$

ANEXO IV

TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO

Pelo presente instrumento o <NOME DO ÓRGÃO>, sediado em <ENDEREÇO>, CNPJ nº <CNPJ>, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a <NOME DA EMPRESA>, sediada em <ENDEREÇO>, CNPJ nº <Nº do CNPJ>, doravante denominada **CONTRATADA(O)**;

CONSIDERANDO que, em razão da **NOTA DE EMPENHO N.º ou do CONTRATO N.º <nº da nota de empenho/contrato>**, conforme o caso, doravante denominado **INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO PRINCIPAL**, a(o) **CONTRATADA(O)** poderá ter acesso a informações sigilosas do **CONTRATANTE**;

CONSIDERANDO a necessidade de ajustar as condições de revelação destas informações sigilosas, bem como definir as regras para o seu uso e proteção;

CONSIDERANDO o disposto na Política de Segurança da Informação e Privacidade do **CONTRATANTE**;

Resolvem celebrar o presente **TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO**, doravante **TERMO**, vinculado ao **INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO PRINCIPAL**, mediante as seguintes cláusulas e condições abaixo discriminadas.

1 - OBJETO

1.1. Constitui objeto deste TERMO, o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pela(o) CONTRATADA(O), no que diz respeito ao trato de informações sigilosas disponibilizadas pelo CONTRATANTE e a observância às normas de segurança da informação e privacidade por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto do **INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO PRINCIPAL** celebrado entre as partes e em acordo com o que dispõem a Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, e os Decretos 7.724, de 16 de maio de 2012, e 7.845, de 14 de novembro de 2012, que regulamentam os procedimentos para acesso e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo.

2 – CONCEITOS E DEFINIÇÕES

2.1. Para os efeitos deste TERMO, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

I - **INFORMAÇÃO**: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato.

II - **INFORMAÇÃO SIGILOSA**: aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado, e aquela abrangida pelas demais hipóteses legais de sigilo.

III - **INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO PRINCIPAL**: instrumento de formalização da contratação, ao qual este TERMO se vincula.

3 – DA INFORMAÇÃO SIGILOSA

3.1. Será considerada como informação sigilosa, toda e qualquer informação classificada, ou não, nos graus de sigilo ultrassecreto, secreto e reservado. O TERMO abrangerá toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: *know-how*, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades do CONTRATANTE e/ou quaisquer informações técnicas/comerciais relacionadas/resultantes ou não ao **INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO PRINCIPAL**, doravante denominados INFORMAÇÕES, a que diretamente ou pelas(os) suas(seus) empregadas(os), a(o) CONTRATADA(O) venha a ter acesso, conhecimento ou que venham a lhe ser confiadas durante e em razão das atuações de execução do **INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO PRINCIPAL** celebrado entre as partes.

4 – DOS LIMITES DO SIGILO

- I – As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às INFORMAÇÕES que:
- I – sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação, exceto se tal fato decorrer de ato ou omissão da(o) CONTRATADA(O);
- II – tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiras pessoas, estranhas ao presente TERMO;
- III – sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

5 – DIREITOS E OBRIGAÇÕES

5.1. As partes se comprometem a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiras pessoas, bem como a não permitir que qualquer empregada(o) envolvida(o) direta ou indiretamente na execução do **INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO PRINCIPAL**, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas INFORMAÇÕES, que se restringem estritamente ao cumprimento do **INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO PRINCIPAL**.

Parágrafo Primeiro – A(O) CONTRATADA(O) compromete-se a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento prévio e expresso do CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo – A(O) CONTRATADA(O) compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção e empregadas(os) que atuarão direta ou indiretamente na execução do **INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO PRINCIPAL** sobre a existência deste TERMO bem como da natureza sigilosa das informações.

I – A(O) CONTRATADA(O) deverá firmar acordos por escrito com suas(seus) empregadas(os) visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente TERMO e dará ciência ao CONTRATANTE dos documentos comprobatórios.

Parágrafo Terceiro – A(O) CONTRATADA(O) obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa do CONTRATANTE, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiras pessoas, exceto se devidamente autorizado por escrito pelo CONTRATANTE.

Parágrafo Quarto – Cada parte permanecerá como fiel depositária das informações reveladas à outra parte em função deste TERMO.

I – Quando requeridas, as INFORMAÇÕES deverão retornar imediatamente à(ao) proprietária(o), bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

Parágrafo Quinto – A(O) CONTRATADA(O) obriga-se por si, sua(seu) controladora(controlador), suas(seus) controladas(os), coligadas(os), representantes, procuradoras(es), sócias(os), acionistas e cotistas, por terceiras pessoas eventualmente consultadas(os), suas(seus) empregadas(os), contratadas(os) e subcontratadas(os), assim como por quaisquer outras pessoas vinculadas à(ao) CONTRATADA(O), direta ou indiretamente, a manter sigilo, bem como a limitar a utilização das informações disponibilizadas em face da execução do **INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO PRINCIPAL**.

Parágrafo Sexto – A(O) CONTRATADA(O), na forma disposta no parágrafo primeiro, acima, também se obriga a:

I – Não discutir perante terceiras pessoas, usar, divulgar, revelar, ceder a qualquer título ou dispor das INFORMAÇÕES, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa, física ou jurídica, e para nenhuma outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao objetivo aqui referido, cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha acesso a elas;

II – Responsabilizar-se por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmos judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das INFORMAÇÕES por seus agentes, representantes ou por terceiras pessoas;

III – Comunicar ao CONTRATANTE, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das INFORMAÇÕES, por determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente; e

IV – Identificar as pessoas que, em nome da(o) CONTRATADA(O), terão acesso às informações sigilosas.

6 – VIGÊNCIA

6.1. O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até expirar o prazo de classificação da informação a que a CONTRATADA teve acesso em razão do **INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO PRINCIPAL**.

7 – PENALIDADES

7.1. A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das INFORMAÇÕES, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na extinção do **INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO PRINCIPAL**. Neste caso, a(o) CONTRATADA(O), estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pelo CONTRATANTE, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.

8 – DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1. Este TERMO de Confidencialidade é parte integrante e inseparável do **INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO PRINCIPAL**.

Parágrafo Primeiro – Surgindo divergências quanto à interpretação do disposto neste instrumento, ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se casos omissos, as partes buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios de boa fé, da equidade, da razoabilidade, da economicidade e da moralidade.

Parágrafo Segundo – O disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida e, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações, tal como aqui definidas.

Parágrafo Terceiro – Ao assinar o presente instrumento, a(o) CONTRATADA(O) manifesta sua concordância no sentido de que:

I – O CONTRATANTE terá o direito de, a qualquer tempo e sob qualquer motivo, auditar e monitorar as atividades da(o) CONTRATADA(O);

II – A(O) CONTRATADA(O) deverá disponibilizar, sempre que solicitadas formalmente pelo CONTRATANTE, todas as informações requeridas pertinentes ao **INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO PRINCIPAL**.

III – A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo;

IV – Todas as condições, termos e obrigações ora constituídos serão regidos pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes;

V – O presente TERMO somente poderá ser alterado mediante TERMO aditivo firmado pelas partes;

VI – Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para a(o) CONTRATADA(O) não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste TERMO, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste instrumento;

VII – O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das informações, conforme definição do item 3 deste documento, disponibilizadas para a(o) CONTRATADA(O), serão incorporados a este TERMO, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas, sendo necessário a formalização através de instrumento próprio;

VIII – Este TERMO não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou suas(seus) filiadadas(os), nem em obrigação de divulgar INFORMAÇÕES para a outra Parte, nem como obrigação de celebrarem qualquer outro acordo entre si.

9 – FORO

9.1. O CONTRATANTE elege a Justiça Federal, Seção Judiciária de Sergipe, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas originadas do presente TERMO.

10 – ASSINATURAS

10.1. E, por assim estarem justas e estabelecidas as condições, o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO é assinado pelas partes em 2 vias de igual teor e um só efeito.

CONTRATADA(O)	CONTRATANTE
<div><div></div><div>&lt;Nome&gt;</div><div>&lt;Qualificação&gt;</div></div>	<div><div></div><div>&lt;Nome&gt;</div><div>Matrícula: xxxxxxxx</div></div>
TESTEMUNHAS	
<div><div></div><div>&lt;Nome&gt;</div><div>&lt;Qualificação&gt;</div></div>	<div><div></div><div>&lt;Nome&gt;</div><div>&lt;Qualificação&gt;</div></div>

ANEXO V

TERMO DE CIÊNCIA

INTRODUÇÃO

O Termo de Ciência visa obter o comprometimento formal das(os) empregadas(os) da(o) CONTRATADA(O) diretamente envolvidas(os) na contratação quanto ao conhecimento da declaração de manutenção de sigilo e das normas de segurança vigentes no TRE/SE.

No caso de substituição ou inclusão de empregadas(os) da(o) CONTRATADA(O), a(o) preposta(o) deverá entregar à(ao) Fiscal Administrativa(o) da Contratação os Termos de Ciência assinados pelas(os) novas(os) empregadas(os) envolvidas(os) na execução dos serviços ou no fornecimento de bens contratados.

1 – IDENTIFICAÇÃO

IDENTIFICAÇÃO			
INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO Nº			
OBJETO			
CONTRATADA(O)	< Nome da(o) CONTRATADA(O)>	CNPJ	
PREPOSTA(O)			
GESTORA(GESTOR) DA CONTRATAÇÃO		MATRÍCULA	

2 – CIÊNCIA

2.1. Por este instrumento, as(os) funcionárias(os) abaixo identificadas(os) declaram ter ciência e conhecer o inteiro teor do Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e as normas de segurança vigentes do CONTRATANTE.

FUNCIONÁRIAS(OS) DA(O) CONTRATADA(O)		
Nome	Matrícula	Assinatura

ANEXO VI  
MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO nº \_\_\_\_/2026 QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE, E A EMPRESA \_\_\_\_\_, PARA A LOCAÇÃO DE VEÍCULOS DE PASSEIO.

**CONTRATANTE:** A **UNIÃO**, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE**, com sede no Centro Administrativo Governador Augusto Franco (CENAF), Lote 7, Variante 2, Aracaju/SE, CEP 49.081-000, inscrito no CNPJ (MF) sob o nº 06.015.356/0001-85, neste ato representado pela(o) Exma(o). Senhora(Senhor) Presidente, **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**.

**CONTRATADA(O):** \_\_\_\_\_, inscrita(o) no CNPJ (MF) sob nº \_\_\_\_\_, estabelecida(o) na (endereço completo, com CEP), representada(o) por sua(seu) (cargo), Senhora(Senhor) (**NOME COMPLETO**), portadora(portador) da Cédula de identidade nº (informar número e órgão expedidor), CPF (MF) nº (informar número), de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por contrato social.

Os **CONTRATANTES**, em observância às disposições das Leis nº 14.133/2021 e 13.709/2018, dos Decretos nº 9.507/2018 e 11.246/2022, da Resolução CNJ 347/2020, da Resolução TSE 23.702/2022, da Resolução TRE/SE 120/2015 e das Instruções Normativas SEGES nº 5/2017 e nº 73/2022, resolvem celebrar o presente Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 90005/2026**, processos SEI 0000864-84.2026.6.25.8000 e 0003075-93.2026.6.25.8000, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

- 1.1 O objeto do presente Instrumento é a **LOCAÇÃO DE VEÍCULOS DE PASSEIO**, código SIASG 4014, conforme especificações definidas no **Edital do Pregão Eletrônico nº 90005/2026** e na **proposta da(o) CONTRATADA(O)**, os quais - independentemente de transcrição - vinculam este Instrumento Contratual.
- 1.2 Os veículos devem atender às seguintes características: veículo de passeio tipo popular; motor 1.0 (1000cc) ou superior, FLEX (bicombustível: gasolina e etanol); com ar-condicionado; quatro portas; capacidade mínima para cinco pessoas; ano de fabricação 2022 ou superior; franquia mensal de 3.000 km por veículo e seguro vigente.
- 1.2.1 É vedada a disponibilização de veículo com restrição administrativa/judicial que impeça circulação; em condição insegura, tais como pneus carecas, falhas graves, luzes inoperantes ou situação equivalente; com documentação irregular.
- 1.2.2 A(O) CONTRATADA(O) deverá providenciar, às suas expensas, a identificação visual dos veículos disponibilizados ao TRE/SE, conforme padrão, conteúdo e layout definidos pelo CONTRATANTE.
- 1.2.2.1 A identificação visual deve respeitar as seguintes condições:
- 1.2.2.1.1 Ser afixada antes da entrega do veículo para início da execução e mantida em condições adequadas de conservação e legibilidade durante todo o período de disponibilização.
- 1.2.2.1.2 Não poderá comprometer a segurança, a visibilidade, a integridade da pintura ou a regular circulação do veículo, devendo ser removida pela(o) CONTRATADA(O) ao término da execução, quando determinado pelo CONTRATANTE.
- 1.2.2.1.3 Na hipótese de substituição de veículo, a(o) CONTRATADA(O) deverá providenciar a correspondente identificação visual do veículo substituto, observando o mesmo padrão adotado para os demais.
- 1.3 A contratação não envolve a disponibilidade de motorista e nem o fornecimento de combustível.
- 1.4 A(O) CONTRATADA se compromete, durante a vigência deste Instrumento, a providenciar:
- 1.4.1 Manutenções preventivas e corretivas, se for o caso.
- 1.4.2 Assistência 24h/guincho, quando aplicável.
- 1.4.3 Substituição do veículo em até 24 horas.
- 1.5 O objeto desta contratação atenderá às necessidades dos Cartórios Eleitorais sediados na Capital e da sede do Tribunal, complementarmente à sua frota, conforme a demanda especificada a seguir:

Unidade	Julho	Agosto	Setembro	Outubro
Sede do TRE/SE (CENAF/Capucho)	4	4	4	4
Cartórios Eleitorais da Capital	4	4	6	6
Total de veículos no período	8	8	10	10
Observados o quantitativo total contratado para cada período e o interesse do TRE/SE, é possível que haja remanejamento dos veículos ente as unidades, sem ônus adicional.				

- 1.6 A entrega inicial e a devolução final dos veículos serão executadas mediante vistoria e ocorrerão na Sede do TRE/SE (CENAF/Capucho), em Aracaju/SE, sendo posteriormente destinados às unidades usuárias conforme a distribuição prevista neste item.
- 1.7 Os veículos ficarão à disposição da Justiça Eleitoral nos endereços abaixo indicados, para atendimento das demandas de deslocamento no estado de Sergipe:
- 1.7.1 Sede do TRE/SE: CENAF, Lote 7, Variante 2, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49.081-000.
- 1.7.2 Sede dos Cartórios Eleitorais da Capital: Fórum Des. Aloísio de Abreu Lima, situado na Rua Itabaiana, 580, Bairro São José, Aracaju/SE, CEP 49.015-110.
- 1.8 Os veículos permanecerão à disposição permanente e exclusiva do TRE/SE durante toda a execução.
- 1.8.1 “À disposição permanente” significa: veículos prontos para uso institucional, sem necessidade de autorização prévia da(o) CONTRATADA(O) para cada deslocamento, ressalvadas situações de manutenção/ocorrências formalmente registradas e tratadas com substituição.
- 1.8.2 “Exclusiva” significa: vedada a utilização simultânea, o compartilhamento, a sublocação ou qualquer outra forma de disponibilização dos mesmos veículos a terceiros pessoas durante a vigência da contratação.
- 1.9 Todas as especificações técnicas, operacionais, de controle, de fiscalização, de evidências mínimas, de medição e de pagamento constam das **ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO SERVIÇO** (Anexo II ao Edital do Pregão Eletrônico nº 90005/2026).

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA, DO INÍCIO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL, DA POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO E DA TRANSIÇÃO CONTRATUAL

- 2.1 A contratação decorre de necessidades relacionadas ao Pleito 2026 e, neste sentido, terá vigência de **04 (quatro) meses**, com início na data de **1/07/2026** e encerramento em **09/10/2026 (ou, se houver 2º turno, 31/10/2026)**.
- 2.2 Considerando-se as peculiaridades do objeto:
- 2.2.1 Trata-se de contratação improrrogável.
- 2.2.2 Não será necessária a promoção de transição contratual (transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas).

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FRANQUIA, DA COMPENSAÇÃO DE SALDO E DA QUILOMETRAGEM EXCEDENTE

- 3.1 A franquia mensal será de 3.000 km (três mil quilômetros) por veículo, com apuração por franquia global da frota no respectivo período de referência, admitida a compensação de quilometragem entre os veículos disponibilizados.
- 3.2 A quilometragem excedente somente será caracterizada quando a quilometragem total efetivamente percorrida pela frota, no respectivo período de apuração, ultrapassar a franquia global total correspondente ao mesmo período, já considerada a compensação dos saldos não utilizados entre os veículos.
- 3.2.1 A apuração da quilometragem excedente não será realizada de forma isolada por veículo, mas sim com base no somatório da quilometragem efetivamente percorrida por toda a frota no período de execução aplicável, admitida a compensação dos quilômetros não utilizados por um veículo com a quilometragem excedente de outro veículo.
- 3.2.2 Para fins do item 3.2.1, os quilômetros da franquia não utilizados por um veículo constituirão **saldo** compensável exclusivamente dentro do mesmo período de execução considerado para apuração, não gerando crédito financeiro autônomo, saldo acumulável para outro período ou direito de compensação fora da vigência da contratação.
- 3.2.3 A quilometragem excedente somente poderá ser cobrada quando houver comprovação efetiva de sua ocorrência, validação pela fiscalização contratual e superação da franquia global aplicável ao período apurado.
- 3.2.4 A ocorrência de quilometragem excedente não afasta a obrigação da(o) CONTRATADA(O) de manter os veículos à disposição do TRE/SE durante todo o período contratado, nem autoriza interrupção, restrição ou condicionamento da execução do serviço.
- 3.2.5 A matéria encontra-se detalhadamente disciplinada no Anexo II ao Edital do Pregão Eletrônico nº 90005/2026 - **ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO SERVIÇO** (ETS).

CLÁUSULA QUARTA - DA SUBCONTRATAÇÃO

- 4.1 Admite-se subcontratação parcial somente para disponibilização do veículo, mediante:
- 4.1.1 Autorização prévia e expressa da Gestão do Contrato;
- 4.1.2 Comprovação de vínculo jurídico que autorize a disponibilização (por exemplo: propriedade, arrendamento mercantil/leasing, locação, comodato, cessão, contrato de disponibilidade ou instrumento equivalente), bem como apresentação da documentação de regularidade pertinente;
- 4.1.3 Manutenção da responsabilidade integral da(o) CONTRATADA(O), inclusive quanto à interlocução com a fiscalização, ao atendimento dos acionamentos, ao cumprimento do SLA e às demais obrigações contratuais.
- 4.2 É vedada a utilização de veículos de particulares (pessoas físicas) e/ou caracterizados como “carro de praça” (táxi, Uber ou similares).



**CLÁUSULA QUINTA - DOS AVALIAÇÃO PARA AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS**

**5.1** A execução contratual estará sujeita a riscos operacionais que serão acompanhados pela fiscalização setorial, pela fiscalização técnica, pela Gestão do Contrato e pela(o) CONTRATADA(O), no âmbito de suas atribuições.

**5.1.2** A matriz de riscos operacionais consta do Anexo II ao Edital do Pregão Eletrônico nº 90005/2026 - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO SERVIÇO (ETS).

**5.2** A avaliação dos serviços prestados acontecerá mensalmente, mediante a aplicação do INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS (Anexo II.7 ao Edital do Pregão Eletrônico nº 90005/2026) e a utilização da planilha eletrônica que o integra.

**5.3** O Instrumento de Medição de Resultados (IMR) possui natureza de acompanhamento do desempenho contratual e está voltado à aferição objetiva da qualidade da execução e de seus reflexos sobre a remuneração da(o) CONTRATADA(O).

**CLÁUSULA SEXTA - DA EXECUÇÃO E DO MODELO DE GESTÃO**

**6.1** A execução e a gestão do Contrato encontram-se disciplinadas nos itens **5** e **6** do **Termo de Referência** vinculado a este Instrumento, conforme disposto a seguir:

a) duração do Contrato (item 5.2);

b) obrigações do TRE/SE e suas vedações (item 5.3);

c) obrigações da(o) ADJUDICATÁRIA(O)/CONTRATADA(O) e suas vedações (item 5.4);

d) condições gerais da gestão (item 6.1);

e) fiscalização e acompanhamento da execução contratual (6.2).

**6.2** Ressalta-se que **as comunicações** entre o TRE/SE e a(o) CONTRATADA(O) devem ser realizadas, preferencialmente, por escrito, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica, inclusive por e-mail ou por aplicativo de mensagens, sempre que compatível com a natureza do ato.

**6.2.1** A(O) CONTRATADA(O) deverá informar e manter atualizados endereço de e-mail, número de telefone e número de telefone móvel com acesso ao aplicativo WhatsApp, para fins de recebimento de comunicações, notificações e demais expedientes relacionados à execução contratual.

**6.2.2** As comunicações de atos processuais e administrativos serão realizadas por meio dos canais formais informados pela(o) CONTRATADA(O), conforme item **6.2.1**, sem prejuízo de publicação na imprensa oficial, quando exigida em lei.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DA FISCALIZAÇÃO E DO ACOMPANHAMENTO CONTRATUAL**

**7.1** A fiscalização e a gestão da avença serão realizadas por representantes do TRE/SE especialmente designados e os procedimentos correspondentes estão previstos no item **6.2** do Termo de Referência vinculado a este Instrumento.

**7.2** A tabela abaixo apresenta os papéis a serem desempenhados pelo CONTRATANTE e pela(o) CONTRATADA(O):

Id	Função	Responsável	Atribuições
1	Gestora(Gestor) do Contrato	Servidora(servidor) da Coordenação de Material, Patrimônio e Transporte (COMAT)	Acompanhar o Contrato sob o enfoque administrativo e gerencial; Adotar as providências necessárias ao regular processamento da execução contratual; Promover a interlocução administrativa com a(o) CONTRATADA(O), quando cabível; Praticar os atos de gestão relacionados à instrução processual, registro, comunicações formais e encaminhamentos necessários à execução do Contrato; Atuar em articulação com a fiscalização técnica e com a fiscalização setorial para assegurar a continuidade e a regularidade da contratação.
2	Fiscal Técnica(o)	Servidora(servidor) do Núcleo de Transporte Institucional (NTI) do TRE/SE	Acompanhar a utilização dos veículos colocados à disposição da respectiva unidade; Acompanhar tecnicamente a execução do serviço de locação de veículos; Validar a conformidade da prestação com os parâmetros técnicos e operacionais previstos nas Especificações Técnicas do Serviço; Conferir registros, ocorrências, substituições, documentação, odômetro, relatórios e demais evidências da execução; Consolidar a avaliação mensal da execução, inclusive para fins de IMR e medição; Subsidiar a Gestão do Contrato quanto a inconformidades, glosas, necessidade de saneamento e demais providências decorrentes da execução.
3	Fiscal Setorial	Servidoras(es) dos Cartórios Eleitorais da Capital	Acompanhar a utilização dos veículos colocados à disposição da respectiva unidade; Comunicar ocorrências operacionais, indisponibilidades, falhas, avarias, sinistros ou irregularidades verificadas na execução; Apoiar o registro das informações necessárias à rastreabilidade da utilização dos veículos; Prestar informações à fiscalização técnica e à Gestão do Contrato sempre que solicitado.
4	Fiscal Administrativa(o)	Servidora(servidor) da Seção de Contratos (SECON).	Acompanhamento dos aspectos administrativos da execução do serviço, nos termos de suas atribuições, bem como quanto às providências tempestivas nos casos de inadimplemento.
5	Preposta(o)	Funcionária(o) da(o) CONTRATADA(O)	a) Acompanhar a execução do Contrato; b) Atuar como interlocutora(interlocutor) principal junto ao CONTRATANTE; c) Receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual.

**CLÁUSULA OITAVA - DO PREÇO**

**8.1** O **valor total** estimado deste Contrato é de **R\$** \_\_\_\_\_ (valor por extenso) e compreende:

**8.1.1** O **valor total** de **R\$** \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), correspondente à locação de veículos no período de **1/07 a 09/10/2026** (ou, se houver segundo turno, até **31/10/2026**).

**6.1.2** O **valor total** de **R\$** \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), correspondente à estimativa de 10.800 Km (dez mil e oitocentos quilômetros) excedentes.

**CLÁUSULA NONA - DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO**

**9.1 DA LIQUIDAÇÃO**

**9.1.1** A liquidação será efetivada em conformidade com o recebimento realizado pelas(os) agentes de fiscalização do TRE/SE e com base na Nota Fiscal (ou documento de cobrança equivalente) referente ao valor do serviço prestado.

**9.1.2** Considera-se ocorrido o recebimento da Nota Fiscal/Fatura quando o CONTRATANTE atestar a execução do objeto contratado, o que será providenciado pela Fiscalização Contratual ou por servidora(servidor) designada(o) para esse fim, **em até 2 (dois) dias úteis** contados de sua apresentação ao TRE/SE.

**9.1.3** Quando houver glosa parcial decorrente da aplicação dos critérios previstos no IMR, o CONTRATANTE deverá comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal/Fatura com o valor exato dimensionado.

**9.1.3.1** Considerando a metodologia fixada no IMR, o pagamento a ser realizado à(ao) CONTRATADA(O) em contraprestação pela execução poderá ser reduzido proporcionalmente para refletir à qualidade insuficiente do que foi efetivamente entregue, até o limite de **13% (treze por cento)** do valor da parcela devida.

**9.1.4** Recebida a Nota Fiscal (ou documento de cobrança equivalente), correrá o prazo de **10 (dez) dias úteis** para fins de liquidação, podendo ser excepcionalmente prorrogados, justificadamente, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais ([IN SEGES/ME 77/2022, art. 7º](#)).

**9.1.4.1** O prazo de que trata o item **9.1.4** será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei 14.133/2021](#).

**9.1.5** O setor competente para proceder ao pagamento deve verificar se a Nota Fiscal/Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

**9.1.5.1** O prazo de validade.

**9.1.5.2** A data da emissão.

**9.1.5.3** Os dados do Contrato e do CONTRATANTE.

**9.1.5.4** O período respectivo de execução do Contrato.

**9.1.5.5** O valor a pagar.

**9.1.5.6** Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**9.1.6** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a(o) CONTRATADA(O) providencie as medidas saneadoras, hipótese em que o prazo para pagamento será iniciado após comprovada a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE.

**9.1.7** A Nota Fiscal/Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no artigo 68 da Lei nº 14.133/2021.

**9.1.8** Previamente à emissão de Nota de Empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

**9.1.8.1** Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Edital.

**9.1.8.2** Identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

**9.1.9** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da(o) CONTRATADA(O), será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa.

**9.1.9.1** O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do CONTRATANTE.

**9.1.9.2** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da(o) CONTRATADA(O), bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**9.1.10** Persistindo a irregularidade, o CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à(ao) CONTRATADA(O) a ampla defesa.

9.1.11 Havendo a efetiva prestação do serviço, os pagamentos serão realizados conforme o Contrato, caso a(o) CONTRATADA(O) não regularize sua situação junto ao SICAF.

9.2 PRAZO DE PAGAMENTO

9.2.1 O pagamento será efetuado pelo CONTRATANTE **em até 10 (dez) dias úteis** contados da finalização da liquidação da despesa ([IN SEGES/ME 77/2022, art. 7º](#)).

9.2.1.1 O primeiro pagamento abrangerá o período compreendido entre a data inicial da prestação do serviço e o último dia desse mês, e os pagamentos subsequentes terão como referência o período compreendido entre o primeiro e o último dia de cada mês.

9.2.1.2 O prazo de que trata o item 9.2.1 será reduzido à metade, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei 14.133/2021](#).

9.2.1.2.1 O prazo referido no item 9.2.1.2 poderá ser excepcionalmente prorrogado, justificadamente, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

9.2.1.3 A presente contratação **não** permitirá a antecipação de pagamento nem a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira.

9.2.2 Na hipótese de não ocorrer o pagamento nos prazos, por causa atribuída exclusivamente ao TRE/SE, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (cinco décimos por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da fórmula "EM = N x VP x I", em que:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso; e

I = Índice de atualização financeira:

I = 6/100/365 (ou seja, taxa anual/100/365dias).

I = 0,0001644.

9.2.2.1 Salvo a atualização financeira prevista no item 9.2.2 não será devida qualquer compensação ou penalidade por atraso de pagamento.

9.3 FORMA DE PAGAMENTO

9.3.1 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, creditada na conta-corrente da(o) CONTRATADA(O).

9.3.2 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.3.3 Enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira decorrente de inadimplência ou penalidade da(o) CONTRATADA(O), nenhum pagamento lhe será devido, sem que isso gere direito a reajustamento ou atualização de preços.

9.3.4 Qualquer incorreção nas Faturas/Notas Fiscais comunicada à(ao) CONTRATADA(O) suspenderá os pagamentos até que sejam sanadas as irregularidades, sem que isto acarrete ao CONTRATANTE encargos financeiros adicionais.

9.3.5 Caso a(o) CONTRATADA(O) opte por efetuar o faturamento por meio de CNPJ (matriz ou filial) distinto do constante deste Instrumento, deverá comprovar a regularidade fiscal tanto do estabelecimento contratado como do estabelecimento que efetivamente executar o objeto, por ocasião dos pagamentos e quando das prorrogações contratuais.

**9.3.6 O CONTRATANTE, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, cautelar ou definitivamente, do montante a pagar à(ao) CONTRATADA(O), os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pela(o) CONTRATADA(O), nos termos deste Instrumento.**

9.4 DAS RETENÇÕES NA FONTE

**9.4.1 Os pagamentos a serem efetuados em favor da(o) CONTRATADA(O) estarão sujeitos, no que couber, às retenções na fonte nos seguintes termos:**

9.4.1.1 Do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da contribuição para seguridade social (COFINS) e da contribuição para o PIS/PASEP, na forma da Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012 (e alterações), conforme determina o artigo 64 da Lei nº 9.430/1996 (e alterações).

CLÁUSULA DÉCIMA - DO REAJUSTE

10.1 Não haverá reajuste antes de decorrido 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado da contratação.

10.1.1 Decorrido o prazo referido no item 10.1, mediante requerimento da(o) CONTRATADA(O), os preços serão reajustados pela variação do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), ou índice que o substitua, incidindo exclusivamente sobre as parcelas executadas após a anualidade.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES E DE SUAS VEDAÇÕES

11.1 As obrigações das partes, bem como suas vedações, estão contempladas no Termo de Referência vinculado a este Instrumento (itens 5.3 e 5.4).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

12.1 As partes deverão cumprir a [Lei 13.709/2018](#) quanto a todos os dados pessoais a que eventualmente tenham acesso em razão do certame ou do Contrato administrativo, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

12.2 A(O) CONTRATADA(O) e suas(seus) respectivas(os) empregadas(os) só estão autorizadas(os) a adentrar as dependências do TRE-SE após a assinatura, respectivamente, do Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e do Termo de Ciência, ambos vinculados a este Instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 As hipóteses que configuram infração administrativa e que são, portanto, passíveis de sanção dessa natureza encontram-se definidas no item 6.6 do Termo de Referência vinculado a este Instrumento.

13.2 A aplicação das sanções será realizada em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à(ao) CONTRATADA(O), observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**13.3 Instauração e tramitação de processo administrativo sancionatório para aplicação das sanções administrativas:**

13.3.1 Antes da aplicação da **multa** será facultada a defesa da(o) interessada(o) no prazo de **15 (quinze) dias úteis** contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13.3.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE à(ao) CONTRATADA(O), além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia eventualmente prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13.3.2.1 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **15 (quinze) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.4 A sanção de **declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** será precedida de análise jurídica e encerra competência exclusiva da(o) Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe.

13.5 A aplicação das sanções de **impedimento de licitar e contratar** e de **declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** requer a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 [duas(ois)] ou mais servidoras(es) estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará a(o) CONTRATADA(O) para, no prazo de **15 (quinze) dias úteis** contados da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

13.5.1 Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, a(o) CONTRATADA(O) poderá apresentar alegações finais no prazo de **15 (quinze) dias úteis** contado da data da intimação.

13.5.1.1 Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

13.6 A **prescrição** ocorrerá em **5 (cinco) anos**, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

13.6.1 **Interrompida** pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o item 13.5 deste Instrumento.

13.6.2 **Suspensa:**

13.6.2.1 Pela celebração de acordo de leniência previsto na [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

13.6.2.2 Por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

13.7 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei 14.133/2021 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

13.8 A personalidade jurídica da(o) CONTRATADA(O) poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos às(aos) suas(seus) administradoras(es) e sócias(os) com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a(o) CONTRATADA(O), observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

13.9 O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis** contados da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

13.10 As sanções de **impedimento de licitar e contratar** e **declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** são passíveis de reabilitação na forma do artigo 163 da Lei 14.133/2012.

13.11 Os débitos da(o) CONTRATADA(O) para com o CONTRATANTE, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a(o) CONTRATADA(O) possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26/2022.

13.12 Da aplicação das sanções de **advertência, multa** e **impedimento de licitar e contratar** caberá **recurso** no prazo de **15 (quinze) dias úteis** contado da data da intimação.

13.12.1 O recurso será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida (vide tabela constante do item 6.6.3 do Termo de Referência), que, se não a reconsiderar no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de **20 (vinte) dias úteis** contado do recebimento dos autos.

13.13 Da aplicação da sanção de **declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** caberá apenas **pedido de reconsideração**, que deverá ser apresentado no prazo de **15 (quinze) dias úteis** contados da data da intimação e decidido no prazo máximo de **20 (vinte) dias úteis** contados do seu recebimento.

13.14 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.14.1 Na elaboração de suas decisões, a autoridade competente será auxiliada pela unidade de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias.

**13.15 A intimação da(o) CONTRATADA(O) se dará por meio do(s) endereço(s) eletrônico(s) por ela(e) informado e/ou através da imprensa oficial (DOU), conforme o caso e nas hipóteses previstas em lei, nos moldes indicados no item 6.2.2 deste Instrumento.**

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1 Dispensada na presente contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

15.1 O Contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa, obedecendo-se, conforme o caso, às previsões dos artigos 138 e 139 do referido dispositivo legal.

15.2 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a(o) CONTRATADA(O) poderá ser constituída(o) em mora, cabendo ao CONTRATANTE optar pela extinção do Contrato.

15.3 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o Contrato.

15.3.1 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

15.4 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido de:

15.4.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos.

15.4.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos.

15.4.3 Indenizações e multas.

15.5 A extinção do Contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS CASOS OMISSOS

16.1 Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE segundo as disposições contidas na Lei 14.133/2021 e nas demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos Contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS ALTERAÇÕES

17.1 Eventuais alterações contratuais serão regidas pela disciplina dos artigos 124 e seguintes da Lei 14.133/2021.

17.2 A(O) CONTRATADA(O) é obrigada(o) a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.

17.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de **1 (um) mês** (artigo 132 da Lei nº 14.133/2021).

17.4 Registros que não caracterizam alteração do Contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do artigo 136 da Lei 14.133/2021.

17.5 O Contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO

18.1 Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no artigo 94 da Lei 14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao artigo 91, *caput*, da Lei n.º 14.133/2021, e ao artigo 8, § 2º, da Lei nº 12.527/2011.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA(O) REPRESENTANTE DA(O) CONTRATADA(O)

19.1 A(O) CONTRATADA(O) indica \_\_\_\_\_, CI \_\_\_\_\_, SSP/\_\_\_\_, CPF/MF \_\_\_\_\_, para representá-la(o) na execução do objeto do presente Contrato, reservando-se ao CONTRATANTE o direito de determinar, motivadamente e a qualquer tempo, a sua substituição, caso em que a(o) CONTRATADA(O) deverá indicar outra(o) representante.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA SUSPENSÃO DA CONTRATAÇÃO

20.1 A contratação poderá ser suspensão, observados os termos dos artigos 115, §5º, e 147, da Lei 14.133/2021, ficando sua fiel execução vinculada à disponibilidade orçamentária por parte do CONTRATANTE, caso em que será comunicado à(ao) CONTRATADA(O).

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

21.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento Geral da União, a cargo do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, cujas dotações orçamentárias seguem descritas abaixo e que constam da nota de empenho \_\_\_\_\_.

Programas de Trabalho:	02.061.0033.4269.0001 - Pleitos Eleitorais. PTRES: 167864.
Natureza da Despesa:	Outras Despesas Correntes.
Fonte de Recursos:	1000 ou 1027.
Elemento de Despesa:	339033 - Passagens e Despesas com Locomoção.
Sublemento de Despesa:	33903303 - Locação de Meios de Transportes.
Planos Internos:	FUN LOCVEI1 FUN LOCVEI2

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO

22.1 Integram este Contrato, independentemente de sua transcrição, o Edital do **Pregão Eletrônico nº 90001/2026**, seus anexos e a proposta da(o) CONTRATADA(O), acompanhada da documentação que a respalda.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DO FORO


23.1 Elege-se o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de Sergipe, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme artigo 92, § 1º da Lei nº 14.133/2021.

Para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente contrato, o qual, depois de lido, é assinado eletronicamente pelas(os) representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA(O).

(assinado e datado eletronicamente)  
[NOME DA(O) DESEMBARGADORA(DESEMBARGADOR)]  
Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe

(assinado e datado eletronicamente)  
[NOME DA(O) REPRESENTANTE]  
(Nome da Empresa)

 Documento assinado eletronicamente por **CRISTIANE MOURA DE FIGUEIREDO DÉDA, Analista Judiciária(o)**, em 30/04/2026, às 09:26, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

 A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.tre-se.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.tre-se.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1842545** e o código CRC **48A5161D**.